

RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2019



AGÊNCIA NACIONAL
DE INOVAÇÃO

1. ÍNDICE

1.	ÍNDICE.....	1
2.	INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2019.....	2
3.	ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL.....	6
4.	PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2019.....	18
5.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	70
6.	CONTAS DE 2019.....	71
7.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	75
8.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	98
9.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	108
10.	PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO.....	1089
	ANEXO I.....	110
	ANEXO II.....	112

2. INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2019

O Relatório de Gestão e Contas 2019 da ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A., elaborado pelos Vogais Executivos do Conselho de Administração (CA) da Agência em funções durante o ano de 2019 e aprovado pelo Conselho de Administração é, nos termos da Lei, coassinado pelos membros do Conselho de Administração em exercício à data da sua aprovação. Procura traduzir, com rigor, realismo e concisão o estado da ANI, S.A., no final do exercício de 2019.

Durante 2019, os Vogais Executivos subscritores desta nota introdutória ao presente Relatório pautaram a sua atuação, como gestores, pela observância do Código das Sociedades Comerciais e pelo Estatuto do Gestor Público, e em convicta adesão à missão que lhes foi confiada pelas Tutelas (Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministro da Economia), através dos seus acionistas, respetivamente FCT, I.P. e IAPMEI, I.P., que, no essencial, se traduziu na implementação do disposto na RCM 25/2018, de 8 de março, bem como da gestão do FITEC e outras atividades de promoção da colaboração entre as empresas e as entidades do SCTN, Clusters e outras.

Apesar de preparada uma proposta de PAO 2019 no início de 2019, após a aprovação do PAO 2018 a 23 de dezembro de 2018, aquela não teve a anuência imediata das Tutelas, devido à incerteza sobre o financiamento que a ANI deveria receber em 2019 do IAPMEI. A proposta de PAO 2019 acabou por ser formalmente aprovada pela AG da ANI apenas em 6 de outubro de 2019, sem alterações à versão original, e aprovada pelas tutelas e pelas Finanças apenas no final de 2019 (o CA apenas teve conhecimento formal da aprovação a 26 de dezembro), o que provocou que, durante todo o ano, a ANI tivesse funcionado sem PAO aprovado, o que provocou fortes limitações ao seu funcionamento (e.g., sem poder substituir os colaboradores que saíram durante o ano, sem poder lançar concursos internacionais que exigem visto do Tribunal de Contas, etc.).

2019 foi também marcado pela passagem da ANI do regime simplificado para o regime normal, o que trouxe um significativo aumento da burocracia e novas limitações à sua autonomia, nomeadamente, na capacidade de assumir compromissos plurianuais, que passam a carecer obrigatoriamente de autorização do Secretário de Estado da Economia.

Também pela primeira vez, o orçamento da ANI aprovado em sede do OE 2019 foi sujeito a uma cativação importante (1.970.472 €). Apesar de identificado atempadamente o problema, e pedida a descativação de verbas essenciais em julho de 2019 e, mais tarde, em menor montante, de novo em outubro de 2019, não foi possível obter a descativação de qualquer montante até ao final de 2019. Isto provocou uma forte redução na capacidade de realização de despesa da ANI em 2019, nomeadamente na contratação de serviços para a execução dos contratos SIAC e, sobretudo, do SAMA, na contratação de peritos para análise das candidaturas mais complexas do SIFIDE recebidas em 2019, bem como para a realização de despesas de deslocação, que foram sujeitas a fortes restrições no último trimestre de 2019.

Neste contexto, continuou também a ser dada a melhor atenção à gestão interna da Agência e dos seus colaboradores. A ANI tem fortes limitações em termos de recursos humanos a dois níveis:

- i) **por um lado, não tem autonomia para poder contratar sem autorização das duas Tutelas e das Finanças, nem sequer para substituir colaboradores que saíam, a menos do autorizado no PAO do ano respetivo e apenas depois de este ser aprovado;**
- ii) **por outro lado, está impedida de fazer acertos e valorizações salariais, estando todos os vencimentos congelados há uma dezena de anos, o que provoca grandes injustiças face a colaboradores contratados mais recentemente que, para trabalho igual e menor experiência, têm salários maiores. A falta de valorizações salariais constitui um forte desmotivador interno e motivo de saídas frequentes dos colaboradores mais eficazes e que encontram posições melhor remuneradas no mercado de trabalho.**

Assim, não foi possível proceder, em 2019, a quaisquer acertos remuneratórios nem promoções, o que agravou o descontentamento geral dos colaboradores. A fim de tentar resolver esta situação, o CA elaborou uma adenda ao Plano de Carreiras da ANI no final de 2019, que permitirá satisfazer os pressupostos que a LOE e o DLOE normalmente exigem para a implementação deste tipo de situações, assim como assumiu o compromisso com os trabalhadores para preparar um Plano de Carreiras reformulado, em diálogo com uma Comissão representativa por eles escolhida, durante 2020. A aprovação do PAO 2020 foi iniciada no final de 2019, logo que foram conhecidos os termos de aprovação do PAO 2019, e esperava-se que pudesse ser aprovado no 1º trimestre de 2020, para permitir que a ANI pudesse funcionar com PAO aprovado durante a maior parte de 2020. No entanto, apesar de ter recolhido pareceres favoráveis de ambas as Tutelas e da UTAM, o PAO 2020-22 da ANI está para despacho pelo Secretário de Estado do Tesouro (SET) desde 9 de fevereiro de 2020, não havendo perspectiva de que a sua aprovação possa vir a ocorrer no prazo previsto, nem dos termos precisos em que venha a ser aprovado. A recente crise COVID-19 que o País atravessa aponta para fortes consequências para a Economia e para a necessidade de revisão do Orçamento de Estado, o que pode vir a comprometer uma decisão do SET nos tempos mais próximos, bem como os próprios termos de uma eventual aprovação.

Em termos de resultados financeiros, 2019 apresenta um resultado líquido positivo. As despesas com o pessoal ficaram muito aquém do previsível, devido à saída líquida de 4 colaboradores e da não autorização da sua substituição nem da contratação de colaboradores necessários, conforme solicitado no PAO 2019-2021 aprovado pelo CA da ANI.

Importa também salientar o seguinte:

- a) Em 2019, a ANI não recebeu de novo o compromisso anual aprovado em AG de 2 M€ de cada um dos seus acionistas. Enquanto a FCT transferiu para a ANI os 2 M€ aprovados na AG, o IAPMEI apenas transferiu 340.000 €, ficando em falta num montante de 1.660.000 €. Apesar deste conjunto de

fatores, sobre os quais o atual CA não teve qualquer forma de controlar, 2019 terminou com um resultado líquido positivo de 198.010€.

b) A ANI conseguiu ver o seu contrato de ocupação do edifício sede no Porto, pendente há 3 anos, acordado e assinado em condições muito favoráveis. Foi também estabelecido um acordo com a Universidade do Porto com vista a uma resolução a longo prazo, visando a aquisição da posição da UP na associação proprietária do edifício NET, negociando um contrato de transição para 2020 que permita manter a presença da ANI no dito edifício enquanto decorra o processo de aquisição dessa participação.

Apesar de todas as dificuldades, o balanço da atividade da ANI em 2019 é globalmente muito positivo:

- Apesar de continuar a haver muitos atrasos na avaliação e no acompanhamento dos projetos PT2020, bem como no processamento dos pagamentos dos projetos em curso, os atrasos foram substancialmente reduzidos em 2019 relativamente a 2018;
- O SIFIDE prosseguiu com normalidade, com a exceção da análise dos processos mais complexos recebidos em 2019, por falta de autorização para contratar peritos externos - o que teve também o impacto positivo de forçar à análise interna de um número muito maior de candidaturas, o que não deixará de ter consequências em anos futuros;
- Foi continuado o acompanhamento dos CIT e iniciado o acompanhamento dos CoLAB em condições de normalidade;
- Foi continuado o apoio e coordenação da participação nacional no Horizonte 2020, tendo 2019 sido de novo um ano com resultados muito positivos;
- Continuou, conforme programada, a implementação de programas estratégicos como o *Born from Knowledge*, o Prémio Jornalismo de Inovação e a coordenação da ENEI, bem como lançadas novas iniciativas, como o “Demonstrador Tecnológico”, a área das “Compras Públicas de Inovação” ou os procedimentos de adjudicação para o “Portal da Inovação”;
- Aumentou de forma significativa a eficiência dos processos internos na contabilidade, na contratação pública e na comunicação;

Como habitualmente, a ANI foi bastante solicitada para estar presente em eventos e cerimónias ligadas à Inovação. Junta-se no Anexo I a listagem das principais presenças institucionais da ANI durante 2019.

Como nota final, importa referir que o Conselho Consultivo (CC), na missão de acompanhamento da ANI, tomou boa nota dos constrangimentos apontados e dos resultados obtidos, e produziu o seguinte comentário e recomendação à Assembleia Geral da ANI aquando da elaboração do PAO 2020-2022, então ainda com valores previsionais para o exercício de 2019, tal como para 2020:

A manutenção da condição atual de insuficiência de recursos, nomeadamente humanos, leva este Conselho a temer que a ANI possa não estar a cumprir os padrões mínimos de diligência que lhe são exigíveis, na medida em que (...) a ANI efetua processo de verificação-chave na aprovação de concessões de financiamentos públicos cujos montantes têm aumentado. A tabela abaixo sugere uma marcada melhoria no retorno da despesa (o custo administrativo passou de 1,9% para 1,3% representando uma redução de 32% em 6 anos). No entanto esta situação poderá estar a ser sustentada por custos humanos escondidos e um risco mais elevado de não deteção de irregularidades. Existe uma evidente incoerência entre a aposta do Estado na ANI enquanto motor da inovação do País e as orientações orçamentais dadas.

Ano	Incentivo Atribuído €m	Crédito Fiscal Concedido €m #	Total de dinheiros públicos sujeitos ao crivo da ANI €m	Total da despesa corrente da ANI €m	Despesa / € sob crivo em %
2015	42	171	213	4.1	1.92%
2016	145	198	343	4.5	1.31%
2017	118	211	329	5.4	1.64%
2018	115	232	347	5.2	1.50%
2019 (previsto)	227	286	513	6.8	1.33%
2020 (previsto)	400	314	714	9.3	1.30%

O CA executivo da ANI subscreve integralmente este parecer do CC mas quer também declarar que tem sempre pugnado e tomado todas as medidas para que as atividades da ANI estejam tão isentas de erro quanto desejável, tendo sempre mantido uma atenção permanente para que a qualidade das suas atividades não fosse comprometida.

Nestas circunstâncias, e em síntese, o CA da ANI considera que, embora o trabalho desenvolvido na ANI corresponda à qualidade mínima exigida, a escassez de RH (e de orçamento) tem originado atrasos significativos no desempenho das tarefas, penalizando os beneficiários da ANI, e tem impedido a implementação de outras atividades estratégicas para a sua missão.

O Conselho de Administração

(Eduardo Maldonado)

(Filomena Egreja)

(António Bob Santos)

(Helena Pereira)

(Nuno Mangas)

3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública no ano de 1993, então sob a designação de Agência de Inovação, ADI.

A ANI mantém a natureza societária da sua antecessora e encontra-se sob a dupla tutela, respetivamente, do membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do membro do Governo responsável pela área da Economia que, em articulação e no exercício das suas competências, determinam a orientação estratégica da através da participação acionista, paritária, da FCT, I.P. e do IAPMEI, I.P. no capital social da Agência.

A Agência tem um capital social no valor de 5.176.376,50 euros e como empresa pública detida de forma indireta, está sujeita ao âmbito de aplicação subjetivo do Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto - Regime do Sector Público Empresarial do Estado (RJSPE).

Missão

A ANI – Agência Nacional de Inovação, S. A. (ANI), tem por objeto o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação (SNI) e para o reforço da competitividade da economia nacional nos mercados globais.

Compete à ANI prosseguir as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030 (de acordo com a RCM 25/2018), nomeadamente

o estímulo do investimento privado em investigação e desenvolvimento (I&D), a promoção da colaboração entre entidades do sistema científico e tecnológico e o meio empresarial e o reforço da participação em redes e programas internacionais por parte das empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional (instituições de ensino superior, institutos de ID&I e centros de interface, entre outros), com vista à promoção das suas capacidades, competências e resultados da política de apoio à inovação.

Compete também à ANI a divulgação, a nível nacional e internacional, em colaboração com outras entidades, nomeadamente o IAPMEI, a AICEP e a FCT, de casos de sucesso da inovação

em Portugal, ajudando a associar a Portugal uma imagem de país inovador e a justificar investimentos crescentes, através de retorno para a economia e para o bem-estar e qualidade de vida da população.

A prossecução da missão da ANI deverá ser sempre articulada com outros objetivos de políticas públicas, nomeadamente as prioridades para o próximo ciclo de Fundos Estruturais, o Programa Nacional de Investimentos 2020-2030, o Programa Nacional de Reformas e o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem com as prioridades e objetivos associados à participação de Portugal nos programas de apoio à I&D no quadro europeu.

Visão

“Contribuir para posicionar Portugal no Grupo de Países Fortemente Inovadores da União Europeia nos primeiros anos da Próxima Década.”

Perante objetivos que lhe são fixados pelos Estatutos e pelos seus Acionistas, a ANI deve ser uma entidade de referência e de excelência, no sistema nacional de inovação, quer como

dinamizador e facilitador da ação dos seus agentes, quer como fonte de conhecimento na formulação de políticas públicas na sua esfera de atuação. Neste contexto, destaca-se a responsabilidade atribuída à ANI para coordenar a implementação da estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, bem como de iniciativas dela integrantes, como o Programa INTERFACE (nomeadamente a capacitação dos CIT - Centros de Interface reconhecidos em 2017 (28 CIT) e 2019 (3 CIT) e o apoio e monitorização dos ainda mais recentemente criados (2018/19) Laboratórios Colaborativos). É, também, atribuída à ANI a responsabilidade pela monitorização do Sistema Nacional de Inovação, em colaboração com outras entidades públicas relevantes neste domínio.

No plano nacional, é de relevar o papel que a ANI tem assumido e pretende reforçar em termos de eficácia, na análise e acompanhamento das medidas do Portugal 2020 dedicadas à I&D e Inovação, envolvendo empresas e entidades do SNI de forma colaborativa, bem como na aplicação do Programa SIFIDE (incentivos fiscais à I&D empresarial). Estas atividades mobilizam um número crescente de empresas, projetos e montantes, desempenhando um papel

fundamental no apoio à I&D empresarial em Portugal. Como tal ocupam perto de metade dos recursos humanos da ANI, sendo de salientar o seu peso na estrutura funcional da Agência.

No plano internacional, a ANI deve constituir-se como uma referência de credibilidade e excelência junto das entidades e redes da comunidade de inovação (Comissão Europeia, outras organizações, agências congéneres), tendo presente os objetivos de internacionalização e valorização do conhecimento das empresas e das outras entidades do sistema de inovação. Para tal, a promoção dos Programas-Quadro europeus de I&D e Inovação, veiculada através da nova estrutura PERIN (*Portugal in Europe Research and Innovation Network*) lançada em 2019 e a implementar em pleno em 2020, bem como o alargamento das suas atividades, será indispensável para corresponder ao objetivo nacional de duplicar a captação de verbas competitivas no próximo Programa-Quadro europeu (PQ) - Horizonte Europa - HE, relativamente ao atual Horizonte 2020, para 2 mil M€. A ANI pretende também impor-se, pela prática e dinâmica das suas atividades, como um par líder entre as suas congéneres estrangeiras, como membro da TAFTIE, tendo sido preparada em 2019 a sua presidência da TAFTIE para 2020.

Modelo de Governação: Órgãos Sociais

A Agência dispõe de um modelo de governação que lhe permite assumir uma posição central no SNI, promovendo o diálogo e a cooperação estratégica entre as áreas da política científica e tecnológica e da economia. Este modelo de governação reflete-se na paridade ao nível dos organismos que intermedeiam a ação governativa nestas duas áreas (FCT e IAPMEI). Este modelo sublinha a dependência tutelar setorial partilhada, e estrategicamente alinhada, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Economia.

De acordo com os estatutos da ANI, são órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo, e o Fiscal Único. A figura seguinte representa o modelo delineado para o relacionamento entre os diferentes órgãos e que garante o alinhamento necessário entre os veículos acionistas e tutelas setoriais.

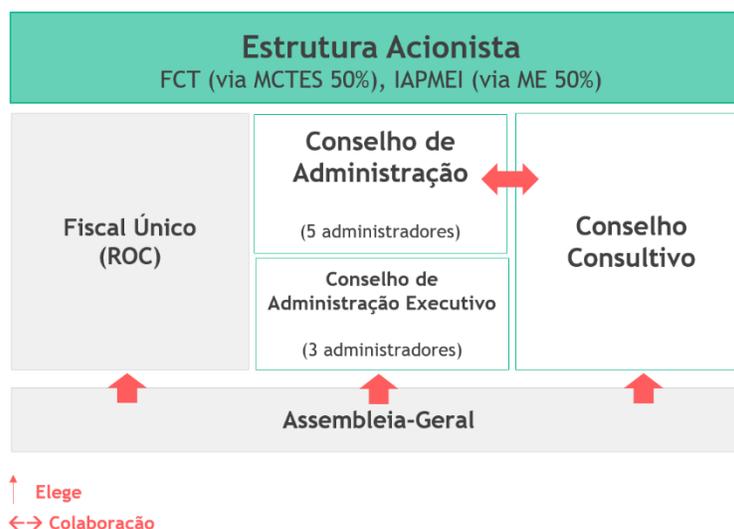


Figura 1: Estrutura Acionista e Órgãos Sociais da ANI (31.12.2019)

Assembleia Geral

A Assembleia geral é presidida pelo Prof. José Carlos Marques dos Santos e secretariada pelo Prof. João Crespo.

Durante 2019, registou-se uma reunião da Assembleia Geral a 15 de abril, que aprovou o relatório e contas de 2018, bem como um draft de PAO 2019-2021 para consulta às duas tutelas setoriais, e outra a 7 de outubro, esta última para aprovação formal do PAO 2019-2021 a submeter às tutelas e às Finanças.

Conselho de Administração

A ANI é gerida por um Conselho de Administração (CA), composto por cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de representação da Agência, competindo-lhe a definição da orgânica interna e elaboração dos respetivos regulamentos, determinando a orientação da atividade da Agência, autorizando as operações relativas ao seu objeto, representando-a em juízo ou fora dele, constituindo mandatários com os poderes que entender, e desempenhando as demais funções que por lei ou pelos estatutos da Sociedade lhe sejam cometidas.

Os três elementos executivos do Conselho de Administração (Eduardo Maldonado, que preside, Filomena Egreja e António Bob Santos) reúnem regularmente, tomando a designação de Conselho de Administração Executivo, estando também previsto nos Estatutos que o Conselho de Administração reúna, com todos os seus membros, executivos e não executivos, pelo menos quatro vezes por ano, para discussão e deliberação sobre assuntos de natureza estratégica ou estrutural para a ANI.

Durante o ano de 2019, o Conselho de Administração sofreu uma alteração da sua composição, determinadas pelos Acionistas em Assembleia Geral. Assim, em 4 de abril de 2019 foi substituído o representante da FCT, Paulo Ferrão, pela nova Presidente da FCT, que assumiu funções a 5 de abril.

Durante 2019, realizaram-se 17 reuniões do Conselho de Administração, com a seguinte distribuição:

- a) Conselho de Administração executivo - 12 reuniões;
- b) Conselho de Administração composto por EM, FE, ABS, Paulo Ferrão e Nuno Mangas - uma reunião;
- c) Conselho de Administração composto por EM, FE, ABS, Nuno Mangas - uma reunião;
- d) Conselho de Administração composto por EM, FE, ABS, Helena Pereira e Nuno Mangas - três reuniões.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo acompanha e apoia a atividade do CA, e é constituído por um número par de personalidades, provenientes em números iguais da comunidade científica e empresarial, incluindo ainda um representante de cada um dos acionistas.

Os elementos que compõem o Conselho Consultivo são escolhidos pela Assembleia Geral, e a sua função é aconselhar o Conselho de Administração sobre as opções da Agência, emitindo pareceres não vinculativos, designadamente, sobre o plano de atividades e orçamento, e o relatório de gestão e contas, ambos a apresentar à Assembleia Geral, e ainda sobre outras questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração.

A Assembleia Geral de 15 de abril designou o Conselho Consultivo para o próximo triénio:

Meio empresarial:

- António Braz dos Santos Costa
- Célia Maria Duarte dos Reis Oliveira
- Guido du Boulay Villax
- Isabel Maria Gonçalves Folhadela de Oliveira Mendes Furtado
- Sónia Manuela Fazendeiro Duarte Calado

Meio académico:

- Adelino Vicente Mendonça Canário
- Arlindo Manuel Limede de Oliveira
- José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
- Maria Teresa Ferreira Soares Mendes
- Teresa Maria Dias de Paiva

Em 2019, o Conselho Consultivo reuniu em 28 de junho para eleger o seu Presidente, Guido Villax, e Secretário, Prof.^a Doutora Teresa Paiva, bem como para aprovar o seu parecer sobre a proposta de PAO 2019-2021.

Órgão de Fiscalização - Fiscal Único

A existência de um Fiscal Único desde a sua constituição em 1993 e tal como previsto no Código das Sociedades Comerciais, é considerada indispensável tendo em conta os objetivos da ANI atividades que desenvolve. O Fiscal Único efetivo da ANI é o Dr. José Azevedo Rodrigues, sendo seu suplente o Dr. João da Rocha Abrantes Costa.

Estrutura Orgânica

A estrutura organizacional da ANI não foi alterada desde 1-9-2018:

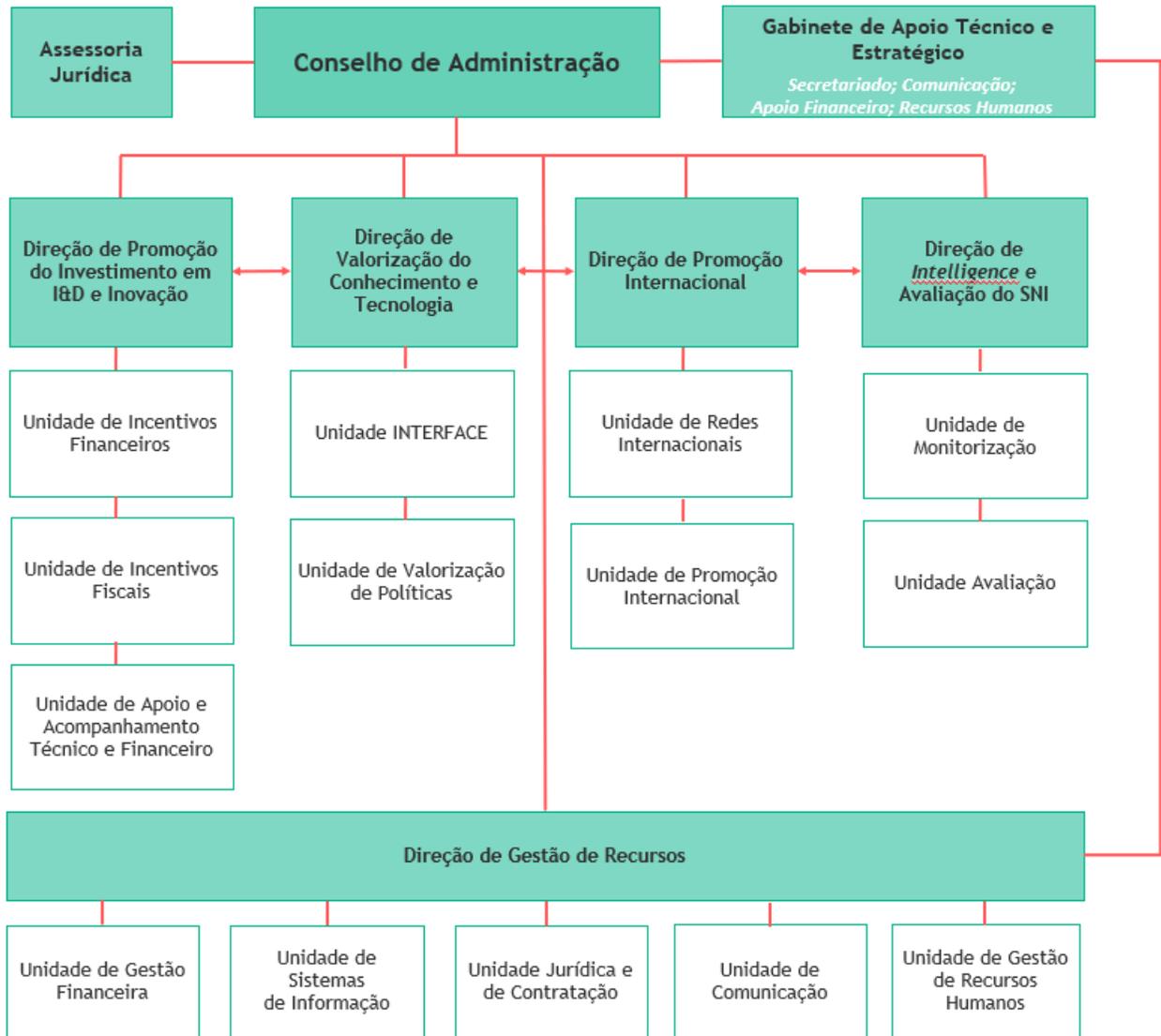


Figura 2: Macroestrutura Orgânica

Estrutura de Capital

O capital social da Agência Nacional de Inovação, S.A. é de 5.176.376,50 € (cinco milhões, cento e setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos), integralmente subscrito e realizado e representado por 1.037.350 (um milhão, trinta e sete mil e trezentas e cinquenta) ações com valor nominal unitário de 4,99 € (quatro euros e noventa e nove cêntimos), nos termos previstos nos artigos 7.º e 8.º dos Estatutos da Sociedade, com a seguinte distribuição:

- a) FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (“FCT”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), as quais correspondem a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade, e
- b) IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.” (“IAPMEI”), titular de 518.675 (quinhentas e dezoito mil, seiscentas e setenta e cinco) ações, com o valor nominal global de 2.588.188,25 € (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, cento e oitenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), que correspondem a 50% do capital social da Sociedade,

Durante o exercício de 2019 nem a estrutura acionista nem a distribuição do capital social sofreram qualquer alteração.

O capital social é representado na sua totalidade por ações ordinárias. Os Estatutos preveem, no nº1 do artigo 9.º, a possibilidade de emissão de ações preferenciais sem direito de voto, contudo, não foram emitidas quaisquer ações desta categoria.

A ANI não tem qualquer participação no capital de outras entidades.

Em 2019 não ocorreram negócios entre a entidade e o pessoal-chave de gestão, vedados pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente:

- Não foram realizados adiantamentos ao pessoal-chave de gestão
- Não foram concedidos empréstimos

O Conselho de Administração não considera relevantes os riscos financeiros, considerando a natureza de financiamento subsidiado que suporta a estrutura de gastos da ANI e a inexistência de endividamento ou exposição a quaisquer *commodities*.

Recursos Humanos

Os recursos humanos da ANI, S.A totalizavam 87 colaboradores no final de 2019. A aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2018-2020 permitiu à ANI obter um quadro máximo de 91 colaboradores, contudo, atendendo à incapacidade de retenção de capital humano que se verifica, as 4 saídas ocorridas durante o ano explicam o número final apresentado.

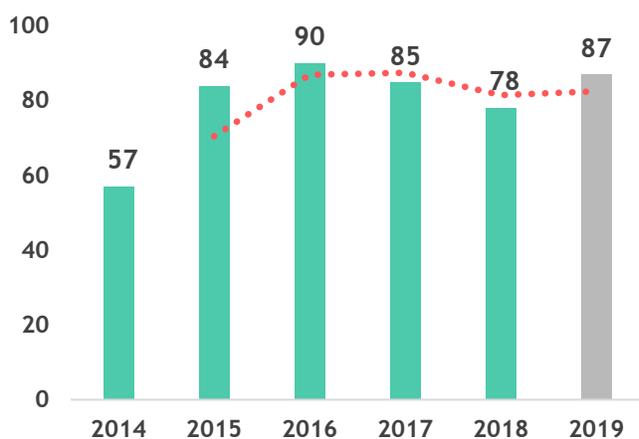


Figura 3: Evolução do Quadro de Pessoal

À data da elaboração do presente relatório, a ANI conta com um quadro de pessoal de 87 pessoas, estando em curso os procedimentos de recrutamento destinados a substituir os colaboradores que cessaram o seu vínculo com a ANI em 2019, conforme autorizado pelo PAO 2019-2021 aprovado em 19 de dezembro de 2019. Salienta-se ainda que existe uma colaboradora em regime de licença sem vencimento por 3 anos, aprovada pelo

Conselho de Administração em exercício em 16 de junho de 2017, a que o atual CA executivo já decidiu não dar continuidade na sua data de conclusão prevista.

O processo de crescimento da ANI para 2019 não foi tão sustentado quanto teria sido desejável em termos de recursos humanos (o PAO aprovado pelo CA da ANI para 2019-2021 pedia às Tutelas um quadro de 110 colaboradores, dos 130 aprovados pela tutela setorial em sede de proposta de orçamento do estado para 2019), face à crescente atribuição de competências e de responsabilidades por parte das suas Tutelas e aos compromissos crescentes em termos de número e procura dos instrumentos do Portugal 2020, para os quais a ANI é Organismo Intermédio (OI).

É de sublinhar a incapacidade da ANI em reter alguns dos seus melhores recursos humanos. As suas qualificações e elevado grau de especialização são muito apetecíveis para outras entidades, onde são atraídos por melhores condições de trabalho, nomeadamente condições remuneratórias, por vezes por uma ou duas centenas de euros mensais, que a ANI está impossibilitada de oferecer no contexto legal vigente. Esta realidade tem a agravante de a ANI ter apenas possibilidade de proceder às substituições necessárias condicionada às aprovações

anuais dos seus Planos de Atividades e Orçamento, pelo que, no final de 2019, o CA aprovou uma alteração ao Plano de Carreiras da ANI, para aplicação em 2020 após a aprovação do PAO 2020-2021, mas com efeitos retroativos a 1-1-2020, caso os termos de aprovação deste PAO, do LOE 2020 e do DLOE 2020 assim o permitirem. Este Plano estabelece regras objetivas para progressões de carreiras e revalorizações remuneratórias em 2020 e enquanto este Plano estiver e vigor.

Foi ainda acordado com os colaboradores da ANI que o Plano de Careiras da ANI será completamente revisto em 2020, com a participação daqueles, por forma a estabelecer condições justas e claras que permitam mudanças de função dos interesses da ANI e dos seus colaboradores, eliminando a atual estrutura vertical em que os colaboradores ficam estritamente afetos às Divisões em que estão integrados.

Sem um significativo aumento de colaboradores, será muito difícil recuperar todos os atrasos que se verificam nas obrigações da ANI como OI do PT2020, bem como implementar com a desejada eficácia muitas das tarefas que lhe foram conferidas pela RCM 25/2018, para a maioria das quais a ANI dispõe apenas de um ou dois colaboradores para tarefas que exigem claramente uma equipa mais numerosa e qualificada, a menos que aumente significativamente o recurso à contratação de serviços externos.

Alguns aspetos sobre os recursos humanos da ANI:

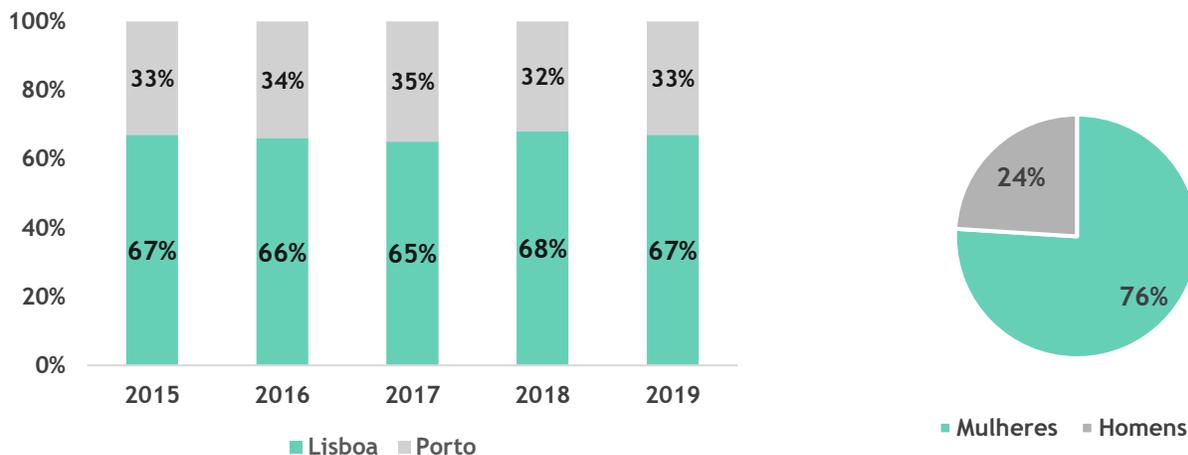


Figura 4: Distribuição Geográfica e Género

No que se refere à qualificação dos colaboradores, tem havido um grande esforço de contratação de colaboradores mais qualificados, conforme é bem visível na Fig. 5, realçando-se que cerca de 90% dos colaboradores possuem o grau de licenciatura ou superior, que o número de colaboradores com mestrado aumentou de 6 para 24 no mesmo período, e que o número de colaboradores doutorados passou de 1 em 2014 para 13 no final de 2019.

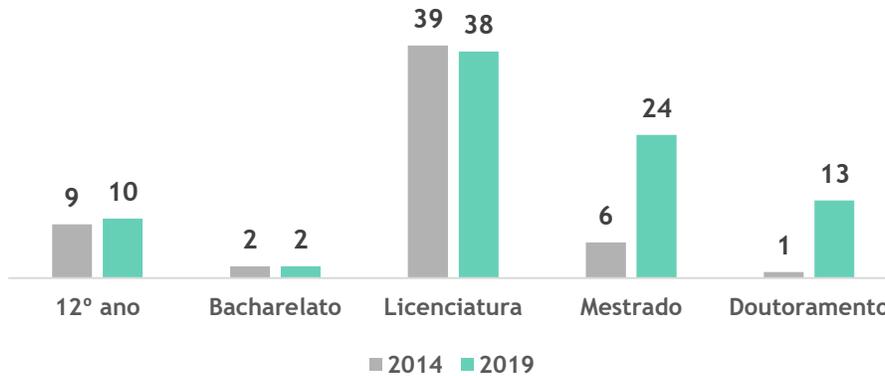


Figura 5: Evolução dos tipos de qualificação

Apesar de iniciado em 2019, não foi possível concluir em 2019 o programa de auto-avaliação dos colaboradores relativo a 2018. Espera-se que possa ser concluído no início de 2020.

Foi iniciado em 2019 um processo mais formal de avaliação do desempenho dos colaboradores durante este ano, esperando-se também que possa ficar concluído em 2020, sendo aplicado na implementação do Plano de Carreiras que a ANI espera concluir em 2020.

Factos relevantes após o encerramento do exercício

Após o encerramento do exercício de 2019, ocorreram dois factos relevantes merecedores de especial atenção:

- 1) O Brexit ficou confirmado no final de 2019. Antecipado desde há bastante tempo, a ANI não perspetiva quaisquer riscos nem qualquer impacto negativo, uma vez que a sua atividade operacional não depende direta ou indiretamente do mercado britânico.
- 2) Face à recente pandemia mundial COVID-19, a entidade admite a exposição ao risco associado, podendo o mesmo traduzir-se em perdas e atrasos operacionais relevantes no ano de 2020, nomeadamente os derivados da colocação da ANI em regime de teletrabalho integral durante um período significativo, mas não passíveis ainda de quantificação relativamente ao seu impacto financeiro. Ignora-se também se as consequências macro-económicas para Portugal terão impacto a nível orçamental que levem a restrições ao nível da execução autorizada pelo Ministério das Finanças, conforme já referido na introdução, por exemplo, o atraso na aprovação do PAO 2020-2022 e nos termos da sua eventual aprovação. No entanto, considera que estas contingências não colocam em causa a continuidade das suas operações.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2019

4.1. ESTRATÉGIA E PRINCIPAIS ATIVIDADES

As atribuições à Agência Nacional de Inovação (ANI) em 2019 foram enquadradas pela Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal, 2018-2030¹, que lhe conferiu competências reforçadas na coordenação e implementação da política de inovação e que consubstancia um compromisso por parte do Governo de que a inovação é atualmente central na definição das políticas públicas de competitividade e coesão.

Contudo, os constrangimentos associados à escassez de recursos humanos anteriormente mencionados e a crescente complexidade e diversidade das responsabilidades que têm sido cometidas à ANI, condicionaram a sua capacidade de resposta operacional em 2019.

Esses condicionalismos foram mais evidentes na área da gestão dos incentivos, implicando atrasos na avaliação das candidaturas, na análise dos pedidos de pagamento e também no necessário acompanhamento dos projetos no terreno. Em consequência foi, igualmente, prejudicada a imagem de proximidade e de relacionamento proativo da ANI com alguns dos protagonistas essenciais do ecossistema de inovação.

O balanço comparativo do desempenho do PT2020 face ao QREN, evidencia um claro aumento da procura e constitui um outro fator justificativo para as crescentes dificuldades sentidas na área da gestão dos incentivos, que dispõe de menos recursos humanos no presente para executar o PT2020 que para a execução do QREN. Este aspeto está claramente ilustrado na Figura 6 na qual se pode observar que entre o arranque do PT2020 e dezembro de 2019, decorridos cinco anos de execução do atual quadro de programação, o número total de candidaturas a instrumentos geridos pela ANI atingiu 181% do número total de candidaturas apresentadas no QREN para igual período.

As condições descritas obrigam a ajustes sistemáticos dos esforços das equipas e à constante reconfiguração das mesmas consoante as prioridades de trabalho mais urgentes e mais imperativas. Em 2019, por exemplo, perante a prioridade do cumprimento de metas de

¹ Resolução do Conselho de Ministros 25/2018, de 8 de março.

desempenho financeiro do Portugal 2020, para 2019, a ANI, no último semestre do ano, concentrou os seus esforços na execução financeira dos projetos, criando uma *task force* interna para o efeito, com apoio também a uma subcontratação significativa, que permitiu superar a meta com a qual se comprometeu. Essa opção, contudo, originou um agravamento nos atrasos na avaliação das candidaturas em curso.

Acresce o facto de a ANI gerir um conjunto mais alargado de instrumentos no PT2020 comparativamente ao QREN, sendo responsável, como organismo intermédio, pela avaliação das candidaturas e respetivo acompanhamento de toda a I&D colaborativa com liderança empresarial, bem como pela avaliação e acompanhamento de outros apoios à I&D:

- Projetos de I&D em copromoção, incluindo os projetos ao abrigo do Clube de Fornecedores, Parcerias Internacionais (MIT/UTA/CMU), Selos de Excelência e Projetos de I&D Industrial à Escala Europeia, incluindo EUREKA e EUROSTARS;
- Projetos Demonstradores individuais e em copromoção;
- Projetos Mobilizadores;
- Núcleos de I&D em copromoção
- Internacionalização de I&D (Medida do SI I&DT e do SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica);
- Proteção de Propriedade Intelectual e Industrial (Medida do SI I&DT e do SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica).
- Projetos de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico do SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas;
- Apoio na avaliação técnico-científica dos projetos do RCI - Regime Contratual de Investimento (I&D), por solicitação da AICEP, organismo intermédio desta medida;
- Apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados para o POR Lisboa e, a nível nacional, no apoio aos CoLAB.

Embora a atividade desenvolvida em 2019, por cada Unidade Orgânica, se encontre detalhada nos pontos seguintes deste Relatório, apresenta-se de seguida uma breve síntese dos resultados mais importantes da mesma:

- Considerando o acompanhamento e a execução financeira dos **projetos PT2020**, no que respeita ao incentivo pago, foram emitidas 1.562 ordens de pagamento, correspondentes a um montante de 46,8 M€, representando cerca de 51% do valor pago nos três anos anteriores.

Já no que diz respeito ao acompanhamento da execução física dos projetos registaram-se 132 visitas a promotores.

- No mesmo ano foram avaliadas 338 candidaturas e 164 alegações contrárias, sendo que os projetos elegíveis representaram cerca de 135 M€ de incentivo. O número de promotores associados a estes projetos foi de 869 relativamente às candidaturas analisadas recebidas e 691, no que concerne aos projetos aprovados. Estas avaliações incluíram: a conclusão das análises do AVISO Copromoção que fechou em 2018, aprovando 118 projetos, no valor de 71,8 M€ de incentivo e a conclusão da análise do Aviso do Clube de Fornecedores da BOSCH, com 16 candidaturas aprovadas, no valor de 14,5 M€ de incentivo. Incluíram ainda a conclusão do concurso inovador de copromoção Parcerias Internacionais com 3 Universidades Americanas (CMU, MIT e UTA), lançado nesse mesmo ano, em que foram aprovados para financiamento 25 projetos liderados por empresas nacionais, no valor de 23,6 M€ de incentivo.
- Também o **SIFIDE** apresenta resultados muito positivos, afirmando-se como uma medida cada vez mais relevante para o estímulo à I&D empresarial. Em 2019 foram recebidas mais de 1700 candidaturas, tendo aumentado a solicitação de crédito fiscal em 34% face a 2018 (elevando aquele valor para cerca de 354 M€ em 2019). Relativamente ao perfil das empresas nas candidaturas apoiadas, nos exercícios fiscais de 2017 a 2018, e mais concretamente a este último, verifica-se um crescimento significativo de 44% no que diz respeito à participação das micro, pequenas e médias empresas.
- Em 2019 deu-se continuidade à monitorização sistemática dos apoios concedidos no âmbito dos instrumentos do Portugal 2020 geridos pela ANI, com o reporte periódico às tutelas de alguns indicadores de resultado. Foi igualmente iniciado o procedimento de monitorização e acompanhamento dos resultados dos projetos apoiados no âmbito do SIFIDE, que já conta com a recolha de dados de 600 empresas. Ainda neste âmbito, deu-se continuidade ao desenvolvimento da nova plataforma do SIFIDE, tendo ficado concluído o protótipo para a fase de testes, o que permitiu o lançamento da nova plataforma a 2 de março de 2020.
- Em relação ao **Programa INTERFACE**, procedeu-se à análise dos relatórios de implementação do primeiro ano de Financiamento de Base dos 24 **Centros de Interface** financiados ao abrigo do FITEC. Além disso, foram analisadas propostas de reconhecimento de novos Centros de

Interface, tendo sido três as propostas com parecer positivo enviadas para aprovação da tutela responsável pelo reconhecimento (Ministério da Economia).

- Ainda no âmbito do Programa INTERFACE, a ANI iniciou em 2019 o processo de acompanhamento e monitorização dos 26 **Laboratórios Colaborativos (CoLAB)** reconhecidos pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia - onde se inclui a contratualização de peritos internacionais para acompanhamento (“*mentoring*”), conforme Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Na promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica, prosseguiu em 2019 a implementação do Programa **Born from Knowledge (BfK)**, com o lançamento do Programa de Aceleração em Ciência e Tecnologia (BfK RISE), envolvendo 3 edições (região Norte, Centro e Alentejo), 20 projetos e 60 participantes a capacitar. Foram também distinguidos e atribuídos prémios a 10 ideias/projetos de base científica e tecnológica no âmbito do BfK Awards.
- Adicionalmente, prosseguiu a implementação do Programa **SIAC-ANI - Iniciativa de Transferência de Tecnologia**, através do qual foi operacionalizado um conjunto alargado de iniciativas, de que se destacam todas as iniciativas desenvolvidas pelo Programa Born from Knowledge (Ideas, Awards, Transfer e Rise), a Mostra Tecnológica “TECH@PORTUGAL 2019” (julho de 2019, Edifício da Alfândega, Porto), a 2ª edição do Prémio Jornalismo em Inovação (dezembro de 2019, Porto Innovation Hub), a realização de workshops de capacitação com os CoLabs e os CIT (dezembro/2019, Viseu) e o lançamento da iniciativa “Demonstrador Tecnológico”, em articulação com os Centros de Interface.
- Em 2019, a ANI, enquanto entidade responsável pela Presidência do Conselho Coordenador da **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)**, iniciou o processo de revisão da ENEI, em articulação com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Neste âmbito, é de destacar a realização do evento internacional sobre *Smart Specialization*, organizado em colaboração com a DG Regio/JRC (Faro, maio de 2019), bem como o ciclo de eventos “Dinâmicas para a Inovação” e de descoberta empreendedora (out de 2019 - dez de 2019).

- A ANI prosseguiu a implementação do Protocolo de Colaboração para as **Compras Públicas de Inovação (CPI)**, entre a ANI e o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção . De destacar a organização pela ANI do encontro internacional de Compras Públicas para a Inovação (LNEC, outubro de 2019).
- **A participação portuguesa no Horizonte 2020 em 2019 foi muito positiva**, tendo sido obtido um retorno de 1,73% do total do financiamento europeu apurado até meados de fevereiro de 2020, correspondente a uma taxa de retorno superior à média nacional do programa até agora. As instituições portuguesas submeteram 2027 propostas e foram selecionados para financiamento 284 projetos (64 com coordenação). O financiamento total captado por entidades Portugueses em 2019 vai atingir ou ultrapassar os 150 M€. Ao longo de 2019, o GPPQ organizou 80 sessões públicas de informação por todo o país.
- Nos programas do H2020 mais focados nas empresas, em 2019 foram financiados para **PMEs portuguesas 5 projetos no *Fast Track to Innovation*** (taxa de sucesso de 2,55%), **14 PME na fase 1 e 10 projetos de Fase 2 do Instrumento para as PME** (taxas de sucesso de 1,66% e 1,70%, respetivamente), para o que muito contribuiu o intenso programa de apoio às PMEs organizado pela ANI, e que resulta agora em taxas de sucesso alinhadas com a média nacional global da participação nacional no H2020.
- No âmbito do **EUREKA - EUROSTARS**, em 2019, foram apresentadas 29 candidaturas por parte de entidades nacionais. Combinando os fundos nacionais com o AVISO 16 do COMPETE (Portugal 2020) foi possível financiar 8 propostas das 13 aprovadas pelo Júri independente europeu. Foram ainda financiados pelo Portugal 2020 mais 6 projetos EUREKA Cluster dos 15 projetos que receberam o selo EUREKA. Sem a componente PT2020, apenas teria sido possível financiar 3 projetos EUROSTARS.
- No âmbito das relações internacionais, foi também assegurada a participação nas 5 reuniões anuais de coordenação da **TAFTIE**. A ANI integrou duas task-forces em curso, liderando ainda a Task Force “SoftPower”, posição em que coordenou o trabalho de 17 agências-membro da TAFTIE e foi concluída em 2019. A ANI preparou em 2019 o programa da sua Presidência 2020 da TAFTIE.

- No que respeita à gestão interna da ANI, iniciaram-se em 2019 os projetos de desenvolvimento informático previstos para a implementação de um sistema de gestão de candidaturas de Incentivos Financeiros, bem como uma plataforma dedicada para a gestão de contratação de peritos para a emissão de pareceres técnico-científicos. Destaca-se também a implementação de uma plataforma CRM (*Customer Relationship Management*) que permitirá, já em 2020, assegurar uma gestão de contactos, carteiras e portfolio de oportunidades junto dos diversos *stakeholders* da ANI de forma mais célere e melhor direcionada.
- No que respeita à gestão de recursos humanos, o exercício de 2019 fica também marcado pela conclusão do processo de recrutamento, e subsequente acolhimento, de 13 novos colaboradores, embora, por outro lado, se tenha assistido à saída de 4 colaboradores, 3 dos quais da área dos incentivos financeiros. Verificou-se, em paralelo, o início dos trabalhos de revisão e atualização do Plano de Carreiras em vigor.
- No último quadrimestre do ano, com a publicação do DLEO de 2019, a ANI viu o seu enquadramento orçamental alterado do regime simplificado para o regime geral. Esta nova realidade obrigou a uma reformulação de um vasto leque de procedimentos internos de controlo e gestão financeira, que, até então, não eram aplicáveis à ANI. Esta alteração implica um significativo aumento das obrigações burocráticas da ANI para com as Finanças, e obriga também a maior número de autorizações das tutelas para atividades correntes.

4.2. DIREÇÃO DE PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO EM I&D E INOVAÇÃO

A ANI gere um conjunto de incentivos financeiros e fiscais à investigação e inovação que apoiam a valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico. É através desta Direção que são asseguradas as responsabilidades da ANI enquanto Organismo Intermédio (OI) do Portugal 2020 e no âmbito do SIFIDE. A mesma contou ao todo com 37 elementos, dos quais 4 dirigentes, uma técnica superior para apoio ao RCI - Regime Contratual de Investimento e 3 elementos para apoio administrativo à contratação dos peritos externos.

4.2.1. Unidade de Incentivos Financeiros à I&D

Esta Unidade tem a seu cargo a gestão dos instrumentos do PT2020 que são responsabilidade da ANI, nomeadamente:

- Análise e gestão das candidaturas ao SI&DT, ao SAICT e ao SIAC;
- Análise prévia de candidaturas e seleção de peritos a contratar;
- Realização de reuniões com promotores;
- Participação no desenho de novos Avisos;
- Definição de novas metodologias de avaliação e participação em grupos de trabalho de simplificação de processos.

Breve enquadramento global

Conforme já referido e evidenciado na Figura 6, a ANI gere no Portugal 2020 um conjunto substancialmente mais alargado de instrumentos comparativamente às responsabilidades assumidas no QREN. Nos cinco anos de execução do atual quadro de programação já decorridos, o número total de candidaturas a instrumentos geridos pela ANI atingiu 181% do número total de candidaturas apresentadas no QREN, tendo sido recebidas 2.188 candidaturas, correspondentes a um investimento proposto de 2.284,84 M€. Do conjunto de instrumentos de apoio geridos é o SI I&DT Copromoção, o instrumento que se destaca com 1.259 candidaturas, seguido dos Demonstradores em Copromoção (174) e Demonstradores Individuais (163). Verifica-se, contudo, que os projetos Mobilizadores ganham relevância considerando o volume de

investimento proposto e aprovado, bem como considerando a adesão de um elevado número de copromotores (até à data candidataram-se 1232 promotores para 54 candidaturas).

PT2020 - Apoios à Inovação

Medidas ANI - 2014-2019 - Monitorização (01/2014 a 31/12/2019)

Medidas	Execução Total									
	Candidaturas recebidas		Candidaturas em análise		Candidaturas financiadas					
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de projetos financiados	Investimento proposto (€)	Investimento aprovado (€)	Incentivo contratado (€)	Pagamentos realizados (€)	N.º de Entidades (participações)
PT2020 (2015 - 2019)	2 188	2 284 844 714	83	233 554 625	927	872 678 614	744 733 201	464 470 092	122 165 522	2 659
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	1 259	1 280 672 684	5	6 893 426	494	534 304 811	452 741 889	283 596 768	89 256 930	1 582
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	174	123 884 990			53	34 756 520	30 309 057	16 839 035	6 481 143	165
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores Individuais	163	86 108 836			42	20 283 830	17 165 395	8 522 990	3 477 258	42
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	40	62 959 447	6	7 437 730	16	28 277 598	22 115 563	11 855 294	884 175	16
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	37	22 498 915	7	3 964 376	24	15 026 355	13 891 818	8 962 091	577 305	50
PT2020 - SI I&DT - Parcerias Internacionais	41	71 148 740			25	40 508 067	38 729 188	23 616 601		101
PT2020 - SI I&DT - Projectos Mobilizadores	54	460 530 627	26	211 726 546	14	128 472 852	107 948 147	71 186 688	14 883 065	375
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	68	48 379 517			17	12 244 758	9 832 683	5 819 141	1 794 090	45
PT2020 - SI I&DT - Internacionalização de I&D	29	3 623 113			16	1 841 356	1 487 015	671 382	171 753	16
PT2020 - SI I&DT - Propriedade Industrial	12	750 096	6	422 733	6	327 363	326 939	163 469	25 695	6
PT2020 - SAICT - Internacionalização de I&D	55	11 685 230	6	1 470 447	40	8 610 196	6 911 051	4 518 984	441 674	40
PT2020 - SAICT - Propriedade Industrial	189	8 438 307	27	1 639 366	143	5 848 155	5 680 119	4 767 571	563 308	143
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico	38	27 167 300			21	15 021 125	14 599 371	9 398 803	2 876 371	26
PT2020 - Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	29	76 996 913			16	27 155 629	22 994 966	14 551 274	732 755	52
QREN (2007 - 2013)	1 573	1 489 495 570			637	669 629 232	541 565 944	339 520 226	279 458 138	2 120
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção	1 557	1 350 047 709			623	566 744 911	465 947 703	287 720 530	233 686 807	1 821
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores	16	139 447 861			14	102 884 321	75 618 241	51 799 696	45 771 331	299
PT2020 / QREN (2007 - 2013)	139%	153%			146%	130%	138%	137%	44%	125%
QREN (2007 - 2012)	1 210	1 239 499 404			508	577 612 010	468 108 845	293 778 908	109 682 364	1 738
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção	1 194	1 100 051 543			494	474 727 689	392 490 604	241 979 212	96 234 000	1 439
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores	16	139 447 861			14	102 884 321	75 618 241	51 799 696	13 448 364	299
PT2020 / QREN (2007 - 2012)	181%	184%			182%	151%	159%	158%	111%	153%

31/12/2019

Figura 6: Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

Tratando-se de projetos de natureza colaborativa, na sua larga maioria, importa destacar que ao total de 2188 candidaturas recebidas e analisadas até dezembro de 2019, correspondem 6714 promotores.

Numa breve referência à distribuição das candidaturas por área tecnológica, verifica-se que 34% das candidaturas submetidas se enquadram na área tecnológica de TIC, seguida da área de Tecnologias de Materiais (13%), Biotecnologia (10%) e Engenharia Mecânica (8%), conforme Figura 7.

Finalmente, por tipo de entidade, para o mesmo período, a Figura 8 mostra que o incentivo atribuído é maioritariamente destinado a empresas, numa proporção inversa da que se regista para a tipologia de promotores (1320 entidades não empresariais do sistema de I&I e 1289 empresas, para os projetos elegíveis - Figura 9).

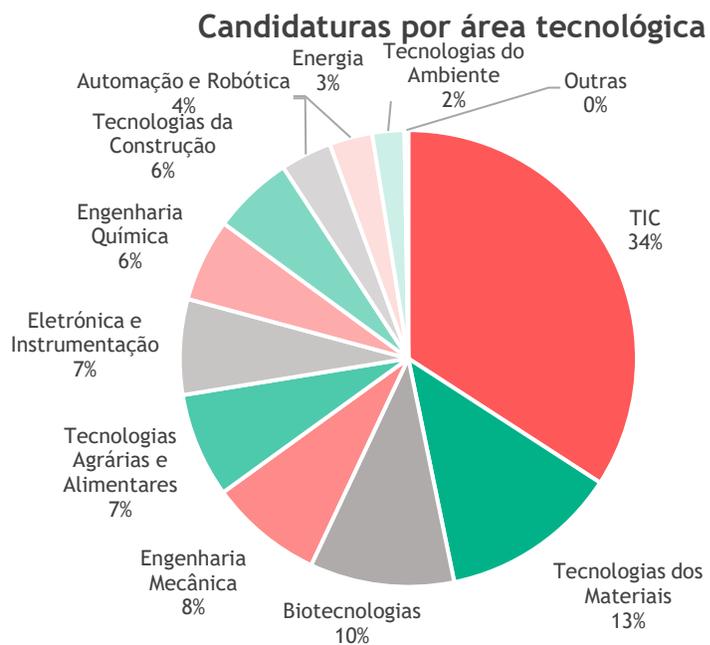


Figura 7: Número de candidaturas por área tecnológica

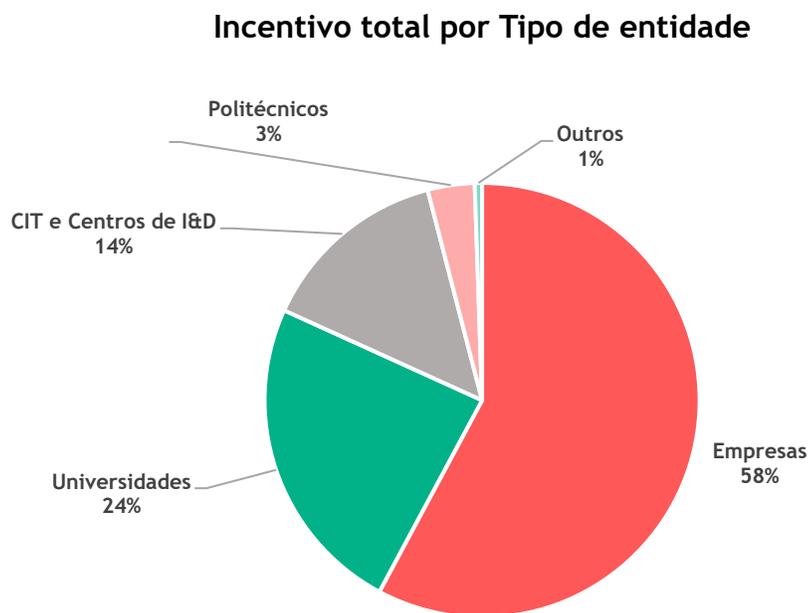


Figura 8: Distribuição do incentivo por tipo de entidade



Figura 9: Dashboard de execução dos Incentivos Financeiros à I&D do Portugal 2020 - 2014 a 2019*

* O número de projetos aprovados referidos no dashboard (912) é ligeiramente inferior ao reportado na Figura 6 (927) dado só incluir os projetos já com decisão emitida.

Ano de 2019

Em termos de resultados desagregados relativos à atividade de 2019, a ANI recebeu 177 candidaturas, tendo concluído a análise de 338, número que inclui candidaturas recebidas em 2018 e cuja avaliação transitou para 2019. A Figura seguinte demonstra a expressiva variedade de avisos analisados em 2019, com maior destaque para o principal instrumento da ANI (Copromoção), que representa 44% das análises efetuadas em 2019 e cerca de 72M€, ou seja, 53% do incentivo atribuído.

PT2020 - Medidas geridas pela ANI - 2019

PT2020 - Apoios à Inovação
 Medidas ANI - 2019 - Monitorização (01/2019 a 31/12/2019)

Medidas	Execução Total									
	Candidaturas recebidas		Candidaturas em análise		Candidaturas financiadas					
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de projetos financiados	Investimento proposto (€)	Investimento aprovado (€)	Incentivo contratado (€)	Pagamentos realizados (€)	N.º de Entidades (participações)
PT2020 (2019)	177	355 625 919	83	233 554 625	264	252 585 536	220 120 283	135 195 873	45 966 562	691
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	5	6 893 426	5	6 893 426	118	133 575 692	115 296 330	71 810 641	30 613 131	401
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção					2	2 648 292	2 577 538	1 274 100	1 259 567	10
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores Individuais					2	884 793	859 354	503 588	1 067 104	2
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	12	16 358 101	6	7 437 730	16	28 277 598	22 115 563	11 855 294	884 175	16
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	16	9 137 667	7	3 964 376	22	14 021 611	12 896 225	8 261 852	550 594	46
PT2020 - SI I&DT - Parcerias Internacionais	41	71 148 740			25	40 508 067	38 729 188	23 616 601		101
PT2020 - SI I&DT - Projectos Mobilizadores	26	211 726 546	26	211 726 546					7 264 724	
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção									1 059 465	
PT2020 - SI I&DT - Internacionalização de I&D	4	599 149			4	496 507	344 568	160 984	78 052	4
PT2020 - SI I&DT - Propriedade Industrial	8	506 128	6	422 733	4	183 395	183 391	91 695	18 518	4
PT2020 - SAICT - Internacionalização de I&D	15	2 811 526	6	1 470 447	15	3 303 893	2 597 652	1 774 702	151 778	15
PT2020 - SAICT - Propriedade Industrial	38	2 063 751	27	1 639 366	40	1 530 060	1 525 509	1 295 141	463 309	40
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico									1 823 387	
PT2020 - Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	12	34 380 885			16	27 155 629	22 994 966	14 551 274	732 755	52

31/12/2019

Figura 10: Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020 - ano de 2019

Das 338 candidaturas analisadas, a ANI aprovou 264 projetos correspondentes a um incentivo de cerca de 135,2 M€. Para as candidaturas aprovadas em 2019 verifica-se ainda a participação de mais 616 promotores (288 empresas e 328 entidades não empresariais), um aumento de 31% face ao conjunto dos anos anteriores.

Projetos aprovados 240	Investimento aprovado 360.5M	Promotores 616	Empresas 288 Participações	Entidades Não Empresariais 328 participações	Empresas distintas 243 Contagem única
	Incentivo público 201,4 M	Pagamentos realizados 11.8 M	Média - Promotores por projeto 2.6	Média - Investimento por projeto 1.5 M	Média - Incentivo por projeto 893.3 K

Figura 11: Dashboard de execução dos Incentivos Financeiros à I&D do Portugal 2020 - 2019*

Medida de apoio / Aviso de Concurso	Nº Candidaturas analisadas
SI I&DT - I&D em Co-Promoção	150
31/SI/2017	150
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	1
29/SI/2017	1
SI I&DT - Parcerias Internacionais	40
04/SI/2019	40
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	25
25/SI/2017	9
18/SI/2018	13
16/SI/2019	3
SI I&DT - Selos de Excelência	28
19/SI/2018	28
Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	29
03/SI/2018	29
SI I&DT - Internacionalização de I&D	4
24/SI/2017	3
02/SI/2019	1
SI I&DT - Propriedade Industrial	4
23/SI/2017	2
03/SI/2019	2
SAICT - Internacionalização de I&D	16
03/SAICT/2017	6
02/SAICT/2019	10
SAICT - Propriedade Industrial	41
04/SAICT/2017	32
01/SAICT/2019	9
Total de candidaturas analisadas em 2019	338

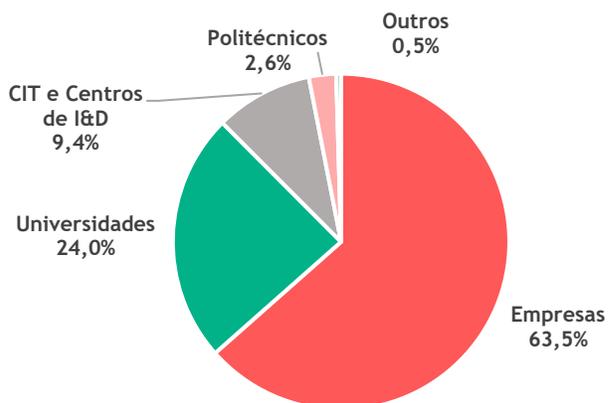
Figura 12: Candidaturas analisadas em 2019

De salientar que três dos Avisos avaliados em 2019 apresentaram uma tipologia inovadora:

- SI I&DT Parcerias Internacionais - recurso a nova metodologia de avaliação, a painéis de avaliação e a peritos internacionais;

- I&D em Copromoção - Clube de Fornecedores Bosch - recurso a nova metodologia de avaliação e a painéis de avaliação;
- I&DT Empresarial (Demonstradores Individuais - Selos de Excelência - recurso a nova metodologia de avaliação e a peritos internos da ANI (técnicos da Direção de Promoção Internacional).

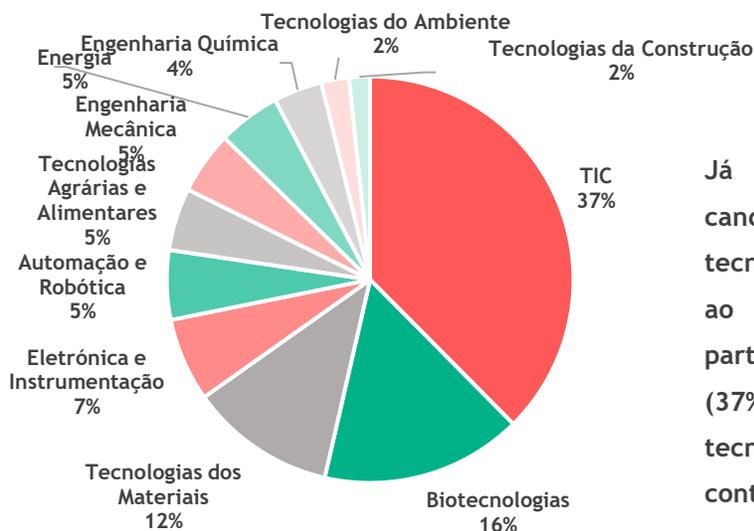
Incentivo total por Tipo de entidade



Desagregando o incentivo por tipo de entidade (Figura 13) verifica-se que em 2019 e face ao período anterior as empresas absorveram uma maior fatia do incentivo total atribuído (63% contra 58% da média do período global).

Figura 13: Distribuição do incentivo por tipo de entidade

Candidaturas por área tecnológica



Já em termos da distribuição das candidaturas submetidas, por área tecnológica (Figura 14), verifica-se, face ao período global, um acréscimo na participação da área tecnológica das TIC (37% contra 34%), bem como na área tecnológica das biotecnologias (16% contra 10%).

Figura 14: Distribuição de candidaturas por área tecnológica

Em 2019, foram recebidas 126 alegações contrárias e reclamações, tendo sido analisadas 164 (número que inclui alegações recebidas em 2018), das quais 30 alteraram o sentido da decisão

(de não elegível para elegível) e 118 mantiveram o sentido da decisão (não elegíveis ou não selecionados). As restantes 16 alegações corresponderam a reclamações apresentadas pelos beneficiários devido a reduções de investimento, sendo que 8 mantiveram o investimento e 8 foram objeto de aumento do investimento elegível. Esta situação está retratada na figura 15 que apresenta igualmente a evolução desta dimensão de análise ao longo do PT2020.

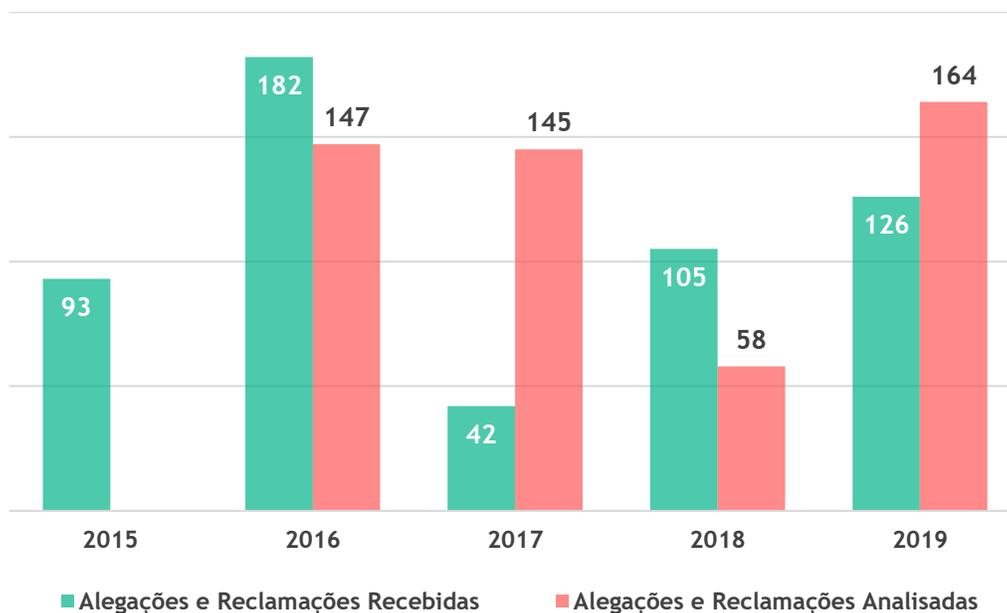


Figura 15: Alegações contrárias recebidas vs. analisadas (PT2020)

A avaliação das candidaturas em 2019 mobilizou a contratação de 139 peritos, correspondendo a 321 pareceres. Foram ainda realizados 8 painéis de avaliação, tendo em vista avaliar os avisos SI I&DT Parcerias Internacionais e I&D em Copromoção - Clube de Fornecedores.

No âmbito do Contrato de Colaboração estabelecido entre a ANI e a AICEP para apoio às candidaturas e projetos do RCI do PT2020, foram recebidas 3 novas candidaturas em 2019, tendo a ANI analisado 1 alegação contrária e 9 candidaturas durante 2019, 8 das quais com proposta de parecer favorável, correspondente a um investimento elegível de 116,8 M€ e um incentivo elegível de 50,5 M€, representando 21 entidades copromotoras (12 empresas e 9 ENE SII). Em 2019 encontravam-se em acompanhamento 17 projetos do RCI, correspondentes a 56 entidades copromotoras (31 Empresas; 25 ENE SII). Para além da

participação e da elaboração de contributos para o GT da Simplificação, esta Unidade participou ativamente no desenho e lançamento dos seguintes avisos, cuja análise decorrerá em 2020:

- AAC 14/SI/2019 - Programas Mobilizadores, que registou a submissão de 26 candidaturas com a participação de 518 copromotores, e que foi objeto de uma alteração do referencial de mérito, do Anexo Técnico, bem como novas abordagens no processo de avaliação.

	Clusters de Competitividade	Outras Dinâmicas Coletivas	Total
Dotação orçamental (M€)	52	25	77
N.º de candidaturas	17	9	26
N.º de promotores	354	164	518
Investimento Proposto (M€)	138,0	73,8	211,7
Incentivo Solicitado (M€)	90,5	44,3	134,8

- I&DT Empresarial (Copromoção, Parcerias Internacionais Politécnicos).
- AAC 16/SI/2019 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia.

4.2.2. Unidade de Apoio e Acompanhamento

A atividade da Unidade centra-se na contratualização, acompanhamento e encerramento dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 geridos pela ANI, nomeadamente:

- Contratualização dos projetos aprovados;
- Acompanhamento técnico e financeiro dos projetos aprovados;
- Realização de visitas técnicas intercalares e finais, tendo em vista proceder ao encerramento dos projetos já concluídos tecnicamente;
- Realização de visitas de verificação no local, de acordo com os planos de verificação definidos pelas Autoridades de Gestão;
- Gestão do serviço externo de validação de pedidos de pagamento.

Em 2019 foram validados 205 Termos de Aceitação, conforme espelhado na Figura 16.

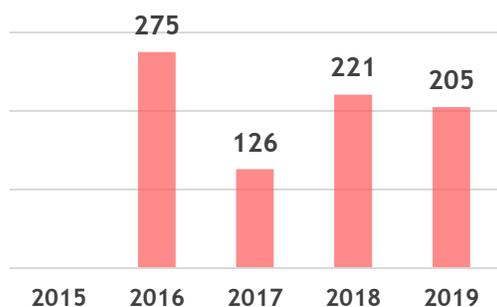


Figura 16: Termos de aceitação validados

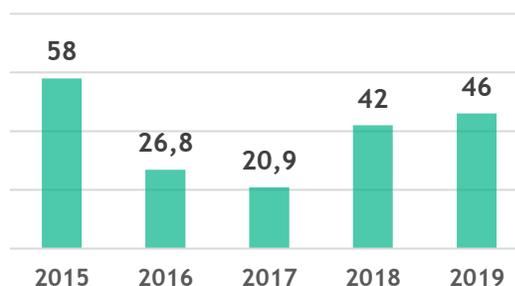


Figura 17: Pagamentos a promotores (Milhões de euros)

Foram emitidas 1.562 ordens de pagamento, correspondentes a um montante de incentivo de 46 M€, representando cerca de 51% do total do valor pago nos três anos anteriores (Figura 17). Conforme Figura 18 no final do ano encontravam-se já em acompanhamento, 827 projetos que contam com a participação de 2.389 beneficiários, traduzindo um aumento de 31% do número de projetos em acompanhamento, bem como um aumento de cerca de 400 beneficiários em relação ao ano anterior. Registou-se, portanto, um acréscimo de 98% no número de projetos em acompanhamento na ANI entre 2017 e 2019, facto que associado à impossibilidade de reforço de recursos humanos tem conduzido aos progressivos constrangimentos em matéria de cumprimento de prazos, como mencionado anteriormente.

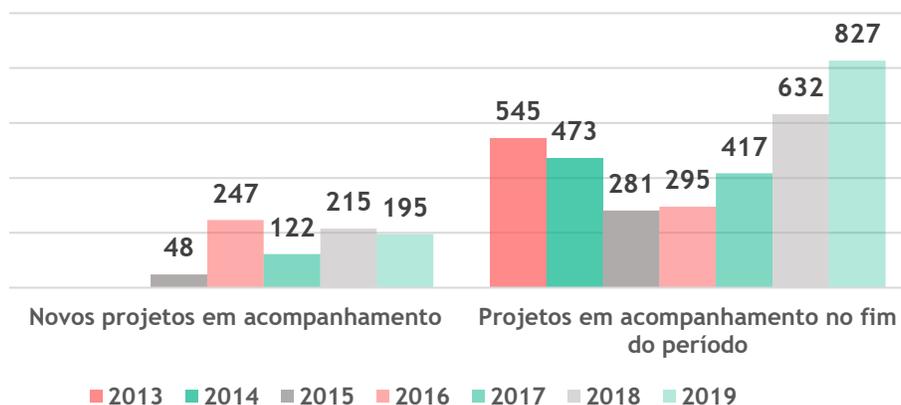


Figura 18: Projetos em acompanhamento (PT 2020)

Ainda assim, por forma a mitigar os atrasos existentes ao nível da análise de pedidos de pagamento e conseqüente libertação de incentivo, foi lançado um concurso público nacional para validação de pedidos de pagamento cuja adjudicação foi efetuada em fevereiro de 2019.

A contratação deste serviço, cuja gestão cabe a esta unidade, contribuiu para o aumento significativo dos pagamentos aos beneficiários verificado no 2º semestre de 2019.

Foi igualmente responsabilidade desta Unidade a organização e realização de 132 visitas aos promotores com dois objetivos distintos:

- 45 visitas de verificações no local, de acordo com os planos de verificação aprovados pelas Autoridades de Gestão, tendo em vista confirmar o fornecimento dos produtos/bens em conformidade com os termos e as condições do termo de aceitação, o progresso físico dos projetos, o respeito pelas regras comunitárias em matéria de publicidade e ainda verificar se os beneficiários estão a fornecer informações precisas sobre a execução física e financeira dos projetos.
- 87 visitas técnicas in loco, tendo em vista aferir a execução técnica dos projetos e cumprimento dos objetivos propostos em candidatura.

A ANI participou ainda nas atividades e reuniões levadas a cabo no âmbito do Grupo de Trabalho de medidas de Simplificação na área da investigação e desenvolvimento.

4.2.3. Unidade de Incentivos Fiscais

A Unidade de Incentivos Fiscais tem como atividade principal a gestão de todo o processo conducente à **certificação de despesa de I&D e atribuição de um crédito fiscal no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE)**.

Mais especificamente, esta dedução à coleta das empresas, em sede de IRC, deve ser justificada por declaração comprovativa de que as atividades exercidas correspondem efetivamente a ações de investigação ou desenvolvimento, dos respetivos montantes envolvidos, do cálculo do acréscimo das despesas em relação à média dos dois exercícios anteriores e de outros elementos considerados pertinentes.

O SIFIDE tem um papel muito relevante no âmbito dos mecanismos de financiamento que visam estimular o investimento empresarial em matéria de I&D, representando mais de 50% do volume de apoios dos instrumentos geridos pela ANI (PT 2020, SIFIDE, H2020).

Candidaturas, Investimento em I&D e Crédito Fiscal

No ano de 2019, foram submetidas à ANI 1715 candidaturas, tendo esta Unidade, através de uma Comissão Técnica com poderes delegados pelo Conselho de Administração, procedido à análise de 1657 candidaturas, relativas aos 3 últimos exercícios fiscais. Para o efeito, a supracitada Comissão realizou 64 reuniões de decisão.

N.º candidaturas recebidas = 1.715

ANO FISCAL	2019
2016	-
2017	10
2018	1705
TOTAL	1715

Figura 19: Número de candidaturas recebidas

N.º candidaturas avaliadas = 1.657

ANO FISCAL	2019
2016	39
2017	908
TOTAL	1657

Figura 20: Número de candidaturas avaliadas

Estas candidaturas incluem 4.830 projetos distribuídos da seguinte forma:

ANO FISCAL	2019
2016	77
2017	3507
2018	1246
TOTAL	4830

Figura 21: Distribuição do número de projetos

Conforme ilustrado nas figuras 22 e 23 assiste-se a um crescimento sustentado nos últimos anos, quer em termos de despesa de I&D apurada, quer em termos de crédito fiscal aprovado .

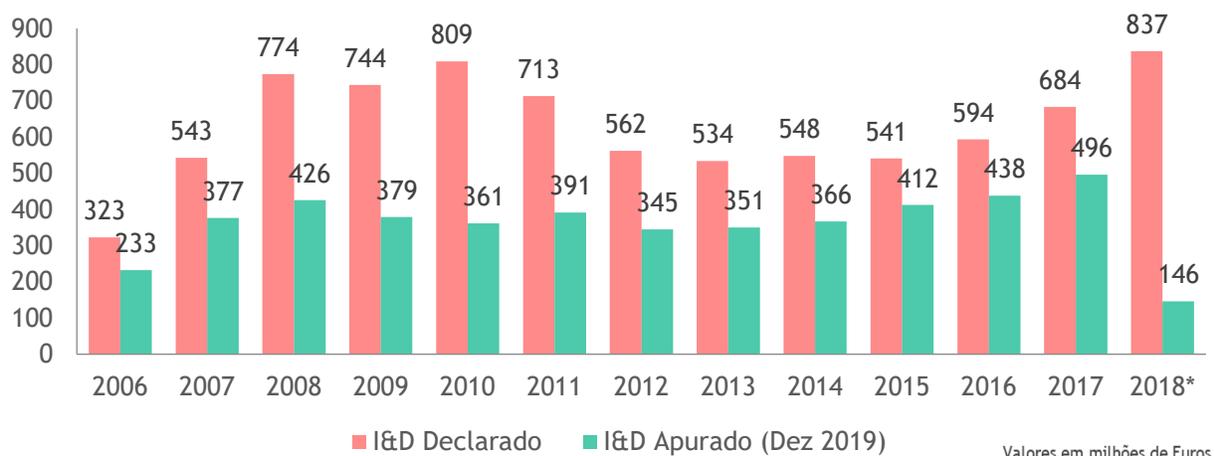


Figura 22: Despesas em I&D declaradas vs. apuradas

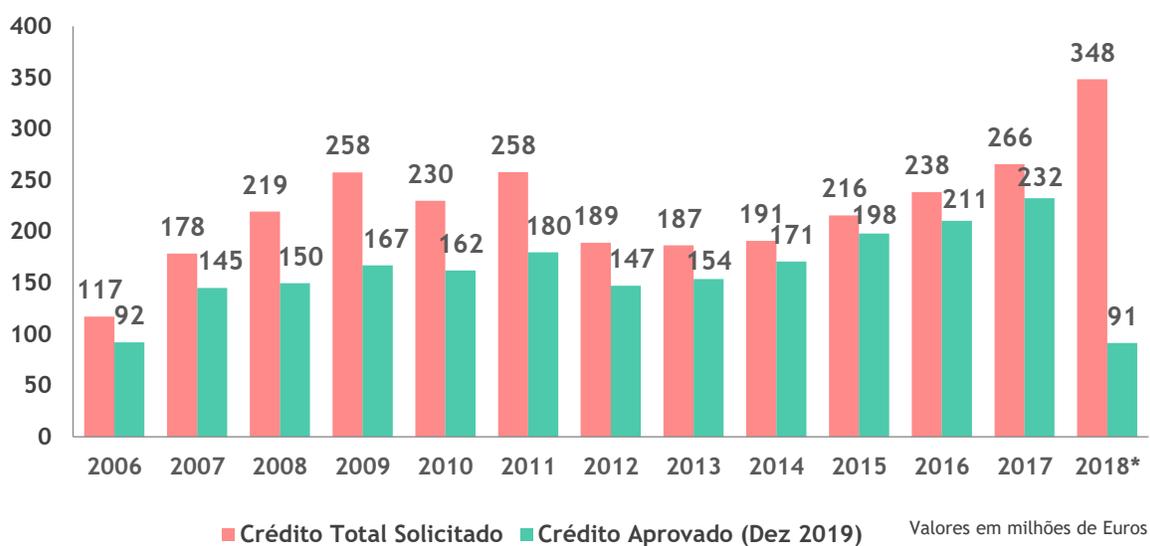


Figura 23(a): Crédito fiscal solicitado vs. aprovado

As 1715 candidaturas submetidas em 2019 (exercícios fiscais de 2017 e 2018), representaram um volume de despesa em I&D de 842 M€, correspondendo à solicitação de um montante de crédito fiscal de 354 M€. Até ao final do ano de 2019 foi certificada despesa elegível para a atribuição de 288 M€ de crédito fiscal relativos aos exercícios fiscais de 2016-2018 (dos quais 91 M€ relativos a este último), devendo o exercício ser completado durante o ano de 2020, com uma parte significativa das candidaturas apreciadas até ao final do 1º trimestre.

Relativamente ao perfil das empresas nas candidaturas apoiadas, nos exercícios fiscais de 2017 a 2018, e mais concretamente a este último, verifica-se um crescimento significativo de 44% no que diz respeito à participação das micro, pequenas e médias empresas.

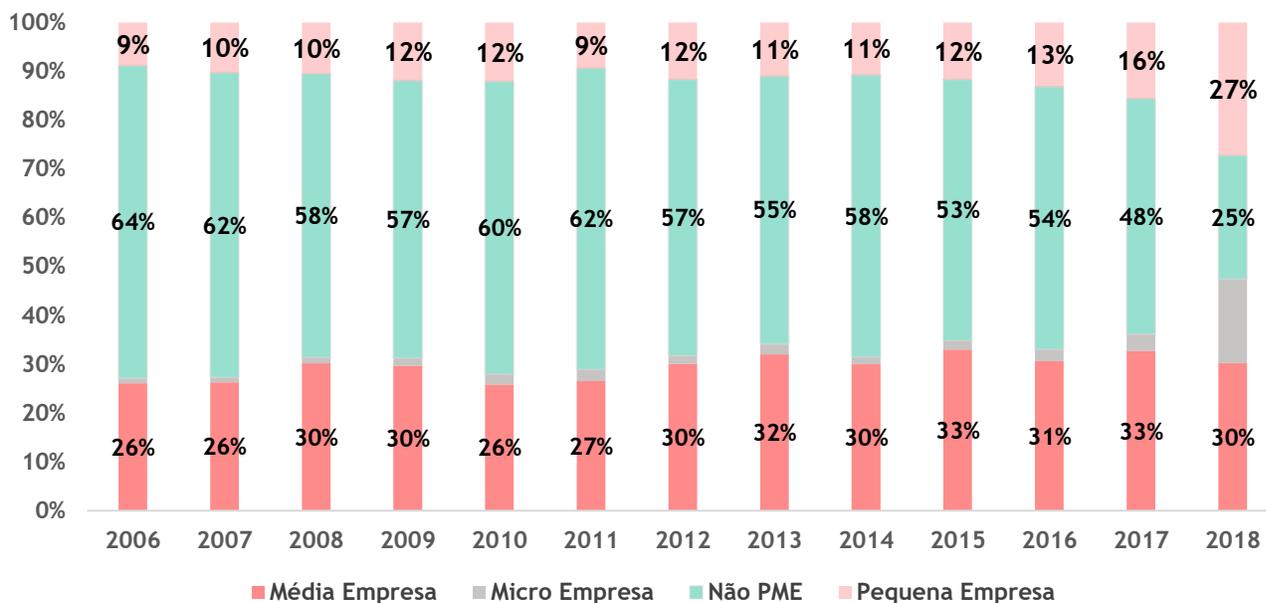


Figura 23(b): Crédito fiscal por ano e por dimensão da empresa

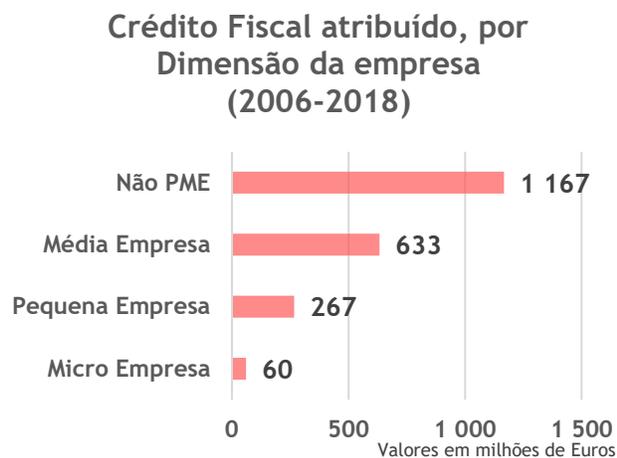


Figura 24: Crédito fiscal atribuído por dimensão da empresa

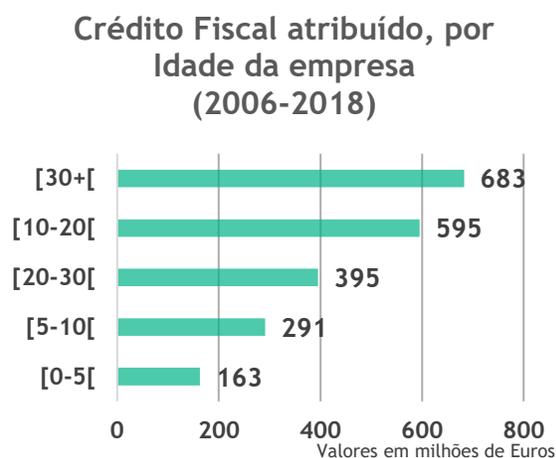
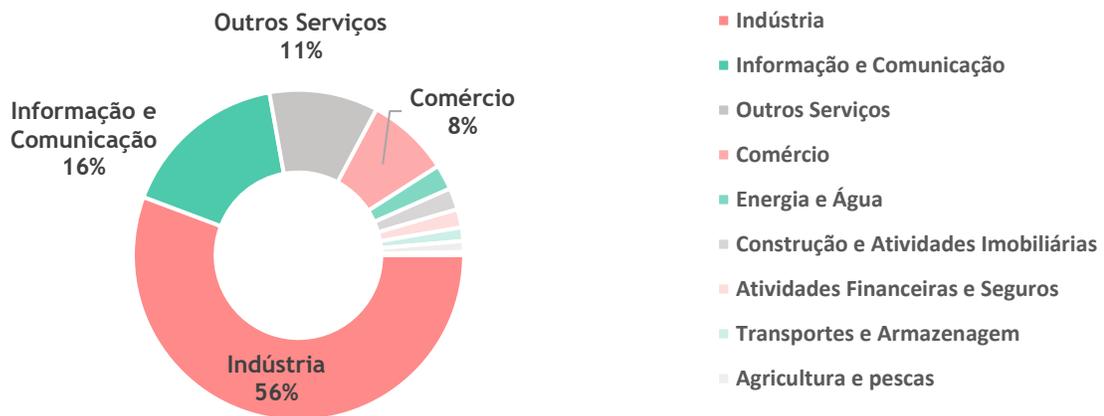


Figura 25: Idade dos promotores de candidaturas aprovadas

Importa ainda sublinhar que a despesa em I&D está essencialmente na indústria, que representa mais de 50% nos últimos anos, com claro destaque para o setor das tecnologias de informação e comunicação e produtos farmacêuticos.

Investimento em I&D apurado, por Setor da empresa (2006-2018)



Investimento em I&D apurado, por Ano e por Setor da empresa

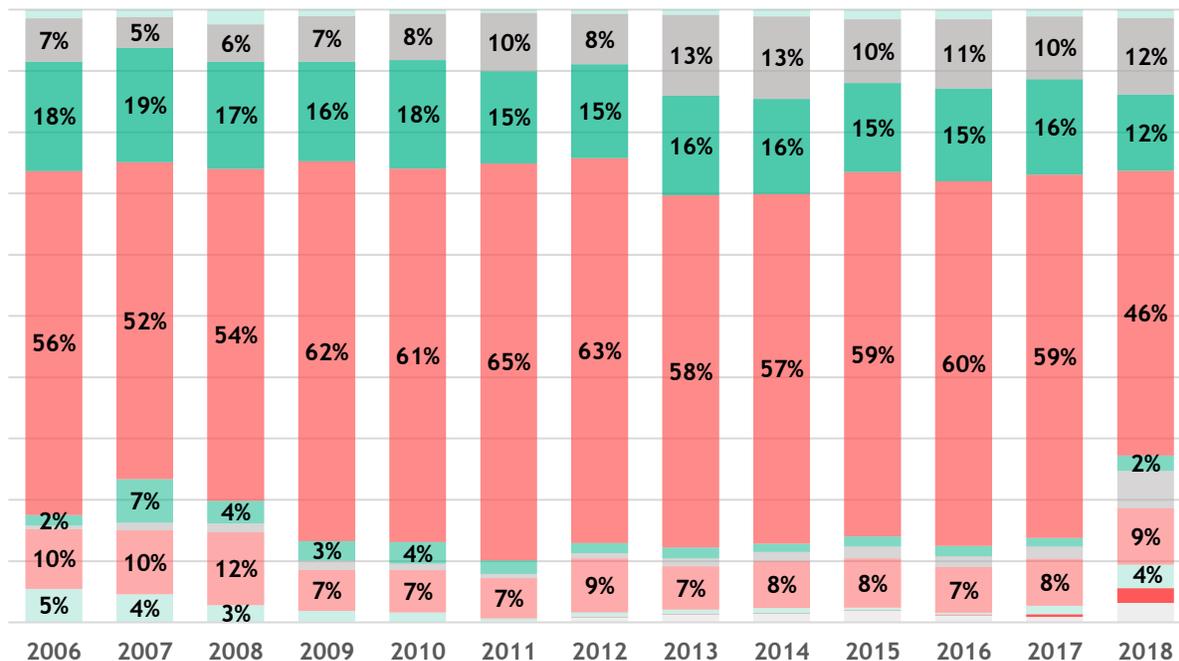


Figura 26: Investimento em I&D por setores

A capacidade de I&D das empresas é um fator fundamental da sua competitividade e crescimento a longo prazo. Em jeito de conclusão, o balanço do SIFIDE é extremamente positivo com quase dois milhares (crescimento de cerca de 20%) de empresas a recorrer anualmente ao sistema. Em vigor desde 1997, tem tido um papel muito importante como um instrumento de intensificação do esforço de I&D empresarial de forma contínua. O crédito fiscal anualmente atribuído já ultrapassa os 200 milhões de euros nos últimos exercícios e atinge uma taxa de sucesso de mais de 90%.

Fundos de Investimento no SIFIDE

Desde a sua criação em 1997 que a Lei que regula o SIFIDE previa no seu articulado que a *“Participação no capital de instituições de investigação e desenvolvimento e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida...”* constituía uma aplicação relevante e elegível para atribuição de crédito fiscal.

Durante 20 anos, ninguém considerou interessante esta possibilidade, até que no exercício fiscal transato foram submetidas as primeiras 19 candidaturas. Em 2019, o crescimento foi muito significativo, tendo sido apresentadas e avaliadas 138 candidaturas de empresas que investiram exclusivamente neste instrumento, representando cerca de 64 milhões de euros a injetar em empresas-alvo e destinados a financiar projetos de I&D. O crédito fiscal correspondente para as entidades proponentes corresponde a 51 M€.

Reconhecimento de Idoneidade

O reconhecimento de idoneidade das empresas (e outras entidades que não as do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação) **na prática de atividades de I&D** é uma segunda atividade desta Unidade e que teve um grande crescimento de procura no ano de 2019, referente ao exercício fiscal de 2018, conforme ilustrado na figura 28.

Quando os candidatos ao SIFIDE pretendem apresentar despesas relativas à contratação de atividades de I&D extramuros, as entidades subcontratadas devem ser, obrigatoriamente, reconhecidas, bem como as empresas destinatárias dos Fundos de investimento previstos na

alínea f) do ponto 1 do Artigo 37º do Código Fiscal do Investimento. Este último ponto justifica, em parte, o crescimento verificado.

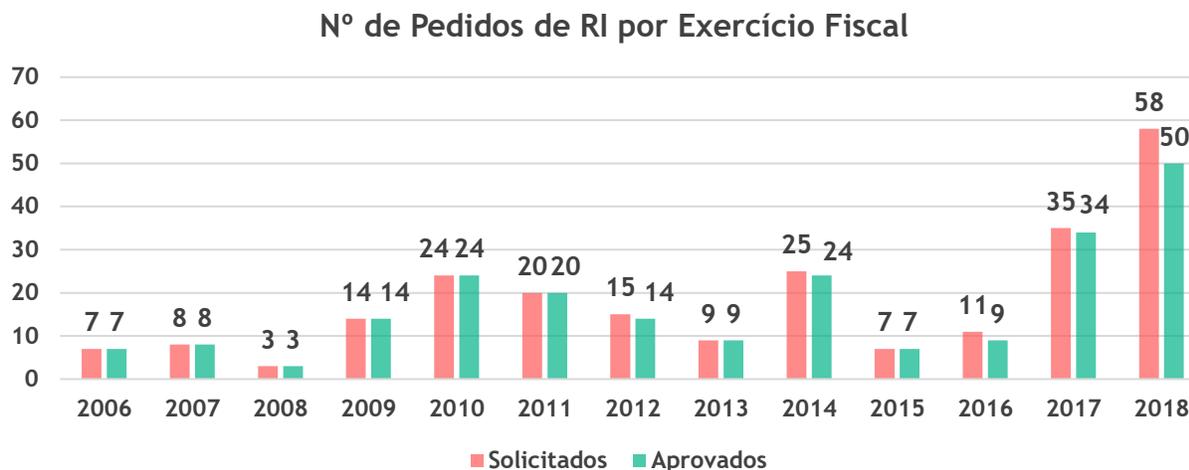


Figura 27: Nº de pedidos de Reconhecimento de Idoneidade por exercício fiscal

Monitorização e acompanhamento

Os sites da ANI e do SIFIDE foram atualizados com a informação sobre os indicadores de desempenho exigidos pela Lei do OE, e que servirão de base à avaliação contínua do impacto do SIFIDE a partir de 2019:

- Criação de Emprego (por nível de qualificação, tipo de vínculo e sexo)
- Propriedade Industrial (registo, licenciamento e receitas)
- Spin-offs criadas
- Número de produtos (ou serviços) colocados no Mercado (novos ou melhorados)
- Volume de vendas
- Exportações (por mercado)
- Projetos colaborativos (por tipologia de entidade e por mercado)

Sendo de resposta obrigatória por todos os beneficiários de incentivos SIFIDE, foram recolhidas mais de 600 respostas em 2019. Estas estão a ser devidamente validadas e analisadas, e estima-se a elaboração do relatório correspondente no 2º semestre 2020.

Como nota final refira-se o desenvolvimento da nova plataforma do SIFIDE, já operacional em março de 2020, para receber as candidaturas SIFIDE ao exercício fiscal de 2019.

4.3. DIREÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

Esta Direção, criada no 2º semestre de 2018, tem como missão estimular as dinâmicas de criação de valor económico e social a partir da I&D, bem como contribuir para uma maior eficiência na organização e funcionamento do SNI.

Estes princípios enquadram a ação desta Direção, estruturada em duas Unidades orgânicas, às quais estiveram afetos apenas 6 recursos humanos em 2019.

4.3.1. Unidade INTERFACE

Esta Unidade tem como responsabilidade a dinamização e promoção da capacitação das **Infraestruturas Tecnológicas (Centros de Interface e Laboratórios Colaborativos)**, bem promover o empreendedorismo de base tecnológica e científica (**Born from Knowledge**) e a transferência de tecnologia (**iniciativa SIAC-ANI**).

Em relação às **Infraestruturas Tecnológicas**, e apenas com um recurso humano (RH) afeto a tempo integral a esta Unidade, foi possível proceder à:

- Monitorização e avaliação dos relatórios de execução do 1º ano de Financiamento de Base dos **24 Centros de Interface**, financiados pelo FITEC, e reconhecidos em 2017 pelo Ministério da Economia (Aviso 01/FITEC/2018). Esta avaliação e monitorização exigiu a mobilização temporária de outros RH da ANI.
- Lançamento do processo de acompanhamento dos **26 Laboratórios Colaborativos (CoLAB)**, reconhecidos pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2018. Este processo incluiu o lançamento de um procedimento de contratação de um painel de peritos internacionais, que, durante 3 anos, irá apoiar a ANI nas ações de acompanhamento e avaliação dos CoLAB. Em dezembro de 2019, procedeu-se à realização de ações de acompanhamento a quatro CoLAB e à produção dos respetivos relatórios de avaliação, que continuarão com visitas aos restantes 22 CoLAB no início de 2020.
- Realização de 1 workshop de capacitação conjunta com os CoLabs e com Centros de Interface, acerca do seu modelo de financiamento de base (dezembro de 2019, Viseu).
- Foram analisadas candidaturas a **novos Centros de Interface**, tendo sido proposto pela ANI à tutela respetiva o reconhecimento de três novos Centros de Interface.

- Foram criados os logotipos para os programas CoLAB e CIT e produzidas brochuras de apresentação de ambos os programas, em português e em inglês.



Na promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica, a Unidade de Interface prosseguiu a implementação do **Programa *Born from Knowledge* (BfK)**, ao qual está afeto apenas 1 RH a tempo integral. O *Born from Knowledge* marcou presença na Websummit 2019, no stand da Startup Portugal, tendo feito uma apresentação sobre o BfK e sobre os incentivos e medidas sob gestão da ANI, bem como sobre o novo programa BfK RISE - Programa de Aceleração em Ciência e Tecnologia, lançado em novembro de 2019.

O BfK visa valorizar o potencial de transferência de conhecimento gerado no sistema de ensino superior, premiando ideias ou projetos suscetíveis de chegar ao mercado, abrangendo diferentes tipologias de ações, destacando-se:



**Born from
Knowledge**

- O **BfK Ideas**, que premeia e divulga as ideias de negócio “nascidas do conhecimento”, que resultam das atividades de I&D ou do conhecimento científico e/ou tecnológico dos promotores. Em 2019:
 - foram avaliados cerca de **30 projetos** submetidos ao BfK Ideas em várias categorias, tendo resultado na atribuição de quatro prémios. Foi realizada uma cerimónia de entrega de prémios no evento final “BfK Ideas 2019”, que se realizou no Instituto Politécnico da Maia (outubro de 2019);
 - foi realizada a 2ª edição do programa de imersão, tendo sido abrangidos cerca de **40 participantes para capacitação** das suas ideias de negócio. Foram realizadas duas

sessões: Edição Norte - UTAD (17 e 23 de setembro) e Edição Centro/Alentejo - TAGUS VALEY (19 e 25 de setembro).

- O **BfK Awards**, que distingue ideias com origem no SCTN que concorrem a outros prémios já existentes, cujas características revelem maior proximidade aos objetivos de valorização do conhecimento. Neste sentido, através de várias parcerias com iniciativas da sociedade civil, a ANI premiou 5 projetos de base científica e académica em 2019. No sentido de dar mais visibilidade à ação do BfK, foi ainda realizado o 2º evento anual dos premiados do BfK Awards (no Edifício da Alfândega do Porto, julho de 2019), com a sessão de encerramento a cargo do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- O **BfK Rise** - Programa de Aceleração de Ciência & Tecnologia. No sentido de capacitar investigadores e empreendedores do sistema científico e tecnológico para o desenvolvimento e teste de viabilidade das suas ideias e projetos, o Programa de Aceleração e Valorização Tecnológica arrancou em novembro de 2019, com 3 edições programadas (Região Norte, Centro e Alentejo), tendo recebido cerca de 50 candidaturas, das quais foram selecionadas cerca de 20. Os vencedores do BfK Ideas de 2018 e 2019 foram também incluídos neste programa, como parte do respetivo prémio.
- O **BfK Transfer**, que pretende dinamizar uma rede de Transferência de Tecnologia em Portugal, a partir dos Gabinetes de Transferência de Tecnologia das instituições de Ensino Superior (GAPI/OTIC). Em 2019 foi lançado um procedimento de contratação para um estudo sobre modelos internacionais de transferência de tecnologia e proposta de aplicação a Portugal, tendo sido produzidos os respetivos relatórios de recomendações.

A ANI, no âmbito da promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica, prosseguiu a implementação do **Programa SIAC-ANI - Iniciativa de Transferência de Tecnologia**, através do qual operacionalizou um conjunto de iniciativas. Entre estas, destacam-se todas as iniciativas desenvolvidas pelo Programa *Born from Knowledge* (Ideas, Awards, Transfer e RISE), bem como as seguintes iniciativas realizadas em 2019:



- Realização do evento **TECH@PORTUGAL 2019**, de promoção dos resultados da I&D colaborativa (julho de 2019, Edifício da Alfândega do Porto). Este evento contou com cerca de 150 tecnologias expostas, desenvolvidas por empresas e entidades do sistema científico e tecnológico, cerca de 900 participantes e 20 oradores (nacionais e internacionais). O evento contou com membros do Governo da sessão de abertura e na sessão de encerramento.



- Lançamento e entrega dos prémios da **2ª edição do Prémio Jornalismo em Inovação** (dezembro de 2019, Porto Innovation Hub), que em 2019 contou com a colaboração da ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) e do Sindicato dos Jornalistas. Esta iniciativa pretende premiar os melhores trabalhos jornalísticos sobre inovação em Portugal, tendo contado com cerca de 30 projetos a concurso, com os seguintes vencedores:
 - Rui da Rocha Ferreira, jornalista do Diário de Notícias, venceu na categoria “Nacional Escrito” com o trabalho “Um dia o smartphone vai salvar-lhe a vida”;
 - Joana Ascensão, do V Digital, o canal de vídeo digital da Globalmedia Group, venceu na categoria “Nacional Audiovisual” pela reportagem “Os incêndios matam abelhas. Isso afeta-nos mais do que pensa”.
 - Inês Rocha venceu na categoria “Nacional Multimédia”, com o trabalho “Como os algoritmos podem ajudar a salvar o mundo” publicado no website da Renascença.
 - José Furtado, do regional do distrito de Castelo Branco, do Jornal Reconquista, foi o vencedor, com a reportagem “Tecnologia não assusta idosos de Escalos de Baixo”;

- Adriano Cerqueira, com a rúbrica 90 segundos de ciência, foi o vencedor da Menção Honrosa Blog/Podcast, com o trabalho “Substituir o plástico por fibra de coneteira ou como encontrar alternativas para uma espécie invasora”;
- Filipe Ferreira, antiga aluno da FEUP, foi a vencedor da Menção Honrosa Academia, com a campanha de crowdfunding de cosmética vegan e biológica.



- Lançamento da iniciativa **Demonstrador Tecnológico**, que pretende dar visibilidade aos resultados da I&D e da inovação desenvolvida pelos Centros de Interface e outras infraestruturas tecnológicas. Foram organizados 4 eventos “Demonstradores Tecnológicos” entre fevereiro e junho 2019 (em colaboração com os Centros de Interface PIEP; CEiiA; INESC-TEC; e AIBILI), que contaram com cerca de 300 participantes. Em 2020 serão organizadas novas sessões do Demonstrador Tecnológico.

A Unidade de INTERFACE foi, também, responsável, pelo acompanhamento da implementação da Estratégia em curso de **valorização e modernização dos Institutos Superiores Politécnicos**. Neste âmbito, de destacar o lançamento do procedimento de contratação da brochura informativa sobre a Estratégia, bem como os procedimentos para o lançamento do concurso de candidaturas para Projetos de I&D em copromoção entre Instituições de Ensino Politécnico e empresas (Aviso 12/SI/2020, COMPETE). Foram ainda realizadas reuniões com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) sobre a Estratégia.

4.3.2. Unidade de Valorização de Políticas

Esta Unidade tem a responsabilidade de coordenar e acompanhar a execução de programas e estratégias de abrangência nacional, bem como de desenvolver iniciativas de melhoria do funcionamento do Sistema Nacional de Inovação e do apoio às tutelas na definição de políticas de inovação. Em 2019 destacam-se as iniciativas relacionadas com a **Coordenação e Monitorização da ENEI** (Estratégia Nacional de Especialização Inteligente), as Compras Públicas para a Inovação, a Estratégia de Inovação Tecnológica 2018-2030 e a CAF.

Em 2019, a ANI, enquanto entidade responsável pela **Presidência do Conselho Coordenador da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)**, iniciou os trabalhos preparatórios à revisão da ENEI, através da organização de um conjunto de atividades em colaboração com as entidades relacionadas com a implementação da ENEI e das EREI. Estas atividades pretendem contribuir para a redefinição das prioridades da ENEI para o período pós-2020, a coordenar pela ANI, e que será uma condição de admissibilidade (*enabling condition*) para a aplicação dos fundos estruturais no que respeita à I&D e inovação para o próximo ciclo de programação (2021-2027).

Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Organização do **Evento Internacional sobre Smart Specialization**, organizado em colaboração com a DG Regio/JRC. Este evento teve lugar em Faro (maio de 2019), com a presença de vários especialistas internacionais relacionados com o tema, de onde se destaca o economista Dominique Foray, autor do conceito de *smart specialization*. A abertura do evento contou com a presença da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional.



- Lançamento e organização de quatro eventos denominados “Dinâmicas para a Inovação”, um conjunto de iniciativas sobre valorização do conhecimento, subordinadas às áreas

estratégicas e prioridades definidas pela ENEI. Estes eventos temáticos serão organizados um pouco por todo o país em 2019 e 2020, incluindo Workshops temáticos e sessões de descoberta empreendedora, tendo em 2019 sido organizados os seguintes:

- Tecnologias de Produção e Indústrias de Processo, 14 de outubro 2019, no Instituto Pedro Nunes (Coimbra);
- Floresta, 29 de outubro 2019, no Centro de Interface RAÍZ (Aveiro);
- Água e Ambiente, 20 de novembro 2019, no BLC3 (Oliveira do Hospital);
- Materiais e Matérias Primas, 4 de dezembro 2019, no INL - Instituto Internacional de Nanotecnologia (Braga).



Esta Unidade foi também responsável pela implementação do Protocolo de Colaboração para as Compras Públicas de Inovação (CPI), entre a ANI e o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (assinado em dezembro de 2018). Neste âmbito, foram iniciados os trabalhos para a definição de requisitos para o desenvolvimento de um centro de competências nesta área, bem como explorar instrumentos financeiros para apoiar esta área, dando resposta a uma das medidas contempladas no Plano Nacional de Reformas e na Estratégia para a Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030. Foram também assegurados os trabalhos no âmbito da participação nos projetos INTERREG iBuy+ e no projeto Procure2Innovate (Horizonte 2020), dois projetos internacionais em curso coordenados a nível nacional pela ANI, com o acompanhamento próximo do IMPIC. Neste âmbito, de destacar a organização do seguinte evento:

- **Encontro Internacional de Compras Públicas para a Inovação** (LNEC, outubro de 2019). Este evento, contou com cerca de 100 participação (nacionais e internacionais), tendo sido abordadas estratégias e boas práticas internacionais em processos de compra pública inovadora, de onde foi destacado o papel dos Centros de Competências para este tema, existente em alguns países europeus.

Em 2019, a ANI prosseguiu também o processo de implementação da **Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030** (aprovada pela RCM 25/2018), cuja coordenação e monitorização foi atribuída à ANI.

No âmbito das competências atribuídas à ANI em relação aos trabalhos de **acompanhamento e fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento (CAF)**, foram continuados os trabalhos e diligências para assegurar uma resposta eficaz aos casos pendentes de análise. Foram solicitados esclarecimentos à entidade Parque Escolar sobre alguns dos processos em análise, tendo em vista a emissão de pareceres finais sobre os mesmos. No total, foram analisados dez relatórios finais, dos quais foram produzidas 8 decisões finais, estando pendentes de informação do adjudicatário 2 relatórios. Há ainda 8 projetos/memórias descritivas para analisar, havendo mais dez projetos/memórias a submeter pelos adjudicatários à Parque Escolar.

4.4. DIREÇÃO DE PROGRAMAS INTERNACIONAIS

4.4.1. Unidade de Redes Internacionais

A Unidade de Redes Internacionais (URI) integra três estruturas de apoio à participação nacional em Programas Europeus e de suporte à internacionalização das entidades nacionais, nomeadamente: o Núcleo de NCPs da Rede PERIN para o Programa-Quadro Europeu (designado GPPQ até meados de 2019), a rede *Enterprise Europe Network* (EEN) e o Programa EUREKA/EUROSTARS.

O GPPQ tem como principal missão potenciar a participação nacional no Programa-Quadro Europeu Horizonte 2020 (H2020), incluindo o EURATOM, o *European Institute of Technology* (EIT) e o Fundo do Carvão e do Aço (RFCS). Em 2016, começou também a acompanhar os programas-piloto abertos no âmbito da Defesa (PADR). Em 2019, o GPPQ teve uma equipa de 17 técnicos especializados em cada uma das áreas temáticas do H2020, denominados **Pontos de Contacto Nacionais (NCPs)**. Os NCPs acompanham em detalhe o processo dos concursos do H2020 e apoiam a comunidade científica e empresarial, potenciando assim o aumento da taxa de participação nacional no H2020.

A URI acompanha ainda os projetos internacionais de apoio à inovação empresarial em que a ANI participa como copromotor. No decorrer do exercício de 2018, esta Unidade, composta por três colaboradores, foi responsável pela intervenção da ANI em diferentes atividades, de que se destaca a iniciativa *Enterprise Europe Network* (EEN), da qual a ANI é membro desde 2008, de dimensão relevante para a Agência. A URI acompanha ainda e participa ativamente nas atividades desenvolvidas no âmbito do EUREKA/ EUROSTARS.

Horizonte 2020 e Horizonte Europa

Um dos principais instrumentos de promoção da participação no Programa Quadro são as sessões públicas organizadas pelo GPPQ, normalmente em parceria com outras instituições do sistema científico e tecnológico nacional, associações empresariais e autoridades públicas nacionais e regionais. Ao longo de 2019, a ANI organizou 80 sessões públicas por todo o país (figura 25), envolvendo 3356 participantes. Estas sessões dividiram-se entre eventos tipo Roadshow de divulgação do H2020, eventos temáticos e setoriais, Infodays, vários tipos de workshops de apoio à elaboração de propostas, bem como apresentações inseridas no âmbito de outros eventos não organizados pelo GPPQ ou pela unidade sucedânea da ANI no PERIN (Fig. 28).

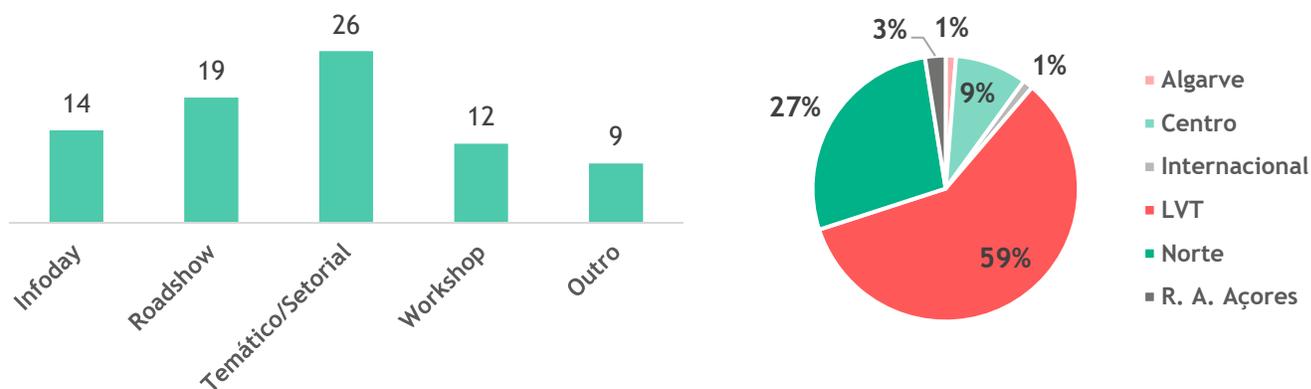


Figura 28: Sessões públicas de apresentação organizadas em 2019

Algumas das sessões organizadas foram dedicadas ao Horizonte Europa e foram adicionados *slots* nas agendas dos eventos focados no H2020 para divulgar o próximo programa quadro e alertar e envolver o mais possível a comunidade nacional no processo de discussão. Com o objetivo de otimizar recursos e potenciar sinergias entre os diferentes temas, muitos dos eventos realizados foram multitemáticos.

A participação portuguesa no Horizonte 2020 em 2019 foi muito positiva, tendo sido obtido um retorno de 1,73% do total do financiamento europeu apurado até meados de fevereiro de 2020. As instituições portuguesas submeteram 2027 propostas (com e sem coordenação) e foram selecionados para financiamento 284 projetos com participação portuguesa (64 com coordenação). O financiamento total captado por entidades Portugueses apurado até fevereiro de 2020 atingiu um valor de 145,76 M€, correspondente a uma taxa de retorno superior à média do programa até agora. A estimativa é que o valor total de financiamento para o ano de 2019 venha a atingir ou ultrapassar os 150 M€.

Tendo em conta a natureza distinta dos diferentes temas do H2020, a participação por tema em 2019, é muito variável (Fig. 29).

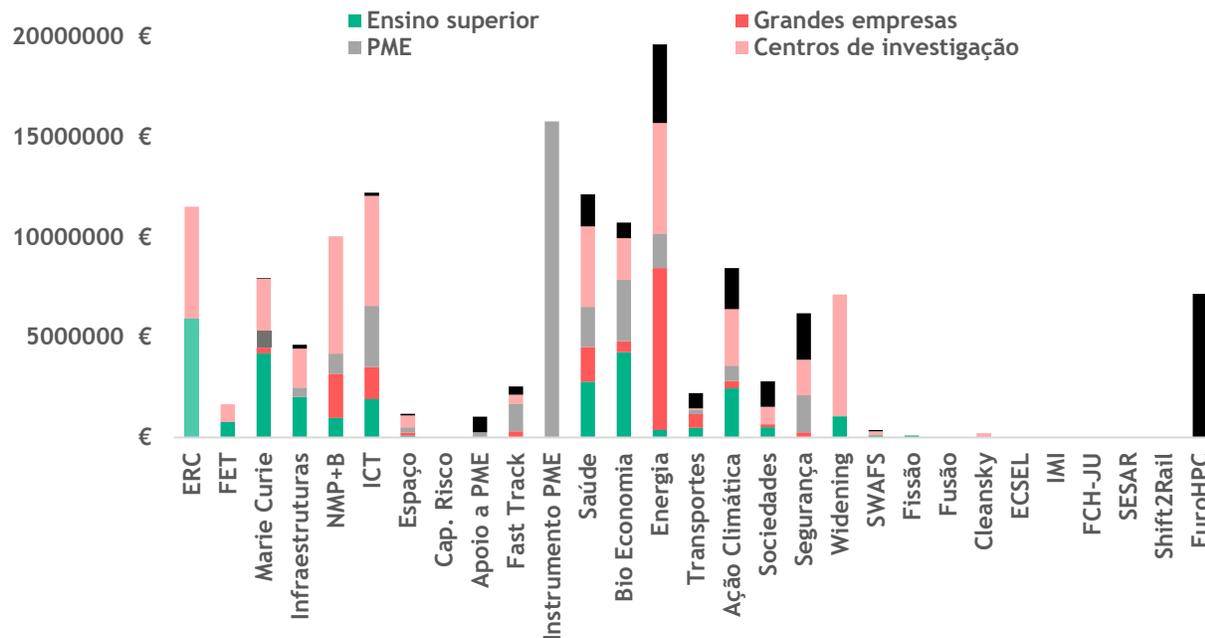


Figura 29: Financiamento captado por tema e tipo de entidade em 2019

Em termos absolutos, o Desafio Societal Energia, do Pilar III, foi o tema com mais financiamento captado em 2019 (19,63 M€), logo seguido pelo Instrumento PME e pelo ICT, no Pilar II do H2020, com 15,78 M€ e 12,22 M€, respetivamente. Nas *Joint Technological Initiatives* (JTI) o orçamento captado pelas entidades PT continua a ser muito baixo. No entanto, em 2019 Portugal teve uma participação muito boa no primeiro concurso da JTI EuroHPC onde atingiu os 7,18 M€. No Pilar I, o European Research Council (ERC) é o tema com maior orçamento captado com 11,52 M€, logo seguido pelas MSCA com cerca de 8 M€.

Em termos de participação por tipo de entidade, para os temas do Pilar I, dedicado à Excelência Científica e focado em atividades de investigação fundamental, a participação em 2019 foi predominantemente de instituições do ensino superior e centros de investigação. Enquanto para o ERC e FET não se verificou participação do setor empresarial, as MSCA e as Infraestruturas contaram com parte do financiamento captado pelo sector empresarial, dada a sua natureza de investigação em consórcio. Como é expectável, os temas do Pilar II, dedicado à Liderança Industrial, apresentam uma forte participação do setor empresarial. Ainda que a expressão do

financiamento para empresas no NMPB e Espaço seja moderada, o financiamento deste setor no tema ICT é cerca de 50% do valor total captado em 2019. Nos temas do Pilar III, Desafios Societais, volta a ser preponderante a participação de instituições do ensino superior e centros de investigação. Regista-se a forte participação de grandes empresas na Energia, em linha com o que se tem vindo a verificar. Salienta-se ainda uma participação cada vez mais expressiva do sector privado no Desafio Societal Saúde. As PME's estão representadas em todos os temas do Pilar III, exceto nas Sociedades, traduzindo a natureza multidisciplinar dos consórcios formados.

Nos programas mais focados nas empresas, o tema Inovação em PME inclui diferentes instrumentos de financiamento dirigidos a empresas, incluindo o Apoio a PME (calls INNOSUP), o Fast Track to Innovation e o SME Instrument (agora denominado Accelerator, em consequência da sua inclusão no European Innovation Council, EIC). Em 2019, no instrumento Fast Track to Innovation foram financiados 5 projetos, o que se traduziu numa taxa de sucesso de 2,55%. As estatísticas relativas ao Instrumento PME em 2019 (fig. 30) mostram que em 2019 houve uma descida face aos resultados obtidos em 2018 para os concursos da Fase I (1.66% vs. 2.35% em 2018). No entanto, verificou-se um aumento da taxa de retorno nos concursos da Fase II (1.70% vs 0.83% em 2018), muito mais interessantes em termos de impacto na economia nacional que os da fase 1. Estas taxas de retorno correspondem a taxas de sucesso de 9,03% para a Fase 1 (ligeiramente abaixo da média Europeia de 9,56%) e de 7,58% para a Fase 2 (acima média europeia de 4,23%). Em 2019 foram financiados 10 projetos de Fase 2 para PME's portuguesas, correspondendo a um valor total de 15.08 M€. Os concursos de Fase 1, que terminaram em Setembro de 2019, financiaram 14 PME, correspondendo a um valor de 0,7M€.

É de salientar o apoio dado pela ANI às candidaturas ao Instrumento PME. Embora as taxas de sucesso deste instrumento sejam baixas devido à enorme competitividade registada, a percentagem de propostas portuguesas classificadas acima do threshold tem vindo a aumentar, em parte graças ao programa de apoio organizado pela ANI desde o início do H2020, e que tem vindo a produzir efeitos crescentes ao longo dos anos, resultando em taxas médias de captação de verbas H2020 alinhadas com a média nacional.

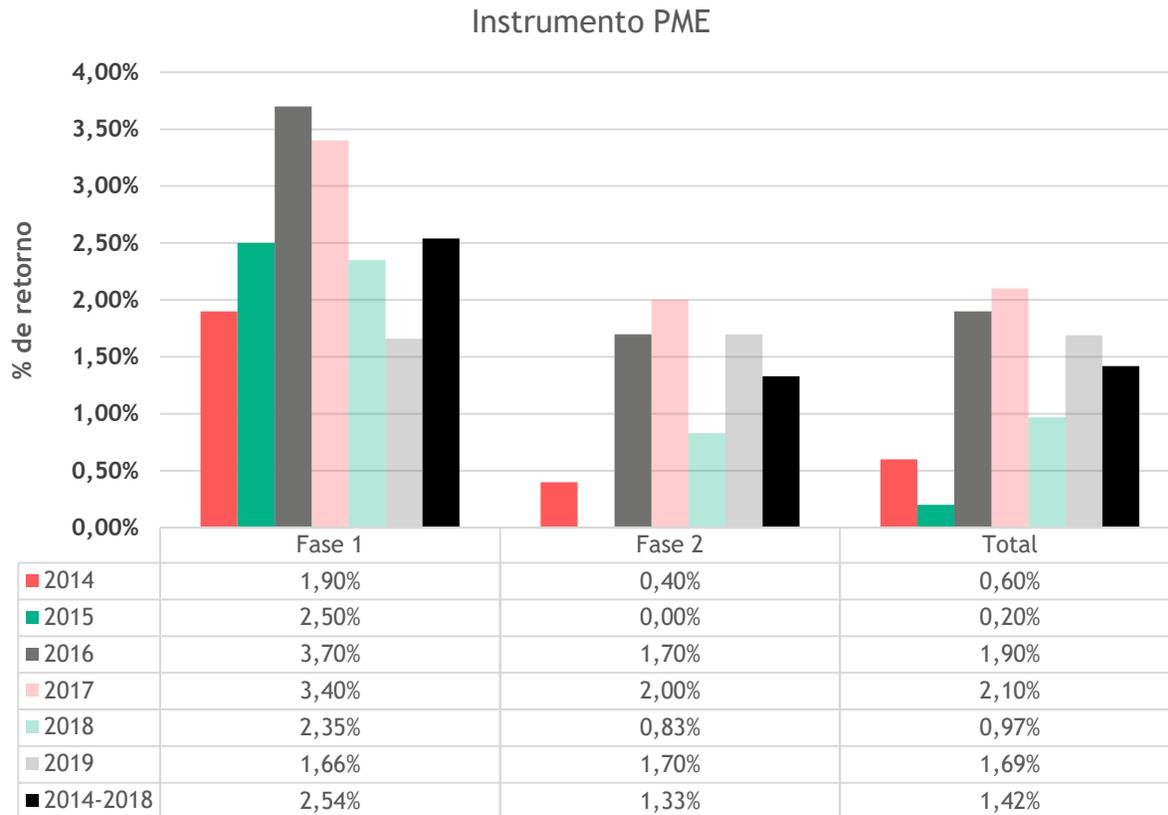


Figura 30: Taxa de retorno para Portugal nos concursos Fase 1 e Fase 2 do Instrumento PME

EUREKA - EUROSTARS

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tutela a Iniciativa EUREKA desde a sua fundação em 1985, definindo os objetivos estratégicos e os interesses permanentes de Portugal como Estado Membro. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é o EUREKA Funding Agency Portugal e a ANI, SA é o EUREKA - Office (Portugal), tendo por missão a gestão da participação das empresas nacionais nos diversos instrumentos para o apoio a projetos de inovação de base tecnológica e internacionalização, como elemento nacional da Rede EUREKA e interface com os promotores nacionais e seus pares nos outros Estados Membros e Associados.

Portugal participa nas iniciativas da rede EUREKA, quer através da participação dos representantes nacionais nos órgãos de gestão, quer através da promoção da iniciativa e seus instrumentos junto das empresas nacionais. Em 2019, realizaram-se duas reuniões de NPC (National Project Coordinator) e HLR (High-Level Representative) da Presidência do Reino Unido

e uma reunião EUREKA HLR e NPC já sob a Presidência da Holanda. Estas reuniões contaram com a participação dos representantes nacionais. O representante de Alto Nível participou ainda no EUREKA Global Innovation Summit 2019 que se realizou em Manchester.

A Iniciativa EUREKA, integra diversos instrumentos de promoção de projetos de inovação de base tecnológica em consórcio, dos quais se destaca, em 2018, o programa Eurostars e os EUREKA-Clusters.

No âmbito do EUREKA - EUROSTARS, em 2019, foram apresentadas 29 candidaturas por parte de entidades nacionais, tendo sido recomendada a aprovação de 13 candidaturas pelo Júri independente, sendo que, destas, 8 foram financiadas. De realçar que na chamada de fevereiro, a proposta nacional recomendada para financiamento teve a melhor posição obtida por Portugal no Eurostars 2.0 (7º lugar no ranking global de 159 propostas).

No âmbito do Eureka Clusters, foram atribuídos Selos EUREKA a 7 Projetos ITEA (Software-Intensive systems), 2 projectos Penta (**micro and nanoelectronics enabled systems and applications**), 4 Projetos Celtic Plus (ICT and Telecommunications) e 2 SMART (Advanced Manufacturing). Estes projetos são financiáveis no âmbito do Programa Portugal 2020, em candidaturas autónomas e posteriores.

No decorrer de 2019 esteve aberto o Aviso16/SI/2019 do Portugal 2020 com o objetivo de promover o financiamento nacional de entidades portuguesas que participem em projetos europeus de I&D detentores do selo EUREKA e Eurostars. No total foram submetidos a este aviso 6 projetos com o selo EUREKA Cluster e 5 projetos Eurostars. A avaliação dos peritos internacionais aquando da atribuição do selo EUREKA/Eurostars é um dos elementos de instrução das candidaturas e é utilizada para determinação do mérito do projeto, contribuindo assim para a implementação de mecanismos de simplificação no âmbito do Portugal 2020.

Enterprise Europe Network

A Agência Nacional de Inovação é membro fundador do Consórcio EEN-PORTUGAL que representa a *Enterprise Europe Network* em Portugal. Criada pela Comissão Europeia, é a maior rede de cooperação a nível mundial, dedicada às PME e Startups com ambições internacionais contando atualmente com mais de 600 parceiros em 62 países, envolvendo cerca de 4000 especialistas em inovação e internacionalização. No âmbito deste projeto a ANI desenvolve atividades de:

- Apoio à internacionalização e à inovação empresarial
- Promoção e organização de eventos de brokerage tecnológico e de negócio para a dinamização de parcerias internacionais
- Promoção de tecnologias e oportunidades de negócio através da base de dados de perfis de cooperação da rede EEN
- Acompanhamento do programa “SME Instrument” - Serviço de *Key Account Management* (KAM) para os beneficiários do Programa
- Acompanhamento de PME no desenvolvimento de um diagnóstico das capacidades de gestão da inovação da empresa e apoiando a implementação de um plano de ação e melhorias

No ano de 2019, a equipe EEN da ANI promoveu ou participou em mais de três dezenas de iniciativas, envolvendo mais de 3 centenas de PMEs nacionais.

4.4.2. Unidade de Relações Internacionais

Durante 2019, a Unidade de Relações Internacionais concentrou-se sobretudo **na preparação da Presidência da TAFTIE em 2020.**

Foi assegurada a participação nas **5 reuniões anuais de coordenação da TAFTIE** e foi concluída a Task Force “SoftPower”, posição em que coordenou o trabalho de 17 agências-membro da TAFTIE durante cerca de 2 anos.

A ANI manteve ainda o acompanhamento das reuniões do grupo informal de agências nacionais de inovação representadas em Bruxelas, nomeadamente no que respeita à interação com a Comissão Europeia acerca do futuro EIC - *European Innovation Council*, mais concretamente do papel das agências no pilar “Innovation Ecosystems”, no âmbito do próximo Programa-Quadro de I&I da UE.

Industrial Liaison Officer

A ANI assegura, desde 2019, a função de *Industrial Liaison Officer* (ILO) para várias organizações internacionais de que Portugal é membro. À figura de ILO cumpre fazer a ponte entre os departamentos de compras das organizações e o tecido empresarial nacional, com os objetivos

de 1) apoiar as organizações na estruturação das cadeias de abastecimento e 2) promover o maior número possível de contratos de fornecimentos e serviços para Portugal, contribuindo para o retorno industrial das quotas de associação pagas anualmente. O retorno industrial é calculado como o rácio entre a percentagem de compras anuais da organização com origem em Portugal e a percentagem do orçamento global da organização contribuído pelo país. Numa situação de equilíbrio, espera-se que essa fração se aproxime de 1.

Durante o ano de 2019, o trabalho de ILO concentrou-se nas seguintes organizações:

CERN: O CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear) é o mais importante centro europeu para a investigação em Física de Partículas. Portugal é membro desde 1986, contribuindo atualmente com cerca de 1% do orçamento do CERN (através da FCT). Portugal é um membro “*poorly balanced*” no retorno industrial, cuja média nos últimos 3 anos é de 0,61. Para melhorar esta situação, foi implementada uma série de ações, entre as quais:

- Aumento do esforço de divulgação das oportunidades de negócio no CERN junto das empresas, que levou ao aumento do número de empresas registadas na base de dados da organização (de 24 para 80), que passaram a receber notificações sobre oportunidades nos seus domínios de atividade.
- Organização de uma visita ao CERN, liderada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pelo Secretário de Estado da Internacionalização, que contou com a participação de representantes de 17 empresas entre os 60 participantes e que incluiu 21 reuniões com grupos do CERN (3-4 de setembro).
- Organização uma sessão pública em Lisboa (Teatro Thalia, 25 de novembro), em que a Diretora-Geral do CERN e o líder do grupo de compras apresentaram oportunidades para uma audiência que incluiu cerca de 25 representantes empresariais.

Para além destas ações, foram asseguradas as participações como representante nacional em 1 reunião do “*ILO Forum*” e 1 reunião do “*Knowledge Transfer (KT) Forum*”.

ITER: O ITER é um grande projeto internacional de fusão nuclear, sediado em Cadarache (sul de França), que reúne a União Europeia, E.U.A., Federação Russa, China, Japão, Coreia do Sul e Índia. Cada um destes membros tem uma agência doméstica para o ITER, responsável pela entrega do seu contributo ao projeto, maioritariamente em géneros (*in kind*). A agência europeia é a *Fusion for Energy (F4E)*, com sede em Barcelona. Cada país europeu ou associado

do EURATOM tem um ILO no F4E. Em 2019, a ANI participou em 3 reuniões de ILOs F4E e em 2 reuniões com o ITER (remotas).

Com o apoio da Comissão Europeia e em coordenação com a ILO francesa, foi organizada uma visita empresarial ao ITER (12 de dezembro), em que participaram 9 empresas portuguesas e 15 empresas francesas. O *networking* entre estas empresas foi um dos objetivos, esperando-se resultados práticos nas compras de F4E/ITER a partir de 2020.

ESO: O *European Southern Observatory* (ESO) é uma organização internacional com sede em Garching (DE), fundada em 1962, que opera uma série de telescópios no hemisfério Sul, em território chileno. Portugal é membro desde 2000, contribuindo atualmente com cerca de 1% do orçamento do ESO (através da FCT) e participação científica assegurada por várias unidades de investigação do domínio da Astronomia. Nos meses em que a ANI teve a responsabilidade pela função de ILO nesta organização (até ser transferida para a agência *Portugal Space*), as atividades focaram-se, em primeiro lugar, na organização de uma sessão de informação para empresas de capital português no Chile, da iniciativa do delegado nacional ao Conselho do ESO e com o apoio da AICEP, e contactos com a empresa CIMOLAI, líder do contrato de construção da estrutura do futuro *Extremely Large Telescope* (ELT), no sentido de explorar a possibilidade de sub-contratação para empresas portuguesas.

SKA: Com a assinatura da “*SKA Convention*” a 12 de março de 2019, Portugal passou a ser membro do *Square Kilometre Array*, um radiotelescópio a construir, a partir de 2021, na África do Sul e Austrália. Os vários grupos de representantes nacionais começaram a ser constituídos a partir da *SKA Convention*, incluindo o *ILO Forum*, em que a ANI assumiu a responsabilidade. Nesta fase, o papel do ILO é sobretudo consultivo, no apoio à atividade da FCT na *Council Preparatory Task Force* (CPTF), o órgão transitório pré-constituição formal do Conselho do SKA. Nesta fase (alocativa), os contratos de fornecimento estão a ser negociados entre os membros, que manifestam o seu interesse específico em cada componente. A fase competitiva (com envolvimento direto do ILO) terá início no fim da negociação em curso, envolvendo os componentes que sobraem da fase alocativa.

4.5. DIREÇÃO DE INTELLIGENCE A AVALIAÇÃO DO SNI

Esta nova Direção, criada em setembro de 2018, prosseguiu, em 2019, a sua missão promover a monitorização e a avaliação das políticas de inovação, capacitando a ANI no seu papel de *advisoring* às tutelas em política de inovação e criando “evidência” sobre o impacto económico e social das políticas de inovação e de I&D empresarial. Esta Direção, que conta apenas com 1 elemento, está estruturada em duas Unidades. Dadas as limitações existentes em 2019 em termos de contratação de recursos humanos pela ANI, a atividade desta Direção foi muito afetada negativamente.

4.5.1. Unidade de Monitorização

Esta Unidade tem a responsabilidade de **acompanhar e monitorizar a evolução de Portugal nos principais indicadores e *rankings* de inovação, bem como mapear e divulgar as competências dos atores do SNI.**

Em 2019 foi continuada a monitorização dos resultados apoios concedidos no âmbito dos instrumentos do Portugal 2020 geridos pela ANI, com o reporte periódico às tutelas de alguns indicadores de resultado sempre que solicitado. É exemplo o **procedimento mensal de monitorização dos indicadores de resultado dos apoios concedidos pelo Portugal 2020 no âmbito do Programa Interface e da inovação colaborativa.** Em 2019 foram elaborados **12 relatórios** relativos a este programa.

Esta Unidade foi, também, responsável em 2019 pelo **reporte de indicadores do Portugal 2020** relacionados com o contributo da ANI para outros programas e estratégias, como é o caso do **Programa Nacional de Reformas ou da ENEI.**

No âmbito da estratégia da ANI de transparência e de dados abertos, foi desenvolvido e lançado o serviço de visualização, no site da ANI, de “indicadores de inovação” - onde pode ser consultada a evolução de Portugal ao longo das últimas duas décadas - bem como se disponibilizaram os “indicadores de atividade da ANI”, sendo possível a consulta de um conjunto de variáveis relacionadas com o financiamento à I&D e inovação atribuído pela ANI. Estes dados podem ser consultados de forma dinâmica.

Esta Unidade lançou, também, o procedimento de contratação do serviço de desenvolvimento do Portal da Inovação, que pretende ser uma montra dos resultados da I&D e da inovação em Portugal, bem como disponibilizar um mapeamento online dos atores e competências do

Sistema Nacional de Inovação. O Portal será disponibilizado em meados de 2020, tendo sido apresentada uma versão beta no evento *Web Summit 2019*.

No âmbito da normalização a ANI, enquanto entidade reconhecida como Organismo com funções de Normalização Setorial (ONS) na área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, continuou os seus trabalhos de coordenação da **Comissão Técnica de Normalização 169**. Em 2019, foram desenvolvidos os trabalhos relacionados com os normativos e divulgação da **Norma ISO/DIS 56002 - Innovation Management System** e da **Norma ISO/AWI 56005 -Intellectual Property Management**.

4.5.2. Unidade de Avaliação

Esta Unidade não contou com nenhum recurso humano afeto a tempo inteiro em 2019. No entanto, e devido à sua importância, foram desenvolvidos alguns trabalhos nesta Unidade recorrendo à afetação de tempos de outros colaboradores da ANI em situações pontuais, bem com colaborações com outras Unidades da ANI. Destacam-se os seguintes relatórios e estudos elaborados e publicados no site da ANI em 2019:

- Relatório “Participação dos Politécnicos em projetos de I&D - QREN, PT 2020, Horizonte 2020, Eureka”;
- Relatório “Avaliação multicritério do instrumento Projetos Demonstradores do Portugal 2020”;
- Relatório “Atualização do relatório “Indústria 4.0 em Projetos de I&D - QREN e Portugal 2020”;
- *Fact sheet* “Inquérito à Valorização de Resultados de I&D - SIFIDE”.

Em 2019 a ANI recorreu, também, à contratação externa de serviços para a elaboração de estudos de análise de componentes do sistema nacional de inovação, com destaque para os seguintes, disponibilizados publicamente no site da ANI:

- Estudo sobre o “Análise Comparativa Internacional do Posicionamento do Sistema Nacional de Inovação”. Este estudo visa identificar e mapear as entidades do SNI em Portuga. Foi também produzida uma base de dados com informação a disponibilizar no Portal da Inovação;

- Estudo sobre “Boas-práticas internacionais de sustentabilidade e *governance* de infraestruturas tecnológicas”. Este estudo pretende apoiar um novo enquadramento para a sustentabilidade das infraestruturas tecnológicas em Portugal sendo.
- Estudo sobre “Redes de transferência de tecnologia”, elaborado por uma entidade internacional. As conclusões do estudo permitirão definir, em 2020, ações e iniciativas para capacitar as entidades em Portugal com atividades nestas áreas.

Relatório “Centro de Competências das Compras Públicas de Inovação holandês”. Este trabalho visa contribuir para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento de um Centro de Competências para as Compras de Inovação em Portugal, em 2020.

Nesta Unidade foi, também, **desenvolvida uma metodologia de avaliação de instrumentos de financiamento do Portugal 2020** (avaliação *ex-ante* e *ex-post*), aplicada ao instrumento dos “Projetos Demonstradores”. Esta metodologia foi elaborada em articulação com a metodologia *Innovation Radar* da Comissão Europeia, tendo os resultados sido apresentados numa reunião em Lisboa com as entidades envolvidas no projeto Innovation Radar (cerca de 15 países).

No âmbito da avaliação de políticas e da atuação transversal desta Unidade dentro da ANI, de destacar, ainda, a conclusão e divulgação no site da ANI do Plano de Ação para a melhoria do instrumento do Portugal 2020 “Projetos Demonstradores”, no âmbito do projeto Interreg “S34Growth” - *Enhancing Policies Through Inter-Regional Cooperation: New Industrial Value Chains for Growth*, da qual a ANI é parte integrante. Este Plano de Ação, elaborado em conjunto com vários atores nacionais (empresas, centros tecnológicos, clusters) permitiu desenvolver iniciativas a curto-prazo para tornar este instrumento mais eficaz, bem como se espera que possa contribuir para propostas de melhoria para o período pós-2020.

4.6. DIREÇÃO DE GESTÃO E RECURSOS

4.6.1. Unidade de Sistemas de Informação

A Unidade de Sistemas de Informação integra quatro colaboradores, tendo assumido, desde 2016, a responsabilidade pela execução operacional do projeto SAMA 2020: o Programa “MAIS ANI”. Este programa (projeto de capacitação tecnológica e transformação digital) com prazo de conclusão previsto para junho de 2019, foi prorrogado até 31 dezembro de 2019, tendo uma taxa de execução financeira de cerca de 87% no final de 2019. Foi solicitada uma prorrogação do projeto para 2020 para serem completados os 13% finais.

Assim, e em 2019, a ANI dotou-se de um sistema de Gestão de Incentivos Fiscais (portal SIFIDE), uma plataforma que assegura um salto qualitativo na gestão das candidaturas ao programa SIFIDE para as candidaturas a entrar em 2020. Foram também implementados sistemas complementares de apoio às candidaturas de Incentivos Financeiros, através da desmaterialização e simplificação de processos administrativos e de novas ferramentas de sistemas de informação e iniciados os trabalhos de desenvolvimento de uma plataforma para a Gestão de contratação de Peritos para emissão de pareceres técnico-científicos, plataforma essa que, além de permitir integrações com outras plataformas de Peritos Internacionais, permitirá gerir todo o processo de contratação de Peritos, melhorando o controlo interno ao nível do cumprimento com as obrigações impostas pelo Código dos Contratos Públicos.

Destaca-se, também em 2019, a implementação de uma plataforma CRM (*Customer Relationship Management*), uma ferramenta de gestão do relacionamento com os clientes, promotores e demais entidades do âmbito de atuação da ANI, orientada para a partilha de informação, promoção das iniciativas de *brokerage* e *networking* e, sobretudo, a antecipação e resposta às suas necessidades nos contactos correntes com a ANI.

Ainda no âmbito deste programa, foi desenvolvido um Portal Colaborativo para um acesso mais rápido e centralizado da informação, com ferramentas de videoconferência e mensagens instantâneas.

A execução deste programa preconizou, de forma gradual, uma adequada capacitação operacional dos recursos da Agência, a modernização dos seus sistemas de informação, através de ferramentas de maior produtividade, resultando assim numa maior capacidade de atuação e entrega de serviços aos cidadãos e às empresas.

2019 foi também o ano, em que a ANI se mostrou mais *cloud oriented*, tendo concluído a migração de algumas das suas mais importantes ferramentas de produtividade para as respectivas *clouds*, obtendo substanciais ganhos na eficiência e na produtividade, libertando recursos para outras atividades.

Foram realizados os investimentos necessários na área das comunicações e na renovação do parque informático, permitindo melhores condições para a execução das tarefas dos colaboradores.

4.6.2. Unidade de Gestão de Recursos Humanos

Esta Unidade tem como missão participar na definição das Políticas de Recursos Humanos contribuindo para que as mesmas sejam alinhadas com o modelo estratégico da ANI, coordenando e assegurando ainda a sua adequada implementação.

Outro dos objetivos da Unidade de Gestão de Recursos Humanos (UGRH) é prestar um serviço interno de qualidade às diversas áreas da ANI, apoiando na resolução das situações que ocorrem no dia a dia e contribuindo assim para a evolução da satisfação e motivação dos colaboradores e (inerente) aumento de produtividade.

No ano de 2019 destacam-se as seguintes ações:

- **Recrutamento, Seleção e Integração:**

Foi necessário proceder ao Recrutamento e Admissão de 13 novas pessoas no início do ano. Nesse âmbito, foi feita uma revisão de Manuais de Acolhimento e procedeu-se à criação de Kit de Boas Vindas que passou a ser entregue na admissão, composto por garrafa de água de vidro, pen, caderno, blocos de notas, caneta e fita de pescoço, com imagem ANI.

- **Formação:**

- Foram preparados os processos de execução da Formação de Inglês e de Informática que será ministrada em 2020.
- Formação Extraordinária: Foram aprovados 8 processos de Formação Extraordinária com custos apoiados pela ANI que permitirão a evolução das habilitações e competências destas pessoas e contribuirão para o desenvolvimento da ANI.

- **Avaliação de Desempenho:**

A Unidade de RH deu continuidade ao processo de Autoavaliação, relativo ao ano de 2018, cuja conclusão só é prevista para 2020. Iniciou também o processo de avaliação para 2019, que, contudo, sofreu atrasos significativos na sua implementação.

- **Gestão de Instalações:**

Em 2019, a gestão das instalações passou a ser assegurada pela UGRH. Neste âmbito, realizaram-se vários levantamentos das condições atuais em cada polo, tendo sido identificado um conjunto de melhorias ou obras de adaptação a realizar com cariz de urgência. Adicionalmente:

- Procedeu-se à identificação de material obsoleto e seu respetivo abate;
- Foram realizadas desinfecções e limpezas técnicas em ambas as instalações.

No último trimestre de 2019, foi concluído o contrato de ocupação das instalações do Porto relativo a 2016-2019 e também renegociado o contrato a vigorar durante 2020.

- **Programa de Estágios:**

Em 2019, foi intensificada a implementação de programa de Estágios na ANI, através da concessão de estágios Curriculares e Extracurriculares e em que a área de RH realizou a seleção, o acolhimento e a integração de estagiários nas seguintes áreas:

Unidade	Quantidade
Unidade de Valorização de Políticas	1
Unidade Interface	4
Unidade de Comunicação	3
Unidade de Avaliação	1
Unidade de Redes Internacionais	4

- Responsabilidade Social:

No decorrer de 2019, deu-se seguimento à implementação de medidas que visam cumprir a Resolução do conselho de Ministros nº 141/2018, com a criação e implementação de medidas mais “amigas” do ambiente, conforme resumo apresentado na tabela seguinte:

Solução Adotada	1 - Redução de consumo de papel	2 - Redução consumíveis de impressão	3 - Redução Produtos plásticos	4 - Soluções circulares
Novo contrato de aluguer de impressoras que permitiu instalar equipamentos com código individual e com contagem de nº de impressões por pessoa	x	x		
Novo contrato de aluguer de impressoras que permitiu instalar equipamentos com código individual e com contagem de nº de impressões por pessoa	x	x		
Impressão obrigatória em frente e verso (parametrizado centralmente por defeito)	x	x		
Oferta de 1 garrafa de vidro a cada colaborador e substituição de garrafas de água de plástico em reuniões, por garrafas de vidro			x	x
Eliminação de copos e palhetas de plástico e substituição por madeira			x	x
Compra, instalação e divulgação de regras de utilização de Ecopontos				x
Alteração de processos internos para eliminação de papel: Processo de marcação, aprovação e alteração de férias totalmente informatizado	x	x		
Implementação de lportal doc para gestão de documentação interna/ externa (correio)	x	x		
Instalação e disponibilização de torneiras para disponibilização de água			x	x
Utilização de assinaturas digitais em documentação oficial	x	x		
Colocação de sinalética de sensibilização para redução de consumo energia				x

Ainda no âmbito da Responsabilidade Social, a Unidade de Gestão de Recursos Humanos, e à semelhança do que foi feito no ano anterior, lançou um desafio a todos os colaboradores, apelando à recolha de bens para entrega a uma instituição de solidariedade social.

- Higiene Saúde e Segurança no Trabalho:
 - Aquisição de cadeiras ergonómicas;
 - Levantamentos para caracterização da situação atual, em ambos os edifícios, para elaboração do Plano de Segurança.

- Aní Care

O envolvimento dos colaboradores está diretamente ligado aos resultados da Agência. Cientes de que colaboradores motivados serão seguramente mais produtivos e comprometidos com o trabalho, a ANI desenvolveu durante o ano algumas iniciativas que visaram contribuir para um fortalecimento de relações de trabalho e de uma maior satisfação pessoal, tais como:

- Continuidade de disponibilização de Fruta nas instalações;
- Celebração de alguns Dias Especiais:
 - Nascimentos: com entrega de cesta de bens;
 - Dia da Mulher: realização de uma atividade de caráter desportivo;
 - Dia da Criança: concurso Dia da Criança para filhos dos colaboradores;
 - Dia de S. Martinho: Realização do Magusto;
 - Natal: Almoço de Natal e oferta de presente.
- Conciliação Vida Profissional com Vida Pessoal: Foram alargadas as medidas de Teletrabalho a mais equipas e colaboradores.
- Regularização de Contratos de aquisição de serviços via Contratação Pública:
 - Acidentes de Trabalho
 - Segurança
- Gestão de Carreiras:
 - Iniciou-se a revisão de Plano de Carreiras e foi elaborada uma Adenda ao Plano atual com vista a resolver os problemas mais prementes de desigualdades e desajustes de funções, ficando a sua aplicação dependente da aprovação do PAO 2020 bem como das LEO e DLOE 2020.

4.6.3. Unidade Jurídica e de Contratação

A Unidade Jurídica e de Contratação (UJC) surgiu na sequência da reestruturação da ANI, a partir de setembro de 2018, que operou a eliminação da Unidade de Legal & Compliance e consequente divisão das atividades que lhe eram atribuídas entre a UJC e a Assessoria Jurídica, porque a contratação pública possui um peso enorme na área de gestão administrativa da ANI e necessitava de ser autonomizada para maior eficiência operacional. Esta divisão permitiu não só uma maior especialização, como o alargamento de atividades asseguradas.

Assim, no ano de 2019 a UJC desenvolveu as suas atividades em quatro grandes áreas: **contratação pública, controlo do cumprimento das regras de realização de despesa, apoio jurídico às restantes Unidades da ANI e apoio na implementação de processos** o que se traduziu na realização das seguintes tarefas:

- Continuação do trabalho de atualização dos processos internos por forma a garantir o cumprimento de todas as obrigações jurídicas e regulamentares aplicáveis às contratações da ANI, com especial enfoque na simplificação de matérias de gestão administrativa interna relacionadas com a contratação pública decorrente da revisão ao Código dos Contratos Públicos;
- Apoio jurídico às unidades da ANI, designadamente: na elaboração de informações técnicas, de regulamentos relacionados com projetos (nacionais ou internacionais) geridos por essas unidades e demais documentação técnico-jurídica de suporte às respetivas atividades;
- Tratamento e tramitação de todos os procedimentos de contratação pública de índole nacional e internacional, assim como promover as formalidades necessárias e adequadas referentes à contratação excluída pelo Código dos Contratos Públicos;
- Validação jurídica de despesa pública em termos da sua conformidade face ao quadro normativo aplicável;
- Análise de metodologias de gestão de contratos e avaliação de fornecedores;
- Apoio jurídico à ANI na resolução de questões relacionadas com a execução dos contratos celebrados;
- Participação na construção de plataformas internas de gestão de fluxos;
- Auditoria aos pedidos de pagamento apresentados pelas entidades beneficiárias dos fundos europeus no que respeita à contratação pública;
- Apoio no processo de enquadramento fiscal e pagamento de fornecedores internacionais.

O ano de 2019 foi particularmente exigente para esta unidade. Desde logo, porque dois dos três recursos que integram a Unidade apenas passaram a integrar os quadros da ANI no final de 2018, sendo que o terceiro elemento regressou apenas em março de 2019 de uma licença de maternidade. Por outro lado, atendendo às dificuldades já referidas que resultavam da estrutura anterior, a Unidade tinha um elevadíssimo número de procedimentos de contratação por iniciar (cerca de 26) às quais se somaram novas necessidades decorrentes da execução dos projetos SAMA e SIAC, as crescentes necessidades de subcontratação de serviços e a necessidade de promover procedimentos de contratação com convite a fornecedores internacionais. Ainda assim, até ao final do ano de 2019, a Unidade conseguiu realizar as contratações necessárias e diminuir significativamente o tempo de resposta entre a identificação e levantamento da necessidade e a respetiva contratação.

Acresce que, ao contrário do verificado até 2018, a ANI passou a estar sujeita ao regime geral do controlo orçamental. Logo, qualquer procedimento relativo um compromisso plurianual (essencialmente os não cofinanciados) passou a carecer de autorização dos membros do Governo responsáveis pela respetiva área setorial, pelo que passou a ser necessário assegurar as diligências necessárias à obtenção destas autorizações e readaptar os processos internos a esta nova realidade o que implicou um natural período de aprendizagem e adaptação.

A passagem da ANI para o regime geral do controlo orçamental obrigou a alterações nos procedimentos e internos o que implicou um trabalho contínuo de ajustamento resultante das dificuldades de implementação ou possibilidades de melhoria que foram sendo verificadas com a “aplicação” prática das mesmas.

Em 2019, foram processados 1580 ajustes diretos e 77 procedimentos mais complexos, incluindo um concurso público.

4.6.4. Unidade de Comunicação

A Unidade de Comunicação garante o crescimento da marca “ANI”, tendo como objetivo que esta seja facilmente associável aos valores da organização, tendo como base o processo de comunicação multicanal/multimeios, de forma a assegurar o posicionamento pretendido junto do público-alvo definido.

Desenvolve parcerias e gere todos os parceiros especializados que apoiem diretamente a ANI no processo de comunicação com o exterior. Cabe ainda à Unidade apoiar a organização de eventos organizados ou coorganizados pela ANI. No que respeita à comunicação interna, a Unidade Comunicação assegura o envio das principais comunicações formais do Conselho de Administração para a estrutura da ANI.

Durante 2019, teve apenas uma colaboradora a tempo inteiro e uma segunda unidade a tempo parcial, tendo sido responsável pela organização dos eventos promovidos pelas outras Unidades da ANI, num total de 11 eventos, de que destaca o evento “TECH@Portugal: do conhecimento para o mercado”, que se realizou a 4 de julho na Alfândega do Porto, que contou com um espaço de demonstração de ciência e tecnologia para cerca de 80 entidades e 9 sessões temáticas, tendo mobilizado cerca de 800 participantes, bem como a segunda edição do Prémio Nacional de Jornalismo de Inovação, que premiou com 16 mil euros alguns dos melhores trabalhos sobre inovação de base científica e tecnológica desenvolvida em Portugal durante o ano de 2018. Esta iniciativa posiciona a ANI como entidade que valoriza e apoia o jornalismo sobre inovação, enquanto poderoso instrumento de serviço público de promoção do impacto da inovação de base científica e tecnológica na economia e no dia-a-dia dos cidadãos.

Apresentam-se na tabela seguinte os principais indicadores de atividade obtidos por canal/tipologia de conteúdo:

Estratégia de Canais e Conteúdos - indicadores

Canal/Tipologia de Conteúdo	Indicador de Atividade 2019
Site	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de novo site da ANI - versão PT (março): produção de 224 notícias (aumento de 40% face a 2018) • Lançamento do novo site da ANI versão EN (outubro)
Newsletter	<ul style="list-style-type: none"> • Envio semanal • Reformulação do layout gráfico
LinkedIn	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de 185% no número de seguidores: 3.798 (janeiro de 2019) /10.854 seguidores (dezembro de 2019)
Assessoria de Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> • Envio de 36 comunicados de imprensa (aumento de 89% face a 2018) • Publicação de 711 notícias com referência expressa à ANI

Televisão	<ul style="list-style-type: none"> • Arranque (emissão do 1º programa) da rubrica TECH 3 na RTP 3 - série de 13 programas sobre a atividade da ANI • Arranque (emissão do 1º programa) da rubrica Inovação.pt na SIC Notícias - série de 9 programas sobre resultados de transferência de tecnologia desenvolvida nos CIT
Brochuras Informativas	<ul style="list-style-type: none"> • Brochura ANI/SIAC, Brochura SIFIDE, Brochura CoLAB, Brochura CIT, Brochura TAFTIE
Vídeos	<ul style="list-style-type: none"> • 29 vídeos (aumento de 52% face a 2018)
Reportagens fotográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura fotográfica de 10 eventos

4.6.5. Unidade de Gestão Financeira

Esta Unidade tem como objetivo garantir a integração de todas as competências necessárias à boa gestão financeira e operacional da ANI, estando dividida em 3 blocos funcionais: Departamento de Contabilidade e Finanças, Departamento de Auditoria e Processos, e Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão.

O exercício de 2019 ficou marcado pela consolidação da implementação do software de gestão (*ERP - Enterprise Resource Planning*) - o “software *Primavera - Public Sector*” - que veio garantir o aumento considerável nos níveis de desmaterialização de processos internos, como também a eficácia de um conjunto de automatismos, permitindo o cumprimento com as regras financeiras exigidas aos organismos enquadrados no perímetro orçamental do Estado. O conjunto de desenvolvimentos adicionais tidos durante este ano permitiram também alargar o âmbito da prestação de informação à gestão da ANI, com uma maior capacidade de monitorização da sua execução orçamental e controlo sob os seus vínculos contratuais com entidades terceiras.

Com a publicação do DLEO de 2019, a ANI viu o seu enquadramento orçamental alterado do regime simplificado para o regime geral. Esta nova realidade obrigou a uma reformulação de um vasto leque de procedimentos internos de controlo e gestão da despesa.

A escassez de recursos não permitiu concretizar a entrada em funcionamento da área de auditoria interna em 2019, cumprindo os objetivos de interface entre o ROC e os serviços financeiros, sendo apenas desenvolvida uma atividade de análise e monitorização de processos internos.

Mantendo a opção pela externalização dos serviços administrativos de apoio à tramitação dos pedidos de reembolso de despesa no âmbito da assistência técnica do Portugal 2020 (e todos os outros projetos financiados onde a ANI é beneficiária), foi atingido o objetivo de aproximar a execução financeira da execução física de todos os projetos. A 31 de dezembro de 2019, a ANI, conseguiu apresentar a todos os programas operacionais os pedidos de reembolso de todas as despesas tidas no âmbito da assistência técnica até 31 de dezembro de 2018. Estima-se que durante o primeiro semestre de 2020 sejam apresentadas a pedido de reembolso todas as despesas de 2019 com cofinanciamento elegível.

Resultado da continuidade do trabalho de gestão do ativo imobilizado da ANI desenvolvido em 2018 - levantamento, revisão, etiquetagem, identificação e localização - o exercício de 2019 terminou com um conjunto alargado de equipamentos informáticos, material de escritório e outros bens entregues para abate e/ou reciclagem.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de 198.010 € (cento e noventa e oito mil e dez euros) seja aplicado da seguinte forma:

- 9.900,50 € (nove mil e novecentos euros e cinquenta cêntimos) para reforço da Reserva Legal, nos termos do nº 1 do Art. 295º do Código das Sociedades Comerciais;

- 188.109,50€ (cento e oitenta e oito mil, cento e nove euros e cinquenta cêntimos) para Resultados Transitados.

6. CONTAS DE 2019

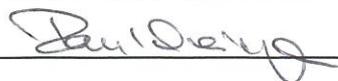
Balanço

RUBRICAS	Notas	Valores expressos em euros	
		SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	578 655	619 015
Propriedades de investimento	6	1 155 729	1 188 133
Ativos intangíveis	4	397 498	98 458
Outros ativos financeiros	19	35 763	5 513
Ativos por impostos diferidos	21	69 437	69 437
		2 237 082	1 980 555
Ativo corrente			
Cientes	20	4 614	3 697
Estado e outros entes públicos	7	50 527	28 443
Outras contas a receber	8	6 113 861	7 578 583
Diferimentos	9	55 117	82 383
Caixa e depósitos	3	9 731 251	10 519 445
		15 955 368	18 212 551
Total do ativo		18 192 450	20 193 106
Património Líquido			
Património/ Capital	10	5 176 377	5 176 377
Reservas	10	197 709	197 709
Resultados transitados	10	(1 423 882)	(1 522 988)
Excedentes de revalorização	10	121 737	121 737
Outras variações no Património Líquido	10	294 098	193 979
Resultado líquido do período	10	198 010	134 604
Total do Património Líquido		4 564 048	4 301 418
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	21	155 696,48	127 458
Outras contas a pagar	12	4 071 088	3 825 941
		4 226 784	3 953 399
Passivo corrente			
Fornecedores	11	184 183	245 243
Estado e outros entes públicos	7	127 836	157 319
Outras contas a pagar	12	9 070 048	11 516 274
Diferimentos	9	19 551	19 453
		9 401 618	11 938 290
Total do Passivo		13 628 402	15 891 688
Total do património líquido e do passivo		18 192 450	20 193 106

Figura 31: Balanço

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração

Demonstração de resultados por naturezas

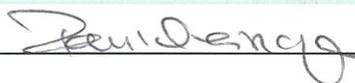
Valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2019	31/12/2018
Prestações de serviços	13	47 504	-
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	13	6 520 865	5 284 738
Fornecimentos e serviços externos	14	(2 896 223)	(2 062 323)
Gastos com pessoal	15	(3 594 229)	(3 154 901)
Provisões (aumentos/ reduções)		-	65 000
Outros rendimentos e ganhos	16	320 424	277 986
Outros gastos e perdas	17	(30 413)	(67 514)
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros		367 928	342 986
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	4,5,6	(205 416)	(139 634)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		162 512	203 352
Resultado antes de imposto		162 512	203 352
Imposto sobre o rendimento	18	35 498	(68 748)
Resultado líquido do exercício		198 010	134 604

Figura 32: Demonstração de resultados por naturezas

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra

O Contabilista Certificado



A Administração

Demonstração de fluxos de caixa

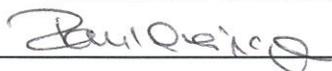
Valores expressos em euros

Descrição	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	20	390 248,54	93 972,15
Pagamentos a fornecedores	11	(3 436 715,14)	(3 003 866,68)
Pagamentos ao pessoal	15	(3 512 925,18)	(3 134 927,80)
Caixa gerada pelas operações		(6 559 391,78)	(6 044 822,33)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	18	(36 065,95)	(7 340,87)
Outros recebimentos/pagamentos		6 238 956,34	5 957 393,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(356 501,39)	(94 770,01)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(28 521,00)	(37 361,85)
Ativos intangíveis	4	(403 171,94)	(89 978,49)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(431 692,94)	(127 340,34)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeitos das diferenças de câmbio		(788 194,33)	(222 110,35)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	10 519 444,85	10 741 555,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	9 731 250,52	10 519 444,84
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	3	948,34	1 420,18
Depósitos bancários	3	9 730 302,18	10 518 024,67
Descoberto bancários			
		9 731 250,52	10 519 444,85

Figura 33: Demonstração de fluxos de caixa

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração

Demonstração de alterações do património líquido

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Capital/Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2018	10	5 476 376,50	197 709,03	(986 226,52)	121 736,97	169 201,09	(536 761,25)	4 142 035,82	4 142 035,82
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	10	-	-	(536 761,25)	-	24 778,03	536 761,25	24 778,03	24 778,03
Resultado líquido do período							134 604,36	134 604,36	134 604,36
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	134 604,36	159 382,39	159 382,39
Operações com detentores de capital no período									
A 31 de dezembro de 2018	10	5 476 376,50	197 709,03	(1 522 987,77)	121 736,97	193 979,12	134 604,36	4 301 418,21	4 301 418,21
A 1 de janeiro de 2019		5 476 376,50	197 709,03	(1 522 987,77)	121 736,97	193 979,12	134 604,36	4 301 418,21	4 301 418,21
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	10	-	-	99 105,67	-	100 118,39	(134 604,36)	64 619,70	64 619,70
Resultado líquido do período				99 105,67	-	100 118,39	(134 604,36)	64 619,70	64 619,70
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	198 010,02	198 010,02	198 010,02
Operações com detentores de capital no período									
A 31 de dezembro de 2019	10	5 476 376,50	197 709,03	(1 423 882,10)	121 736,97	294 097,51	198 010,02	4 564 047,93	4 564 047,93

Figura 34: Demonstração de alterações do património líquido

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração



7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, constituída em 06 de agosto de 1993, tem a sua sede na Rua de Sagres, nº11, Lisboa e tem como objeto outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão.

A Sociedade é detida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo IAPMEI com uma participação no capital de 50% e 50% respetivamente.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração executivo da ANI em 23 de Março de 2020. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras são preparadas com base no Decreto-Lei nº85/2016 que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei 192/2015 onde aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Doravante designado por SNC-AP).

A ANI está enquadrada com o definido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, pelo que se rege de acordo com o Portaria nº 218/2016 - Regime Simplificado do SNC-AP.

As demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.



2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da ANI foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ANI estão mensurados em Euro. Deste modo, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a ANI.

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros



estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Figura 36: Ativos fixos tangíveis

iii) Ativos intangíveis

A ANI reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a ANI e o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, a ANI, procede a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

	Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3



iv) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Tratam-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente ao custo, sendo subsequentemente, mensuradas de acordo com o modelo do custo.

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, que variam entre 3 e 20 anos.

v) Outras contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

vi) Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e a prazo altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



vii) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A ANI tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

viii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

ix) Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

x) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

xi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do



balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados na Nota 22.

2.2. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.3. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Foi entendimento da Administração da Empresa, que o valor dos incentivos reembolsáveis à guarda da ANI, SA, no montante de 4.071.087,85 euros deverão ser classificados como Passivo não Corrente pelos seguintes motivos:

- Não se espera que o referido montante seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Empresa;
- O montante não é detido com a finalidade de ser negociado;



- Não se espera que seja liquidado num período até doze meses após a data de balanço (em concordância com a atividade histórica à gestão deste montante);
- Apesar de não existir um direito incondicional de diferir a liquidação do Passivo, a Administração da ANI, SA está segura que a exigência do mesmo, caso exista, será sempre programada para ocorrer fora do último Plano de Atividades do Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

3. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2019	2018
Caixa	948,34	1 420,18
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	9 714 609,12	9 732 509,26
Depósitos bancários à ordem	15 693,06	785 515,41
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos Bancários	9 730 302,18	10 518 024,67
Total de caixa e depósitos	9 731 250,52	10 519 444,85

Figura 37: Fluxos de caixa

Estão à guarda da sociedade fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos incentivos atribuídos a promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI, SA.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da Empresa.

Em exercício anterior, o CA deu instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos 250.000 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.



Durante o exercício de 2016 foram repostos os restantes 3.032.297,31 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

A 31 de dezembro de 2018 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 3.825.940,62 euros, o qual se mantém à data de 31 de dezembro de 2019.

A 31 de dezembro de 2019 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 4.071.087,85 euros.

4. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Projetos de desenvolvimento	78 327,24	78 327,24	-	78 327,24	78 327,24	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 218 696,28	1 121 919,67	96 776,61	1 488 136,04	1 225 881,86	262 254,18
Propriedade industrial e intelectual	1 695,00	14,13	1 680,88	1 695,00	183,63	1 511,37
Outros	35 608,50	35 608,50	-	35 608,50	35 608,50	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	133 732,15	-	133 732,15
Total de Ativos Intangíveis	1 334 327,02	1 235 869,54	98 457,51	1 737 498,93	1 340 001,23	397 497,70

Figura 38: Ativos intangíveis

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2019 estão detalhados da seguinte forma: O detalhe de adições de ativos intangíveis no período de 2019 é como segue:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	96 776,61	269 439,76	(103 962,19)	262 254,18
Propriedade industrial e intelectual	1 680,88	-	(169,51)	1 511,37
Outros	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	133 732,15	-	133 732,15
Total de Ativos Intangíveis	98 457,49	403 171,91	(104 131,70)	397 497,70



O detalhe de adições de ativos no período de 2019 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	-	269 439,76	-	269 439,76
Ativos intangíveis em curso	-	133 732,15	-	133 732,15
Total	-	403 171,91	-	403 171,91

Durante o exercício de 2019 não existiram diminuições de ativos intangíveis.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	245 570,00	245 570,00	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	338 051,44	126 435,34	211 616,10	338 051,44	54 678,91	83 413,38	199 959,15
Equipamento básico	85 311,84	82 061,10	3 250,74	93 989,25	84 335,68	-	9 653,57
Equipamento de transporte	206 589,38	206 589,38	-	171 330,00	171 330,00	-	-
Equipamento administrativo	1 579 771,90	1 422 933,57	156 838,33	1 579 771,90	1 477 544,68	-	102 227,22
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-
Outros	196 477,03	194 737,23	1 739,80	196 477,03	195 075,24	-	1 401,79
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	19 843,59	-	-	19 843,59
Sub-total	2 651 771,59	2 032 756,62	619 014,97	2 645 033,21	1 982 964,51	83 413,38	578 655,32
Total de Ativos Fixos Tangíveis	2 651 771,59	2 032 756,62	619 014,97	2 645 033,21	1 982 964,51	83 413,38	578 655,32

Figura 39: Ativos fixos tangíveis

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2019 estão detalhados da seguinte forma:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	
Outros ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	211 616,10	-	(11 656,95)	199 959,15
Equipamento básico	3 250,74	8 677,41	(2 274,58)	9 653,57
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	156 838,33	-	(54 611,11)	102 227,22
Equipamentos biológicos	-	-	-	-
Outros	1 739,80	-	(338,01)	1 401,79
Ativos fixos tangíveis em curso	-	19 843,59	-	19 843,59
Sub-total	619 014,97	28 521,00	(68 880,65)	578 655,32
Total de Ativos Fixos Tangíveis	619 014,97	28 521,00	(68 880,65)	578 655,32



O detalhe de adições de ativos fixos tangíveis no período de 2019 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Outros ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	-	8 677,41	-	8 677,41
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	19 843,59	-	19 843,59
Sub-total	-	28 521,00	-	28 521,00
Total	-	28 521,00	-	28 521,00

O imóvel localizado no Porto, foi no momento de transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa “Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”. Da referida avaliação, resultou uma revalorização do valor do terreno e uma imparidade no valor do edifício correspondente. Em 31 de Dezembro de 2019 imóvel mantém um excedente de revalorização no montante de aproximadamente 156 mil euros respeitante ao terreno e uma imparidade de aproximadamente 83 mil euros respeitante ao edifício.

6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade da Empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019	2018
Ativo bruto		
Saldo inicial	1 252 940,00	1 252 940,00
Saldo final	1 252 940,00	1 252 940,00
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	64 807,24	32 403,61
Depreciações do período	32 403,61	32 403,62
Outras alterações	-	-
Saldo final	97 210,85	64 807,23
Ativo líquido	1 155 729,15	1 188 132,77

Figura 40: Propriedades de Investimento



A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Frações C e D e respetivos parqueamentos.

A referida propriedade de Investimento, no momento de transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa “Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda” que se encontra registada na CMVM como “perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário”.

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas “Rendas de Mercado”.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da propriedade de Investimento acima referida efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação.

A 31-12-2014 foi efetuada pela “Value Thinking” uma nova avaliação da Propriedade de Investimento detida pela ANI, SA, tendo-se verificado uma desvalorização de 15.222,20 euros face ao valor líquido escriturado até à data desta avaliação.

A 31-12-2016 foi promovida pelos mesmos peritos uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima mencionada, tendo-se assistido a uma valorização de 174.590,10 euros comparativamente ao valor líquido escriturado até à data da referida avaliação.

Em 2019 não foi feita qualquer avaliação aos ativos.

7. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção da ANI entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.



Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalham-se da seguinte forma:

	Euros			
	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC			-	-
Pagamentos Especiais	1 656,25		2 684,28	
Retenções Efetuadas por Terceiros	25 831,20		25 537,44	
Imposto Estimado		-		54 447,47
Impostos s/ rendimento -IRS		59 684,67		42 303,14
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	23 039,38	-		837,05
Contribuições p/segurança social		67 166,38		59 731,34
Outras Tributações	-	984,73	221,10	
Total de Estado e Outros Entes Públicos	50 526,83	127 835,78	28 442,82	157 319,00

Figura 41: Estado e outros entes públicos

8. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica outras contas a receber era o seguinte:

	2019	2018
	Corrente	Corrente
Programas de financiamento	2 527 394,86	2 851 731,51
Despesas não submetidas a pedido	2 836 572,46	3 999 062,89
Projetos Comunitários	207 815,71	526 632,67
Promotores	92 063,79	167 973,78
Outros	450 013,72	33 182,45
Outros devedores	6 113 860,54	7 578 583,30
Outros créditos a receber	6 113 860,54	7 578 583,30

Figura 42: Outras contas a receber

Nesta rubrica, encontra-se registada uma imparidade no valor de 220.000,00 € relativamente a valores a receber da Motoravia e de 12.208,57€ relativamente aos valores a receber da INAMOL. Ambas as imparidades estão relacionadas com valores a receber de promotores à guarda da ANI.



Relativamente aos programas de financiamento de projetos nacionais e comunitários, a 31 de dezembro de 2019, os mesmos apresentam a seguinte decomposição:

	Despesas	Recebimentos	Total
Projetos Nacionais			
POCI	2 740 963,68	1 336 038,45	1 404 925,23
POCI SAMA	2 311 133,90	1 672 040,49	639 093,41
POCI SIAC	524 847,43	447 455,67	77 391,76
Alentejo 2020	44 226,83	28 501,12	15 725,71
Algarve 2020	16 625,00	16 625,00	-
Centro 2020	223 494,64	213 069,04	10 425,60
Lisboa 2020	169 757,89	170 965,53	- 1 207,64
Norte 2020	574 311,40	234 088,03	340 223,37
POAT 2020	125 564,13	84 746,70	40 817,43
Total Projetos Nacionais	6 730 924,90	4 203 530,03	2 527 394,87
Projetos Comunitários			
INTERREG EUROPE	362 810,81	242 149,19	120 661,62
INTERREG SUDOESTE	83 778,19	20 583,51	63 194,68
H2020	576 619,36	587 869,36	- 11 250,00
ERASMUS +	32 117,00	32 716,00	- 599,00
INTERREG ESPAÑA-PORTUGAL	35 808,39	-	35 808,39
Total Projetos Comunitários	1 091 133,75	883 318,06	207 815,70
Outros créditos a receber	7 822 058,65	5 086 848,09	2 735 210,57

Figura 43: Outras contas a receber

9. Diferimentos

A rubrica de diferimentos no Ativo e Passivo, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Euros	
	2019	2018
	Corrente	Corrente
Outros gastos a reconhecer	55 116,58	82 382,63
Total de diferimentos - Ativo	55 116,58	82 382,63



	Euros	
	2019	2018
	Corrente	Corrente
Outros rendimentos a reconhecer	19 551,29	19 453,39
Total de diferimentos - Passivo	19 551,29	19 453,39

Figura 44: Diferimentos

A rubrica de “Outros gastos a reconhecer” dizem respeito a pagamentos de serviços da atividade corrente, seguros e quotas, realizados em 2019, mas que os gastos dizem respeito ao exercício de 2020.

10. Património/Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o Património líquido da ANI, encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	5 176 376,50	-	-	5 176 376,50
Reservas				
Reservas legais	197 709,03	-	-	197 709,03
Outras Reservas				-
Resultados transitados	(1 522 988,27)	134 604,36	(35 498,19)	(1 423 882,10)
Excedentes de Revalorização	121 736,97			121 736,97
Outras variações no Património Líquido	193 979,12	100 117,89	-	294 097,01
Resultado líquido do período				
Ano 2018	134 604,36	(134 604,36)	-	-
Ano 2019	-	198 010,02	-	198 010,02
Total do Património/Capital	4 301 417,71	298 127,91	(35 498,19)	4 564 047,93

Figura 45: Património

O capital social da ANI (5.176.376,50 Euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2019 é conforme segue:

	% Detenção	Montante
Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%	2,588,188.25
IAPMEI	50%	2,588,188.25
Capital Social		5,176,376.50

Figura 46: Capital Social



De acordo com os artigos 218º, 295º e 296º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é reforçada, no mínimo, em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível em numerário, podendo, contudo, ser incorporada no capital social ou utilizada para cobertura de eventuais prejuízos. Esta reserva ainda não se encontra totalmente constituída.

A rubrica de excedentes de revalorização diz respeito à valorização efetuada aos ativos fixos. A última avaliação efetuada ocorreu em 2016.

O saldo da rubrica Outras variações no Património Líquido, diz respeito à aquisição de ativos fixos, adquiridos no decorrer do exercício, e anteriores, com recurso a fundos que foram transferidos pelas entidades responsáveis pelo financiamento da ANI.

11. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada da seguinte forma:

	Euros	
	2019	2018
	Corrente	Corrente
Fornecedores nacionais	184 108,79	245 168,79
Fornecedores intracomunitários	74,38	74,38
Total de fornecedores	184 183,17	245 243,17

Figura 47: Fornecedores



12. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos de outras contas a pagar detalham-se da seguinte forma:

	2019	2019	2018	2018
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Promotores	4 071 087,85		3 825 940,62	-
Saldos de Gerência		7 386 999,45	-	9 468 969,92
EUROSTARS		984 600,58	-	1 441 253,83
Outros		8 250,00	-	7 4 551,56
Outros credores	4 071 087,85	8 379 850,03	3 825 940,62	10 984 775,31
Pessoal Outros		34,79	-	42,05
Pessoal	-	34,79	-	42,05
Férias e Sub.Férias		443 570,56	-	385 426,48
Rendas		225 537,26	-	146 030,46
Outros		21 054,90	-	-
Acréscimos de gastos	-	690 162,72	-	531 456,94
Outras contas a pagar	4 071 087,85	9 070 047,54	3 825 940,62	11 516 274,30

Figura 48: Outras contas a pagar

O valor evidenciado na rubrica “Promotores”, a 31 de dezembro de 2019, encontra-se à guarda da ANI, S.A. Este saldo totaliza o montante recebido proveniente dos promotores apoiados pela Empresa, enquanto entidade financiadora, na componente reembolsável do subsídio atribuído.



13. Prestação de Serviços, e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

No decorrer do ano de 2019, foram prestados serviços de consultoria a clientes, nomeadamente com a intervenção na elaboração de estudos, pareceres e projetos de consultoria no âmbito de colaboração ao AICEP e IAPMEI. O montante reconhecido ascendeu a cerca de 48 mil euros.

A rubrica de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	2019		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	377 048,10	-	161 355,42
Subsídios relacionados com ativos	377 048,10	-	161 355,42
Do Estado e outros Entes Públicos	-	6 520 865,17	-
Subsídios relacionados com resultados	-	6 520 865,17	-
Subsídios	377 048,10	6 520 865,17	161 355,42

	2018		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	248 691,19	-	95 573,64
Subsídios relacionados com ativos	248 691,19	-	95 573,64
Do Estado e outros Entes Públicos	-	5 284 737,86	-
Subsídios relacionados com resultados	-	5 284 737,86	-
Subsídios	248 691,19	5 284 737,86	95 573,64

Figura 49: Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos



14. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é como se segue:

	Euros	
	2019	2018
Trabalhos especializados	860 570,32	933 167,62
Publicidade, comunicação e imagem	373 071,23	73 557,66
Vigilância e segurança	38 329,05	29 347,33
Honorários	733 230,43	304 229,52
Comissões	249,27	131,81
Conservação e reparação	25 616,22	12 113,63
Outros serviços especializados	38 038,56	32 749,22
Serviços especializados	2 069 105,08	1 385 296,79
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24 995,59	2 492,90
Material de escritório	23 508,09	11 492,42
Artigos para oferta	812,08	1 433,19
Livros e documentação técnica	-	16,97
Outros	4,38	782,55
Materiais de consumo	49 320,14	16 218,03
Eletricidade	1 480,56	1 340,60
Combustíveis e lubrificantes	9 252,47	8 748,14
Água	141,49	536,08
Energia e fluidos	10 874,52	10 624,82
Deslocações e estadas	259 284,46	209 690,95
Outros	5 967,91	4 468,11
Deslocações, estadas e transportes	265 252,37	214 159,06
Rendas e alugueres	386 702,70	321 256,73
Comunicação	74 887,54	59 976,51
Seguros	4 283,43	8 307,25
Contencioso e notariado	25,00	389,70
Despesas de representação dos serviços	1 536,03	3 927,82
Limpeza, higiene e conforto	31 028,13	33 987,07
Outros serviços	3 207,73	8 179,04
Serviços diversos	501 670,56	436 024,12
Total de fornecimentos e serviços externos	2 896 222,67	2 062 322,82

Figura 50: Fornecimento e serviços externos



15. Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Euros	
	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	223 413,73	221 981,88
Remunerações do pessoal	2 645 255,37	2 238 504,40
Indemnizações	-	65 000,00
Encargos sobre remunerações	635 634,00	545 531,55
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	42 154,79	65 288,15
Outros gastos com o pessoal	17 408,52	5 352,00
Outros encargos sociais	30 363,04	13 243,02
Total de gastos com pessoal	3 594 229,45	3 154 901,00

Figura 51: Gastos com pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número médio de empregados ao serviço da Empresa ascendeu a 86 e 84, respetivamente.

Em 2019 não foram incorridos gastos com indemnizações aos colaboradores.

16. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe dos rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Euros	
	2019	2018
Ganhos em Propriedades de Investimento	103 226,66	102 055,47
Imputação de subsídios para investimentos	161 355,42	95 573,64
Outros não especificados	55 841,63	80 356,97
Total de outros rendimentos e ganhos	320 423,71	277 986,08

Figura 52: Outros rendimentos e ganhos



17. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2019	2018
Impostos diretos	6 210,05	4 648,22
Impostos indiretos	-	451,37
Taxas	-	35,42
Outros não especificados	24 203,00	62 379,03
Total de outros gastos e perdas	30 413,05	67 514,04

Figura 53: Outros gastos e perdas

18. Imposto do exercício

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementada pela derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada, máxima, de 22,5%.

Para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, com a Lei nº. 82-B/2014 de 31 de dezembro a taxa aplicável é de 21%, que pode ser incrementada pela derrama municipal e estadual.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano progressivamente até 2019 ao maior dos seguintes limites:



- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

	Euros	
	2019	2018
Resultado antes de imposto	162 511,83	203 352,19
Resultado antes de imposto	162 511,83	203 352,19
Gastos não aceites	-	32 885,69
Proveitos deduzidos e outros	(18 086,02)	(65 000,00)
Total dos acertos fiscais	(18 086,02)	(32 114,31)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	144 425,81	171 237,88
Prejuízos fiscais deduzíveis	32 539,22	72 572,65
Matéria coletável	111 886,59	98 665,23
Coleta (21%)	23 496,18	20 719,62
Derrama (1,5%)	1 444,26	2 568,56
Tributação Autónoma	20 137,64	31 159,28
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(35 498,19)	14 300,00
Imposto sobre o rendimento do período	9 579,89	68 747,83

Figura 54: Imposto do exercício



19. Outros ativos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, de adesão obrigatória de capitalização individual e financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos por este regime (em vigor após de 1 de outubro de 2013) venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A 31 de Dezembro de 2019 a ANI dispunha de 35.524 unidades de participação dos fundos de compensação.

20. Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição da rubrica de clientes, é como se segue:

	2019	2018
	Corrente	Corrente
Clientes nacionais	4 613,59	3 697,39
Clientes	4 613,59	3 697,39

Figura 55: Clientes

21. Passivos e Ativos por impostos diferidos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresenta passivos por impostos diferidos no montante de 155.696,48 Euros (127.457,96 Euros em 2018), gerados por excedentes de revalorização e subsídios de ativos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresenta ativos por impostos diferidos no montante de 69.436,84 Euros (69.436,84 Euros em 2018), gerados por perdas de imparidade.

22. Eventos subsequentes

Conforme já referido, ocorreram dois factos relevantes após o encerramento do exercício de 2019 que são merecedores de especial relevo. No que diz respeito aos riscos associados ao Brexit a ANI não perspetiva qualquer impacto negativo, uma vez que a sua atividade operacional não depende direta ou

indiretamente do mercado britânico. Face à pandemia mundial COVID-19, a entidade admite a exposição ao risco associado, podendo o mesmo traduzir-se em perdas e atrasos operacionais relevantes no ano de 2020, não passíveis ainda de quantificação relativamente ao seu impacto financeiro. No entanto, considera que estas contingências não colocam em causa a continuidade das suas operações.

O Contabilista Certificado



A Administração

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL- RECEITA

Valores expressos em euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				N-1
		RP	RG	UE	TOTAL	
Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	10 551 662,06	0,00	0,00	10 551 662,06	10 758 564,35
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente						
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	78 000,00	0,00	0,00	78 000,00	93 972,15
R5	Transferências Correntes	0,00	3 312 674,00	2 735 304,92	6 047 978,92	5 311 905,72
R5.1	Administrações Públicas	0,00	3 312 674,00	0,00	3 312 674,00	3 490 972,64
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	400 000,00	0,00	400 000,00	881 177,64
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 912 674,00	0,00	2 912 674,00	2 609 795,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	2 735 304,92	2 735 304,92	1 820 933,08
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	349 158,81	0,00	0,00	349 158,81	660 695,52
Receita de Capital						
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]		427 158,81	3 512 258,00	2 735 304,92	6 674 721,73	6 066 573,39
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		10 978 820,87	3 512 258,00	2 735 304,92	17 226 383,79	16 825 137,74
Recebimentos de operações de tesouraria [B]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL- DESPESA

Valores expressos em euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				N-1
		RP	RG	UE	TOTAL	
Despesa corrente						
D1	Despesas com o pessoal	446 163,00	548 032,72	2 518 729,46	3 512 925,18	3 134 927,80
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	446 163,00	0,00	2 154 995,06	2 601 158,06	2 312 719,23
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00	363 734,40	363 734,40	205 205,57
D1.3	Segurança social	0,00	548 032,72	0,00	548 032,72	617 003,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	108 037,00	3 027 761,34	0,00	3 135 798,34	3 011 207,54
Despesa de Capital						
D7	Investimento	0,00	0,00	431 692,94	431 692,94	127 340,34
D8	Transferências de capital	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		554 200,00	3 775 378,06	2 950 422,40	7 280 000,46	6 273 475,68
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		554 200,00	3 775 378,06	2 950 422,40	7 280 000,46	6 273 475,68
Pagamentos de operações de tesouraria [C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte						0,00
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		10 424 620,87	-263 120,06	-215 117,48	9 946 383,33	10 551 662,06
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]		-127 041,19	-263 120,06	-215 117,48	-605 278,73	-206 902,29
Despesa primária		554 200,00	3 775 378,06	2 950 422,40	7 280 000,46	5 152 541,68
Saldo corrente		-127 041,19	-263 120,06	216 575,46	-173 585,79	-79 561,95
Saldo de capital		0,00	0,00	-431 692,94	-431 692,94	-127 340,34
Saldo primário		-127 041,19	-263 120,06	-215 117,48	-605 278,73	-206 902,29
Receita total [1]+[2]+[3]		10 978 820,87	3 512 258,00	2 735 304,92	17 226 383,79	16 825 137,74
Despesa total [5]+[6]		554 200,00	3 775 378,06	2 950 422,40	7 280 000,46	6 273 475,68

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Valores expressos em euros

RUBRICA	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
Receita corrente												
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	78 000,00	0,00	78 000,00	0,00	78 000,00	0,00	0,00	0,00	78 000,00	78 000,00	0,00
R5	Transferências Correntes	9 756 306,00	0,00	6 273 516,18	225 537,26	6 047 978,92	225 537,26	0,00	0,00	6 047 978,92	6 047 978,92	-225 537,26
R5.1	Administrações Públicas	9 756 306,00	0,00	6 273 516,18	225 537,26	6 047 978,92	225 537,26	0,00	0,00	6 047 978,92	6 047 978,92	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	400 000,00	0,00	400 000,00	0,00	400 000,00	0,00	0,00	0,00	400 000,00	400 000,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	5 170 000,00	0,00	3 138 211,26	225 537,26	2 912 674,00	225 537,26	0,00	0,00	2 912 674,00	2 912 674,00	-225 537,26
R5.2	Exterior - UE	4 186 306,00	0,00	2 735 304,92	0,00	2 735 304,92	0,00	0,00	0,00	2 735 304,92	2 735 304,92	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	550 000,00	3 697,39	350 075,01	0,00	350 075,01	0,00	0,00	3 697,39	345 461,42	349 158,81	4 613,59
Receita de Capital												
R9	Transferências de Capital	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	0,00	0,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		10 583 890,00	3 697,39	6 901 175,19	225 537,26	6 675 637,93	225 537,26	0,00	0,00	6 671 024,34	6 674 721,73	-220 923,67

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Valores expressos em euros

RUBRICA	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
							Períodos anteriores	Período corrente	Total		
Despesa corrente											
D1	Despesas com o pessoal	0,00	3 895 993,00	715 523,00	3 512 925,18	3 512 925,18	0,00	3 512 925,18	3 512 925,18	0,00	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2 699 328,00	0,00	2 601 158,06	2 601 158,06	0,00	2 601 158,06	2 601 158,06	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	481 142,00	0,00	363 734,40	363 734,40	0,00	363 734,40	363 734,40	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	715 523,00	715 523,00	548 032,72	548 032,72	0,00	548 032,72	548 032,72	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	245 243,00	5 503 861,00	1 970 472,00	3 361 454,35	3 319 981,34	245 243,00	2 890 555,34	3 135 798,34	41 473,01	184 183,00
Despesa de Capital											
D7	Investimento	0,00	441 999,00	0,00	431 692,94	431 692,94	0,00	431 692,94	431 692,94	0,00	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	199 584,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00	199 584,00	199 584,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		245 243,00	10 041 437,00	2 685 995,00	7 505 656,47	7 464 183,46	245 243,00	7 034 757,46	7 280 000,46	41 473,01	184 183,00

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PPI

Valores expressos em euros

Número do Projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento			Datas		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)		
			RG	RP	EU	EM	PR	Início	Fim	Ano 2019	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores			Ano 2019	Total
			[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]			[17] = [15] + [16]	[18]
201901	Aquisição de equipamento informático	07.01.15	482			01/01/2017	31/12/2021	75 000,00	50 000,00	125 000,00	89 954,00	28 521,00	118 475,00	38%	95%		
201902	Aquisição de software informático	07.01.15	482			01/01/2017	31/12/2021	7 440,00	14 800,00	22 240,00	119 053,00	317 685,94	436 738,94	4270%	1964%		
201903	Aquisição de infraestruturas de rede	07.01.15	482			01/01/2017	31/12/2021	-	5 000,00	5 000,00	86 353,00	-	86 353,00	0%	1727%		
201904	Aquisição de instalações	07.01.15	482			01/01/2017	31/12/2021	300 000,00	148 700,00	448 700,00	-	-	-	0%	0%		
Total								382 440,00	218 500,00	600 940,00	295 360,00	346 206,94	641 566,94				

9. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Alterações orçamentais da receita

Valores expressos em euros

Rubricas	Tipo	Receita					Dotações corrigidas	Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			inscrições/r eforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais			
060301	P	400 000	-	-	-	400 000		
060901	P	4 186 306	-	-	-	4 186 306		
070299	P	550 000	-	-	-	550 000		
070399	P	78 000	-	-	-	78 000		
100308	P	5 170 000	-	-	-	5 170 000		
100301	M	-	-	-	199 584	199 584		
Total		10 384 306	-	-	199 584	10 583 890		

Alterações orçamentais da despesa

Valores expressos em euros

Rubricas	Tipo	Despesas					Dotações corrigidas	Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			inscrições/r eforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais			
10104	P	3 450 328	100 000	851 000	-	2 699 328		
10114	P	731 142	-	250 000	-	481 142		
10310	M	1 215 523	-	500 000	-	715 523		
20225	P	4 068 861	1 583 800	148 800	-	5 503 861		
70115	P	375 999	116 000	50 000	-	441 999		
80903	M	-	-	-	199 584	199 584		
Total		9 841 853	1 799 800	1 799 800	199 584	10 041 437		

Transferência e subsídios

Valores expressos em euros

Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita Recebida	Receitas previstas não recebidas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício
Transferências correntes	Orçamento Estado	Financiamento	FCT/IAPMEI	5 170 000,00	2 912 674,00	2 257 326,00	-
Transferências de capital	Sec. ME	CoFinanciamento AT-ME	Sec. ME	-	199 584,00	-	-
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-

Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento								Total	
	Concurso Público		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste Direto			
	Numero dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Numero dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Numero dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Numero dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Numero dos contratos (11)	Preço contratual (12)
Empreitada de obras públicas										
Aquisição de serviços	1	183 651,30 €	2	179 028,59 €	14	1134 810,84 €	57	748 178,21 €	74	2 245 668,94 €
Locação ou aquisição de bens móveis							4	75 910,19 €	4	75 910,19 €
Outros										

NOTA: Somente foram considerados procedimentos de contratação com preços contratuais superiores a 5.000€.

Dividas por Antiguidade de saldos

Descrição	Divida Vincenda		Intervalos de antiguidade da divida vencida		Pagamentos em atraso		Total de divida por natureza da despesa		
	Curto Prazo (A)	Médio / Longo Prazo (B)	< 90 (1)	(E) = (2) + (3) + (4) - (D)	Curto Prazo (F) = (A) + (C)	Médio / Longo Prazo (G) = (B)	Soma (H) = (F) + (G)		
Despesas Correntes	251 349,55	-	251 349,55	-	251 349,55	-	251 349,55		
Despesas com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-		
Remunerações Certas e Permanentes	-	-	-	-	-	-	-		
Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-	-	-	-	-	-		
Segurança Social das quais:	67 166,38	-	67 166,38	-	67 166,38	-	67 166,38		
Encargos com a Saúde	400,10	-	400,10	-	400,10	-	400,10		
ADSE e outros da AP	400,10	-	400,10	-	400,10	-	400,10		
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-		
Contribuições de segurança social	66 766,28	-	66 766,28	-	66 766,28	-	66 766,28		
CGA	2 771,28	-	2 771,28	-	2 771,28	-	2 771,28		
Segurança Social - Regime Geral	63 995,00	-	63 995,00	-	63 995,00	-	63 995,00		
Outras	-	-	-	-	-	-	-		
Outras	-	-	-	-	-	-	-		
Aquisições de Bens e Serviços	184 183,17	-	184 183,17	-	184 183,17	-	184 183,17		
Soma	251 349,55	-	251 349,55	-	251 349,55	-	251 349,55		

Contratação administrativa- Situação dos contratos

Entidade	Objeto (1)	Contrato		Visto T Tribunal de Contas		Data do Primº pagamento (7)	Pagamentos no Período		Observações (19)
		Data (2)	Valor do contrato (3)	Preço contratual (4)	Num. Registo (5)		Data (6)	Trabalhos Normais (8)	
INCENTEA	Aquisição de licenciamento, serviços de manutenção e outros serviços conexos	30/06/2019	143 629,93 €	143 629,93 €	N/A	N/A	05/07/2019	143 629,93 €	
Mitlüluph, Lda.	Programa de Estímulo à Valorização	03/10/2019	153 415,44 €	153 415,44 €	N/A	N/A	27/12/2019	15 341,54 €	
AGEAS	Seguro Acidentes Trabalho	01/08/2019	54 000,00 €	54 000,00 €	N/A	N/A	19/08/2019	17 475,79 €	
Leading, Organização, Lda.	Assessoria Comunicação	22/06/2019	59 040,00 €	59 040,00 €	N/A	N/A	15/08/2019	34 440,00 €	
Faculdade de Ciências da Univ. Lisboa	NCB	01/07/2019	86 100,00 €	86 100,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
280 Limited	Serviços Consultoria Esp. - BFK Transfer	06/08/2019	31 980,00 €	31 980,00 €	N/A	N/A	26/11/2019	10 400,00 €	
Winprovit SA	SCP (plataforma peritos)	28/10/2019	83 271,00 €	83 271,00 €	N/A	N/A	17/12/2019	7 943,90 €	
Devscope - Sol. Sistemas Tec., S.A.	Consultoria SGI	04/12/2019	88 498,50 €	88 498,50 €	N/A	N/A	17/12/2019	44 249,26 €	
ORAI DREAS - Agência de Design e Com. Lda.	Design Gráfico	13/08/2019	68 449,50 €	68 449,50 €	N/A	N/A	08/11/2019	7 677,23 €	
Greenambitours	Video e fotografia	09/08/2019	85 239,00 €	85 239,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Olho Azul Produção de Audiovisuais, Lda.	Produção de conteúdos para o programa "Imagens de marca"	18/08/2019	46 125,00 €	46 125,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	18 450,00 €	
INK	Desenvolvimento, parametrização e implementação do sistema de informação Customer Relationship Management (CRM) e aquisição do respetivo software	01/04/2019	90 411,15 €	90 411,15 €	N/A	N/A	05/07/2019	90 411,23 €	
Mentortec	Serviços de consultoria para o apoio na candidatura al Programa INTERREG IOP	01/04/2019	21 986,25 €	21 986,25 €	N/A	N/A	30/09/2019	21 986,25 €	
Babel	Prestação de serviços de desenvolvimento e implementação da plataforma tecnológica para a valorização da tecnologia e do conhecimento	12/09/2019	183 651,30 €	183 651,30 €	N/A	N/A	08/11/2019	35 730,26 €	
LoboFilhos	Aquisição de serviços de apoio à definição de requisitos e validação de demonstrador no âmbito do projeto MANUFACTUR_4	22/06/2019	0 999,90 €	0 999,90 €	N/A	N/A	05/07/2019	10 000,00 €	
Mira Audiovisuais	Serviços de Consultoria estratégica de produção de conteúdos audiovisuais para a sua distribuição no programa TETRA	30/09/2019	86 100,00 €	86 100,00 €	N/A	N/A	17/12/2019	86 100,00 €	
PAMAFE	Extensão de garantia para computadores	04/06/2019	10 848,00 €	10 848,00 €	N/A	N/A	22/07/2019	10 848,00 €	
VanityMeridian	Aquisição de serviços para o desenvolvimento de um módulo middleware enterpriseapplication integration	04/09/2019	86 911,80 €	86 911,80 €	N/A	N/A	23/10/2019	86 911,80 €	
BAHEL	Aquisição de serviços de desenvolvimento de uma plataforma para a autorização e apresentação de despesas de deslocação dos colaboradores da ANI	04/12/2019	82 097,58 €	82 097,58 €	N/A	N/A	17/12/2019	61 572,51 €	
MONERIS - SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A	Aquisição de serviços de contabilidade certificado	09/07/2019	69 372,00 €	69 372,00 €	N/A	N/A	09/10/2019	9 225,00 €	
EMPINO - EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, L	Serviços de consultoria concernentes à operacionalização de uma nova estratégia de abordagem à metodologia de avaliação referente aos instrumentos de apoio do Portug	22/07/2019	18 265,50 €	18 265,50 €	N/A	N/A	17/12/2019	7 306,20 €	
DECUNIFY	Plataforma de avaliação do desempenho de recursos humanos	07/06/2019	8 767,44 €	8 767,44 €	N/A	N/A	22/07/2019	2 630,23 €	
SARKKIS	Aquisição de serviços de apoio à definição de requisitos e validação do demonstrador "Corte e soldadura robotizada de derivações em tubos metálicos"	22/09/2019	9 963,00 €	9 963,00 €	N/A	N/A	05/07/2019	9 963,00 €	
ERNST & YOUNG SA,	Aquisição de serviços especializados de criação e desenvolvimento de um Observatório	07/08/2019	47 016,75 €	47 016,75 €	N/A	N/A	09/10/2019	8 450,35 €	
Fulxis Portugal	Prestação de serviços de consultoria estratégica em matéria de marketing digital	17/09/2019	23 216,25 €	23 216,25 €	N/A	N/A	13/12/2019	23 216,25 €	
Citocorporation	Aquisição de serviços de apoio à definição de requisitos e validação do demonstrador "Realidade aumentada para a montagem e corte de componentes em construção	27/08/2019	10 000,00 €	10 000,00 €	N/A	N/A	16/10/2019	10 000,00 €	
Metalomecânica (Laurel)	Prestação de serviços de apoio à definição de requisitos e validação do demonstrador "Realidade aumentada para aplicações em corte de metal"	09/08/2019	9 225,00 €	9 225,00 €	N/A	N/A	02/12/2019	9 225,00 €	
SOOCHY.COM	Aquisição de serviços de impressão gráfica e aplicação de suportes de comunicação	27/06/2019	24 507,14 €	24 507,14 €	N/A	N/A	22/07/2019	24 507,14 €	
SO CATERING	Serviço de catering	27/06/2019	22 324,50 €	18 150,00 €	N/A	N/A	01/08/2019	19 674,59 €	
AVtech, Lda.	Locação de equipamento audiovisual e respetivos serviços conexos	27/06/2019	22 219,95 €	18 065,00 €	N/A	N/A	22/07/2019	22 219,95 €	
HL Produções	Locação de palcos, estruturas e serviços conexos	27/06/2019	21 732,55 €	17 585,00 €	N/A	N/A	22/07/2019	21 732,55 €	
THIS CREATIVE AGENCY	Aquisição de serviços de planificação e desenho do Espaço de Demonstração	28/06/2019	14 489,40 €	11 780,00 €	N/A	N/A	22/07/2019	14 489,40 €	
Fusebio & Rodrigues,	Aquisição de serviços de fornecimento, montagem e desmontagem de estruturas de apoio aos espaços de demonstração	28/06/2019	24 477,00 €	19 900,00 €	N/A	N/A	22/07/2019	24 477,00 €	
Red Matos	Validação do demonstrador "Corte Dimensional sem contacto" no contexto do projeto Manufatura, o	12/09/2019	10 000,00 €	10 000,00 €	N/A	N/A	14/12/2019	10 000,00 €	
Vodafone Portugal	Aquisição de Telemeiás	05/09/2019	24 058,80 €	19 500,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	24 058,80 €	
IRI S.A.	Aquisição de serviços consultoria especializada para capacitação de investigadores/promotores de ideias de base científica	20/09/2019	33 554,40 €	27 280,00 €	N/A	N/A	08/11/2019	33 554,40 €	
Bnomial - Sist. Informação	Aquisição de serviços de consultoria técnica, no âmbito da operação SÁMA, com vista ao desenvolvimento e implementação do módulo de integração, do sistema de	13/11/2019	17 318,49 €	14 080,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	12 122,88 €	
Sir Colin Jones	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	23/10/2019	27 106,68 €	27 106,68 €	N/A	N/A	23/12/2019	7 106,68 €	
Félix Gómez Marmol	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	23/10/2019	6 460,00 €	6 460,00 €	N/A	N/A	23/12/2020	6 460,00 €	
Dr. Gianter Hörcher	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	23/10/2019	5 626,67 €	5 626,67 €	N/A	N/A		0,00 €	
Dr. Günter Hörcher	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	23/10/2019	5 960,00 €	5 960,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Tan Roland Oakley	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	23/10/2019	7 106,68 €	7 106,68 €	N/A	N/A	23/12/2019	7 106,68 €	
João Seco	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	24/10/2019	3 073,33 €	3 073,33 €	N/A	N/A	23/12/2019	3 073,33 €	
Marcelo Urgo	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	24/10/2019	6 460,00 €	6 460,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Marco Canini	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019.	24/10/2019	6 460,00 €	6 460,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Ruzica Piskac	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019	24/10/2019	6 126,67 €	6 126,67 €	N/A	N/A		0,00 €	
Arana Balasubramanian	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019	24/10/2019	5 673,34 €	5 673,34 €	N/A	N/A		0,00 €	
DH Consulting AS	Serviços de emissão de pareceres técnicos especializados para avaliação de candidaturas no âmbito do Portugal2020, AAC 04/SI/2019	08/11/2019	5 220,00 €	5 220,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Artindústria de Móveis	Aquisição de 48 cadeiras de escritório	26/12/2019	7 878,80 €	6 405,60 €	N/A	N/A	29/07/2019	7 878,89 €	
José Luis Encarnação	Aquisição de serviços de acompanhamento, monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	03/12/2019	29 899,00 €	24 300,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	5 850,00 €	
Faillen Bongers	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	09/11/2019	3 321,00 €	2 700,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Uwe von Lukas	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	19/11/2019	6 642,00 €	5 400,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Nicholas Veck	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	19/11/2019	24 354,00 €	19 800,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	1 350,00 €	
Peter Dornacke	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	22/11/2019	3 431,00 €	2 700,00 €	N/A	N/A	23/12/2019	1 350,00 €	
Julián Flores Enal	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2023	26/11/2019	24 354,00 €	19 800,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Igbert-Jan Sol	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	18/11/2019	24 354,00 €	24 354,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Konrad Muszenbrock	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	03/12/2019	14 284,00 €	13 284,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Prof. Helene Kirchner	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	17/12/2019	24 354,00 €	24 354,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Max Mühlhäuser	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	19/12/2019	9 983,00 €	9 983,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Ardi Dornmans	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	19/12/2019	3 321,00 €	3 321,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Mark Bücking	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	23/12/2019	6 642,00 €	6 642,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
Bernd Gieckner	Aquisição de serviços de monitorização dos CoLAB e coordenação do Programa de Acompanhamento e Monitorização dos CoLAB 2019-2021	23/12/2019	6 642,00 €	6 642,00 €	N/A	N/A		0,00 €	
CANON PORTUGAL S.A.	Aquisição de equipamento de impressão	05/12/2017	49 807,92 €	49 807,92 €	N/A	N/A	28/02/2019	12 196,66 €	6 130,56 €
MDO - Serviços de Comunicação e Multimédia, SA	Serviços de comunicações de dados e voz	31/01/2017	51 660,00 €	51 660,00 €	N/A	N/A	04/01/2019	15 920,89 €	15 035,43 €
LPT Comunicações SA	Prestação de serviços de comunicação e assessoria de comunicação	12/02/2018	29 208,00 €	29 208,00 €	N/A	N/A	14/02/2019	4 883,00 €	
Outsystems- Software em rede SA	Contrato de prestação de serviços de licenciamento de plataforma para desenvolvimento de software	05/03/2018	123 861,00 €	123 861,00 €	N/A	N/A		0,00 €	123 861,00 €
Manislab, Lda	Serviço de arquitetura e projeto de especialidades	18/04/2018	49 200,00 €	49 200,00 €	N/A	N/A		0,00 €	19 680,00 €
NOESIS PORTUGAL	Prestação de serviços de gestão de projetos.	11/06/2018	85 239,00 €	85 239,00 €	N/A	N/A	15/01/2019	53 483,25 €	31 756,56 €
Pricewaterhousecoopers-Assessoria de Gestão Lda	Aquisição de serviços de suporte aos projetos de assistência técnica no âmbito do Portugal 2020	11/06/2018	39 015,50 €	39 015,50 €	N/A	N/A	25/01/2019	5 897,50 €	
Acumen Consulting, Lda	Serviços de consultoria em arquitetura de sistemas de informação.	13/07/2018	48 277,50 €	48 277,50 €	N/A	N/A	14/02/2019	38 622,00 €	9 655,50 €
INVOA +	Aquisição de serviços de elaboração relatório de análise comparativa interacional	29/08/2018	42 927,00 €	42 927,00 €	N/A	N/A	23/01/2019	34 341,60 €	8 585,40 €
INVOA +	Aquisição de serviços de estudo de benchmark internacional	29/08/2018	42 927,00 €	42 927,00 €	N/A	N/A	09/04/2019	16 029,00 €	24 058,80 €
Dz e associados, SROC, LDA	Aquisição de serviços de validação de despesa	14/02/2019	202 950,00 €	202 950,00 €	N/A	N/A	24/06/2019	59 017,86 €	
GALP Energia	Aquisição de combustível	28/12/2018	33 628,74 €	33 628,74 €	N/A	N/A	15/11/2019	1 483,11 €	
LAFMHI	Renda instalações ANI Lisboa	01/01/2019	7 08 610,68 €	7 08 610,68 €	N/A	N/A	17/01/2019	174 403,47 €	Renovado em 2019 por 3 anos
IBV Associados, SROC, Lda.	Aquisição de serviços de validação de despesas declaradas, referentes às operações Inova-FT e IBV	29/01/2019	5 459,22 €	5 459,22 €	N/A	N/A	14/03/2019	4 985,82 €	
Ricardo João Sousa Fernandes	Aquisição de serviços de edição de vídeos referentes ao programa de modernização e valorização do ensino politécnico.	02/02/2019	19 065,00 €	19 065,00 €	N/A	N/A	22/03/2019	19 065,00 €	
Informática El Corte Inglés, Portugal	Aquisição de manutenção de licenças Microsoft	08/04/2019	35 398,66 €	35 398,66 €	N/A	N/A	30/09/2019	35 398,66 €	
Associação Empresarial de Portugal	Organização de espaço para o evento de atribuição de prémios e distinções Bora from Knowledge" e "Evento Tech@Portugal", ambos a realizar no dia 4 julho na Alameda do	12/02/2019	6 995,01 €	6 995,01 €	N/A	N/A	24/06/2019	6 995,01 €	
Associação Empresarial de Portugal	A despesa inclui a participação na Feira Internacional de Angola - FILDA 2019 e espaço expositivo.		6 995,01 €	6 995,01 €	N/A	N/A	05/07/2019	6 995,01 €	
NFT Novas Empresas e Tecnologia, SA	Contrato de arrendamento ANI Porto - Edifício NFT - 2019	27/7 341,20 €	27/7 341,20 €	N/A	N/A	27/12/2019	27/7 341,20 €		
INFT Instituto Superior de Economia e Gestão	Formação de colaborador	8 100,00 €	8 100,00 €	N/A	N/A	21/01/2019	2 100,00 €		
Ensilis - Educação e Formação Empresarial	Formação de colaborador	5 350,20 €	5 350,20 €	N/A	N/A	18/01/2019	5 350,20 €		
Oliveira, reis & Associados, SROC, LDA	Serviços de revisão de contas do FTFC	8 610,00 €	8 610,00 €	N/A	N/A	29/08/2019	8 610,00 €		
Serviços Limp, Técnicos Mecan, SA	Prestação de serviço de limpeza de instalações ANI Lisboa	03/06/2004	27 837,36 €	27 837,36 €	N/A	N/A	26/01/2019	27 837,36 €	Contrato renovável anualmente
ARK - João Rodrigues, Batalha e Costa-SROC	Prestação de serviços de Revisão Legal de Contas	11 600,00 €	11 600,00 €	N/A	N/A	31/01/2019	11 600,00 €	Contrato renovável anualmente	
Prosecur-Comp.ª de Segurancia, Lda	Serviços de segurança rececionista telefonista.	03/01/2005	37 532,10 €	37 532,10 €	N/A</				

Análise orçamental

Receita

O total da receita do ano cobrada pela ANI ascendeu a 6.674.722€, representando um grau de execução de 63%.

As receitas próprias representam 7% do total da receita cobrada líquida, as receitas gerais 58% e as receitas de financiamentos europeus assumem um peso de 45%.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita, reunindo os valores do orçamento inicial, do orçamento corrigido e da receita cobrada líquida.

Valores expressos em euros

Orçamento por Fonte Financiamento	Orçamento Inicial	Peso relativo por FF	Orçamento Corrigido	Peso relativo por FF	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo por FF	Grau de Execução
	1		2		3		4 = 3/2
Financiamento União Europeia	4 186 306	37%	4 186 306	37%	2 735 305	45%	65%
Receitas Gerais (RG)	5 570 000	49%	5 769 584	50%	3 512 258	58%	61%
Receitas Próprias (RP)	628 000	5%	628 000	5%	427 159	7%	68%
Total	10 384 306	91%	10 583 890	92%	6 674 722	110%	63%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

A evolução da estrutura da receita cobrada líquida entre 2019 e 2018, nas suas diferentes fontes de financiamento, é apresentada na tabela seguinte

Valores expressos em euros

Financiamento União Europeia		Receitas Próprias (RP)		Receitas Gerais (RG)		Total de Receita de Funcionamento	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
2 735 305	1 802 551	427 159	3 364 463	3 512 258	881 178	6 674 722	6 048 191

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

De acordo com a tabela anterior, observamos que as receitas de funcionamento registaram um aumento de 626 mil euros. A estrutura de receitas aumentou na fonte de financiamento da União Europeia em cerca de 932 mil euros, na fonte de financiamento da receita própria registou um decréscimo de cerca de 2,94 milhões de euros, enquanto que na fonte de financiamento das receitas gerais verificamos um aumento 2,63 milhões de euros.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição das receitas por classificação económica:

Valores expressos em euros

Classificação Económica	2019				2018	Variação Anual
	Orçamento Corrigido	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida	
			1		2	3= (1-2)/2
Rendimentos de propriedade	78 000	2%	78 000	2%	93 972	-17%
Administração Central - Outras entidades	5 170 000	109%	2 912 674	87%	2 609 795	12%
Outras receitas correntes	550 000	12%	349 159	10%	660 696	
Total de Receitas Próprias	5 798 000	122%	3 339 833	99%	3 364 463	-1%
Adm. Pública - Adm. Central - Estado	400 000	8%	400 000	12%	400 000	0%
Administração Central - Outras entidades	199 584	4%	199 584	6%	481 178	
Total de Receitas Gerais	599 584		599 584		881 178	-32%
União Europeia - Instituições	4 186 306	100%	2 735 305	100%	1 802 551	52%
Total de Receitas Europeias	4 186 306	88%	2 735 305	81%	1 802 551	52%
Total de Receitas	10 583 890	92%	6 674 722	110%	6 048 191	92%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

O FCT e o IAPMEI assumem o maior peso relativo no total das receitas próprias cobradas com 87%.

Os restantes montantes cobrados de receitas próprias dizem respeito às rendas emitidas à PSMC (2%) e a outras receitas correntes (10%).

As receitas com origem em fundos europeus estão relacionadas com os projetos europeus da Agência Nacional de Inovação.

Despesa

As despesas da ANI por classificação económica estão representadas na tabela seguinte:

Valores expressos em euros

Classificação Económica	2019				
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução
	1	2	3	4	5=4/2
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	1 586 686	446 163	994 196	994 196	223%
06 Despesas correntes	4 068 861	3 533 389	3 361 454	3 135 798	89%
08 Transferências de capital		199 584	199 584	199 584	
Total de orçamento de funcionamento	5 655 547	4 179 136	4 555 234	4 329 578	104%
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	3 810 307	2 734 307	2 518 729	2 518 729	92%
07 Aquisição de bens de capital	375 999	441 999	431 693	431 693	98%
Total de orçamento de União Europeia	4 186 306	3 176 306	2 950 422	2 950 422	93%
Total de Despesa	9 841 853	7 355 442	7 505 656	7 280 000	99%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

As despesas totais pagas durante o exercício de 2019 ascenderam a 7.280.000€, representando uma taxa de execução de 99% relativamente ao orçamento corrigido.

A tabela que se segue detalha as despesas com pessoal pelas suas diferentes componentes/ rúbricas:

Valores expressos em euros

	Remunerações certas e permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Outras Despesas de Segurança Social	Total de Despesas com Pessoal	Varição Despesas com Pessoal
	1	2	3	4=1+2+3	6=(4-5)/5
2019	2 601 158	363 734	548 033	3 512 925,18	
2018	2 312 719	205 206	617 003	3 134 927,80	12%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

Saldos a transitar

O quadro seguinte apresenta os saldos de gerência de 2019 e 2018, verificando-se uma diminuição de 605.278,73€.

Os saldos transitarão para o ano seguinte

Valores expressos em euros

	2019	2018
Saldo a Transitar		
Receitas Gerais (RG)	9 946 383,33	10 551 662,06
Total	9 946 383,33	10 551 662,06

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de **€ 18.192.450** (dezoito milhões, cento e noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta euros) e um total de fundos próprios de **€ 4.564.048** (quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quarenta e oito euros), incluindo um resultado líquido de **€ 198.010** (centro e noventa e oito mil, dez euros)), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida no período de **€ 6.674.722** (seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga no período líquida de reposições de **€ 7.280.000** (sete



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

milhões, duzentos e oitenta mil euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2020

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2019, a atividade da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** (a Entidade), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Entidade na preparação das suas demonstrações financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da Entidade.

Durante o exercício de 2019, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem demos parecer relativamente a qualquer negócio entre a entidade e os membros do Conselho de Administração da Entidade nos termos do art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais.

Não nos tendo sido apresentado o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, previsto no n.º 2 do art.º 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, não nos foi possível aferir sobre o cumprimento dos requisitos previstos no diploma.

Relativamente às disposições constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP) constatámos que a entidade cumpriu, genericamente com o disposto no CCP. Mais verificámos que a partir de meados de 2019 foram implementados procedimentos que permitiram que a Entidade melhorasse significativamente o cumprimento do disposto no artigo 113º do CCP.

Verificámos ainda que, no período findo em 31 de dezembro de 2019, foi assegurado o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado. Com efeito, apesar da existência nessa data de uma conta numa entidade bancária, verificámos que essa conta foi encerrada no dia 29 de novembro de 2019, estando no final do ano a decorrer o prazo previsto na lei de 60 dias até à emissão do cheque com o valor do saldo bancário.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras, a



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, Oficiais de Contas, Lda.

Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, o Anexo às demonstrações orçamentais, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira, orçamental e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

O relatório de gestão expressa de forma apropriada a atividade desenvolvida pela Entidade e cumpre com os requisitos legais aplicáveis.

Assim, tendo em conta o conteúdo da certificação legal de contas, emitida nesta mesma data sem reservas ou ênfases, somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras, a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos e o Anexo às demonstrações orçamentais, os quais exprimem a real situação financeira, patrimonial e orçamental da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** no termo do exercício de 2019.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 27 de março de 2020,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681

10. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

Conselho de Administração
Agência Nacional da inovação
Edifício NET
Rua de Salazares, 842
4149-002 Porto

19 de março de 2020

À atenção de Prof. Doutor Eduardo Maldonado

Assunto: Análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão & Contas de 2019

Exmo. Senhor Presidente,

Tendo sido solicitado ao Conselho Consultivo a análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão & Contas referente ao ano de 2019, com base no documento enviado pelo Conselho de Administração da ANI, depois de analisado e discutido, o Conselho Consultivo da ANI aprovou-o por unanimidade dos membros presentes em reunião de 18 de março do corrente ano civil.

Com os meus respeitosos cumprimentos,



Guy Villax
Presidente do Conselho Consultivo da ANI

ANEXO I

Principais eventos onde a ANI se fez representar

Evento	Representante	Data	Local
Digital Innovation Hubs in Portugal	Eduardo Maldonado	18/01/2019	Lisboa
Evento de divulgação de resultados de avaliações na área da competitividade	Eduardo Maldonado	23/01/2019	INE - Av. António José de Almeida - LISBOA
Activar Portugal	António Bob Santos	29/01/2019	Lisboa (Pavilhão Carlos Lopes)
Prémio i3S - Hovione Capital	António Bob Santos	04/02/2019	Porto
Evento Inovação Hidrogénio	António Bob Santos	22/02/2019	Torres Vedras
Demonstrador Tecnológico	Eduardo Maldonado	28/02/2019	PIEP - Universidade do Minho
Conferência "Indústria, Inovação e Infraestruturas"	António Bob Santos	14/03/2019	Leiria
Ensino Superior 2030	Eduardo Maldonado	15/03/2019	Universidade de Aveiro
Congresso IEP Inovação, Energia e Economia Digital	Eduardo Maldonado	20/03/2019	Fundação Dr. António Cupertino de Miranda (Avenida da Boavista, 4245)
IDC FutureScape 2019	António Bob Santos	21/03/2019	Museu do oriente, Lisboa
Cerimónia de Lançamento do VORTEX - Associação para o Laboratório Colaborativo em Sistemas Ciber-Físicos e Ciber Segurança	Eduardo Maldonado	22/03/2019	Altran Portugal - Av. D. João II - Lote 1.07.2.1 - Lisboa
Como duplicar a presença portuguesa nos programas europeus?...do papel do GPPQ à dinamização do PERIN-Portugal in Europe Research and Innovation Network - +Ciência, +Europa - Jornadas Perin 2019	Eduardo Maldonado	22/03/2019	INIAV - Oeiras
Manufature Vision 2030	Eduardo Maldonado	25/03/2019	INESC-TEC
Comissão de Honra - "A próxima Geração Tecnológica"	Eduardo Maldonado	26/03/2019	Forum de Braga - Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves - Braga;
European Innovation Council (EIC) Business Acceleration Services (BAS) EDP and Partners Corporate Day.	António Bob Santos	26/03/2019	EDP, Lisboa
Portugal Space, a ESA e o Programa Espacial Europeu (2021-2027)"	António Bob Santos	28/03/2019	Lisboa (Pavilhão Carlos Lopes)
Evento no âmbito do Conselho Europeu de Investigação - "ERC Event: More Science for a Better Europe"	Eduardo Maldonado	03/04/2019	Faculdade de Ciências Médicas - UNL
Prémios Empreendedor XXI	António Bob Santos	03/04/2019	UNL, carcavelos
HCP's Meetings with Health Innovation + Market of Open Innovation in Health,	António Bob Santos	04/04/2019	INL Braga
1st Iberian ERC Summit	Eduardo Maldonado	08/04/2019	INL - Braga
Lançamento da II Fase do Programa Indústria 4.0	Eduardo Maldonado	09/04/2019	Campus de Azurém da Universidade do Minho, Campus de Azurém -Guimarães
Comunidades Energeticamente Sustentáveis	Eduardo Maldonado	12/04/2019	Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve - Faro
Cerimónia de Encerramento Roteiro de Biotecnologia Azul	António Bob Santos	12/04/2019	Porto de Leixões

Seminário Instituto Politécnico de Setúbal	Eduardo Maldonado	15/04/2019	Instituto Politécnico de Setúbal - Campus do IPS, Estefanilha - Setúbal;
Evento IMPIC/ANI	Filomena Egreja	29/04/2019	Lisboa
50 Desafios de IDI da Infraestruturas de Portugal	Eduardo Maldonado	09/05/2019	Ordem dos Engenheiros
Demonstrador Tecnológico	Eduardo Maldonado	10/05/2019	CEiA - Matosinhos
Demonstrador Tecnológico	António Bob Santos	10/05/2019	CeiiA
Evento RIS 3	António Bob Santos	16/05/2019	Faro
Academia Meets Auto-Industry	Eduardo Maldonado	17/05/2019	Técnico de Lisboa
Dia Mundial da Metrologia 2019 "O Sistema internacional de Unidades - Fundamentalmente melhor"	Eduardo Maldonado	20/05/2019	Museu da Eletricidade - Lisboa
A integração do planeamento da mobilidade sustentável com a gestão do território e a inovação - IMT	Eduardo Maldonado	21/05/2019	Biblioteca Municipal Almeida Garrett
GFIC 2019 - Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade Portugal 20-30: Desafios do Futuro	António Bob Santos	21/05/2019	Lisboa
Conferência "Pensar a Inovação no Turismo",	António Bob Santos	30/05/2019	Lisboa
Battery 2030 PT Summit	Eduardo Maldonado	31/05/2019	INL - Braga
Tech@Portugal - Sessão ANI	Filomena Egreja	04/06/2019	Alfândega do Porto
Workshop "European Innovation Scoreboard"	António Bob Santos	07/06/2019	Bruxelas
Sessão Comemorativa dos 25 anos do CTIC - intervenção de encerramento	Filomena Egreja	07/06/2019	CTIC - Alcanena
EIT Digital Launching Evenet	Eduardo Maldonado	26/06/2019	GNRation - Praça Conde de Agrolongo - Braga
Sessão "Mostra PT 2020 - Fazemos Portugal" - organização COMPETE	Filomena Egreja	27/06/2019	Altice Arena
Ciclo de Inovadores na Administração Pública	António Bob Santos	09/07/2019	Lisboa
VII Encontro "Politécnico de Leiria + Indústria"	António Bob Santos	16/07/2019	Marinha Grande
Evento "Novo SI - Inovação - Resultados do 1º Concurso"	Filomena Egreja	24/07/2019	Technifreza / Marinha Grande
Encontro Nacional de Incubadoras de 2019	António Bob Santos	26/09/2019	Porto
Thematic Seminar "Capacity building a driver for IPP transnational cooperation"	Eduardo Maldonado	16/10/2019	LNEC
Web Summit	António Bob Santos	05/11/2019	Lisboa
"A construção de um futuro sustentável e saudável através da tecnologia"	Eduardo Maldonado	06/11/2019	Hotel MYRIAD by SANA, no Cais das Naus, Lote 2.21.01, Parque das Nações, Lisboa;
Evento Anual do NORTE 2020, respeitante ao tema "Norte de Portugal: Os caminhos de uma região inovadora"	Eduardo Maldonado	06/12/2019	Auditório Mariano Gago - i3S
Conferência Inovação Aberta	Eduardo Maldonado	18/12/2019	Porto
Evento Infraestruturas Tecnológicas	António Bob Santos	18/12/2019	Viseu
Encontro de Infraestruturas	Filomena Egreja	18/12/2019	Viseu

ANEXO II

Principais notícias publicadas em Órgãos de Comunicação Social

Título da Notícia	Tema	Órgão da Publicação	Data da Publicação
Projecto de saúde da Universidade de Aveiro vence concurso nacional	ANI	DIÁRIO DE AVEIRO	02/01/2019
As empresas e os setores na vanguarda da inovação em Portugal	ANI	O JORNAL ECONÓMICO	04/01/2019
I&D colaborativa: uma via rápida para a aceleração da transferência de tecnologia?	ANI	ECO ONLINE	16/01/2019
Empresas portuguesas reforçam aposta na inovação	ANI	O JORNAL ECONÓMICO ONLINE	06/01/2019
Portugueses criam spray que pode substituir plásticos na conservação dos alimentos	Born from Knowledge	RÁDIO RENASCENÇA ONLINE	09/01/2019
Smart4Health: Portugal lidera projeto europeu para tornar universal o acesso a dados de saúde	Born from Knowledge	TEK - SAPO	31/01/2019
Portugal lidera projeto europeu de 22 milhões de euros na área da saúde	Smart4Health	JORNAL MÉDICO	31/01/2019
A Universidade dos Açores vai inaugurar em breve uma Incubadora de Empresas. A «IN-UAÇ» será instalada em Ponta Delgada. Declarações de António Bob Santos (Agência Nacional de Investigação).	ANI	RTP3	28/02/2019
Portugal está a criar mais e melhor emprego na área do digital	ANI	VIDA ECONÓMICA	15/02/2019
Portugal fortifica parceria com universidades norte-americanas	ANI	O JORNAL ECONÓMICO	8/02/2019
Comitiva portuguesa vai a Pittsburgh de olhos postos em 2030	ANI	DINHEIRO VIVO ONLINE	01/02/2019
Equipa do Porto desenvolve dispositivo que melhora tratamento de infeções ósseas	Born from Knowledge	SOL PORTUGUÊS	15/02/2019
Desenvolvido dispositivo que melhora tratamento de infeções ósseas	Born from Knowledge	MEDICAL NEWS	05/02/2019
Equipa do Porto desenvolve dispositivo que melhora tratamento de infeções ósseas	Born from Knowledge	DIÁRIO DE NOTÍCIAS ONLINE	08/02/2019
Agência Nacional mostra inovação e tecnologia desenvolvida em Guimarães	Demonstrador Tecnológico	DIÁRIO DO MINHO	27/02/2019
Governo quer crescente articulação entre instituições I&D e empresas	Demonstrador Tecnológico	TSF - RÁDIO, NOTÍCIAS, ONLINE	27/02/2019
Candidaturas só em inglês e avaliadas por peritos internacionais	ANI	EXPRESSO	17/03/2019
ANACOM e FCT vão investir oito milhões na Portugal Space até 2021	ANI	EXAME INFORMÁTICA ONLINE	22/03/2019
Chiara Manfletti. Fixe o nome desta cientista italiana, a primeira presidente da Agência Espacial Portuguesa	ANI	EXPRESSO ONLINE	22/03/2019
Agência espacial portuguesa apresentada publicamente esta quinta-feira	ANI	O JORNAL ECONÓMICO ONLINE	28/03/2019
Governo assina pactos setoriais	ANI	VIDA ECONÓMICA	29/03/2019
Jornadas PERIN 2019	GPPQ	SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	21/03/2019
Mil milhões: investigação nunca captou tanto dinheiro europeu	H2020	PÚBLICO	22/03/2019
Tem uma empresa? Saiba como se candidatar a estes incentivos fiscais	SIFIDE	O JORNAL ECONÓMICO ONLINE	01/04/2019
Tecnologias da FCTUC presentes no lançamento da II Fase do Programa Indústria 4.0.	ANI	NOTÍCIAS DE COIMBRA	08/04/2019

Solução para tratamento de cancro vence prémio Born from Knowledge	BfK	MY ONCOLOGIA	09/04/2019
Em busca das boas práticas de especialização inteligente	ENEI	O COMERCIO DE GUIMARAES	10/04/2019
Inovação dá 200 milhões de bónus fiscal por ano	SIFIDE	JORNAL DE NEGÓCIOS ONLINE	22/04/2019
Processo de candidaturas ao SIFIDE tem-se revelado pouco burocrático	SIFIDE	JORNAL DE NEGÓCIOS ONLINE	22/04/2019
Incentivos fiscais à inovação dão 200 milhões às empresas	SIFIDE	JORNAL DE NEGOCIOS / EXPRESSO / ECONOMIA	23/04/2019
Tem uma empresa? Saiba como se candidatar a estes incentivos fiscais	SIFIDE	ECONÓMICO	01/04/2019
As empresas que tenham despesas em investigação e desenvolvimento podem candidatar-se, até 31 de maio, para incentivos fiscais. Declarações de Eduardo Maldonado (Presidente da Agência Nacional de Inovação).	SIFIDE	TSF	04/04/2019
Reitores discutem hoje um programa de emprego científico para as empresas, trata-se de mais um encontro no âmbito da convenção do ensino superior que se realiza no Porto.	SIFIDE	RADIO RENASCENCA	09/04/2019
Os incentivos fiscais para as empresas que investem na inovação atingem os 200 milhões de euros por ano.	SIFIDE	RTP3	23/04/2019
Os incentivos fiscais para as empresas que investem na inovação atingem os 200 milhões de euros por ano.	SIFIDE	RTP1	23/04/2019
Como podem as empresas ter benefícios fiscais para a inovação?	SIFIDE	JORNAL DE NEGÓCIOS ONLINE	23/04/2019
Governo cria grupo de trabalho para a cibersegurança. Equipa tem de apresentar relatório até 31 de julho	ANI	ECONOMIA ONLINE	06/05/2019
Mobilidade sustentável em debate na 2ª edição do Demonstrador Tecnológico	Demonstrador Tecnológico	O JORNAL ECONÓMICO ONLINE	10/05/2019
Institutos Politécnicos em projetos de I&D e Inovação: os lugares no pódio	ANI	CORREIO DO MINHO	08/05/2019
Tecnologia fotónica da Universidade de Aveiro permite Internet (verdadeiramente) global	BfK	MAIS ALGARVE	08/05/2019
InterConnect. Portugal lidera projeto europeu para revolucionar sistema elétrico	ANI	DINHEIRO VIVO ONLINE	15/05/2019
Peritos avaliam incentivos fiscais para a inovação	SIFIDE	O JORNAL ECONÓMICO	03/05/2019
Incentivos Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Candidatura	SIFIDE	VIDA ECONÓMICA ONLINE	03/05/2019
Instituto do Porto abre laboratório para aproximar tecnologias à indústria	Demonstrador Tecnológico	DIÁRIO DE NOTÍCIAS	23/05/2019
Instituto do Porto abre laboratório para aproximar tecnologias à indústria	Demonstrador Tecnológico	TSF	23/05/2019
Laboratório para as Tecnologias da Indústria 4.0 inaugurado no Porto	Demonstrador Tecnológico	JORNAL ECONÓMICO	29/05/2019
Instituto do Porto abre laboratório para aproximar tecnologias à indústria	Demonstrador Tecnológico	SAPO 24	23/05/2019
Tech@Portugal quer mostrar o potencial inovador do país na Alfândega do Porto	TECH@Portugal	TEK SAPO	19/06/2019
Alfândega do Porto acolhe 130 tecnologias de inovação colaborativa e nacional	TECH@Portugal	DIÁRIO DE NOTÍCIAS ONLINE	2/07/2019
Alfândega do Porto acolhe 130 tecnologias de inovação colaborativa e nacional	TECH@Portugal	TSF ONLINE	2/07/2019
Tech@Portugal na Alfândega do Porto	TECH@Portugal	DESTAK	3/07/2019
De Aveiro para o mundo, para fazer de cada carro uma pequena central elétrica	TECH@Portugal	EXPRESSO ONLINE	3/07/2019
Governo lança novos concursos para I&D com apoios de 95 milhões	TECH@Portugal	DINHEIRO VIVO ONLINE	4/07/2019
Governo lança novos concursos para I&D com apoios de 95 milhões	TECH@Portugal	DIÁRIO DE NOTÍCIAS ONLINE	4/07/2019
Concursos de I&D com apoios de 95 milhões	TECH@Portugal	JORNAL DE NOTÍCIAS	4/07/2019

Alfândega do Porto acolhe 130 tecnologias de inovação colaborativa e nacional	TECH@Portugal	O JORNAL ECONÓMICO ONLINE	4/07/2019
Rita quer trocar os derivados de petróleo dos cosméticos por um ingrediente natural (que já descobriu)	BfK Awards	PÚBLICO ONLINE - P3 ONLINE	25/07/2019
Casas do futuro de Portugal para o Mundo	BfK Awards	JORNAL DE NOTÍCIAS	4/08/2019
Portugal exporta casas do futuro para o Mundo	BfK Awards	JORNAL DE NOTÍCIAS ONLINE	9/08/2019
(Saber) comunicar inovação é imperativo para a Democracia	2ª Edição do PNJI	MEIOS E PUBLICIDADE ONLINE	29/08/2019
Comunicar inovação é contribuir para um país mais sustentável	2ª Edição do PNJI	PÚBLICO ONLINE	6/09/2019
Entrevista a António Bob Santos	2ª Edição do PNJI	ANTENA 1 PROGRAMA: "OS DIAS DO FUTURO"	7/09/2019
Tendas para refugiados e restos de comida vencem concurso de ideias da ANI	BfK Ideas	NEGÓCIOS ONLINE	15/10/2019
BfK: Agência de Inovação escolhe quatro projetos "universitários" para aceleração	BfK Ideas	EXAME INFORMÁTICA ONLINE	15/10/2019
Já se conhecem os projetos vencedores do Born from Knowledge e variedade de soluções não falta	BfK Ideas	TEK SAPO	16/10/2019
Projeto da Universidade de Coimbra de tratamento da osteoartrose distinguido com prémio	BfK Ideas	OBSERVADOR	16/10/2019
Coimbra: Projeto de tratamento da osteoartrose distinguido com prémio	BfK Ideas	NOTÍCIAS AO MINUTO	16/10/2019
Tendas, fruta e medicamentos. Jovens inventam novos negócios	BfK Ideas	ECO	16/10/2019
Universidade de Évora premiada por abrigo para deslocados que "cria" água potável	BfK Ideas	VISÃO ONLINE / SAPO 24	17/10/2019
Soluções para o desperdício alimentar e para travar doenças nas articulações. E tendas biónicas para refugiados	BfK Ideas	RENASCENÇA ONLINE	17/10/2019
Projeto português quer transformar desperdício alimentar em novos produtos	BfK Ideas	PÚBLICO ONLINE - P3 ONLINE	19/10/2019
ANI lança Programa de Aceleração em Tecnologia	BfK Rise	ECO	10/10/2019
'Startup' do Porto prevê que sensores inteligentes cheguem aos consumidores em 2020	BfK Awards	SAPO 24	11/11/2019
Sensor para alimentos criado por portugueses chega ao público em 2020	BfK Awards	PÚBLICO ONLINE - P3 ONLINE	12/11/2019
"Temos tido um progresso muito significativo em termos de inovação", garante António Bob Santos	BfK Awards	EXPRESSO ONLINE	15/11/2019
Go Parity ganha prémio Born from Knowledge, da Agência Nacional de Inovação	BfK Awards	EXAME INFORMÁTICA ONLINE	21/11/2019
Agência Nacional de Inovação lança programa de aceleração para projetos académicos no Alentejo	BfK Rise	DIÁRIO DO SUL	08/11/2019
Agência Nacional de Inovação lança Programa de Aceleração	BfK Rise	DIÁRIO DE AVEIRO - ECONOMIA	10/11/2019
Renascença vence o Prémio Nacional de jornalismo de inovação	2ª Edição do PNJI	RÁDIO RENASCENÇA	2/12/2019
Reportagem do DN Insider vence Prémio Nacional de Inovação	2ª Edição do PNJI	DIÁRIO DE NOTÍCIAS ONLINE	3/12/2019
Projetos "verdes" financiados por plataforma de investimento portuguesa	BfK Awards	VINHO GRANDES ESCOLHAS	03/12/2019